

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A INFLUÊNCIA DO ESTÁGIO COMO PRÁTICA
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA NO IFES CAMPUS SANTA TERESA.**

RONALDO LUIZ RASSELE

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A INFLUÊNCIA DO ESTÁGIO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA
FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA NO IFES CAMPUS
SANTA TERESA.**

RONALDO LUIZ RASSELE

Sob a Orientação do Professor
Dr. Flavio Anicio Andrade

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Outubro de 2011

630.7

R228i

T

Rassele, Ronaldo Luiz, 1967-

A influência do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária no IFES Campus Santa Teresa / Ronaldo Luiz Rassele - 2011.

87 f.: il.

Orientador: Flavio Anicio Andrade.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 72-76.

1. Agropecuária - Estudo e ensino (Estágio) - Teses. 2. Programas de estágios - Teses. 3. Ensino agrícola - Teses. 4. Aprendizagem - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Campus Santa Teresa) - Teses. I. Andrade, Flavio Anicio, 1968-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

RONALDO LUIZ RASSELE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

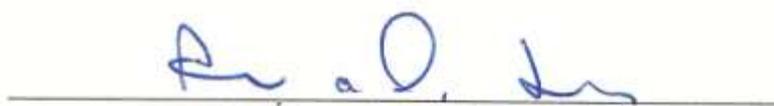
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 13/10/2011.



Flavio Ancio Andrade, Dr. UFRRJ



Fernando César Ferreira Gouvea, Dr. UFRRJ



Álvaro de Oliveira Senra, Dr. CEFET-RJ

Em especial a minha mulher Daniela de Souza Caser, meu filho João Caser Rassele e meu enteado Lucas Caser Nasser Rezende, pelo incentivo que sempre me deram e pela tolerância e compreensão que tiveram nos momentos que estive ausente

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu continue combatendo o bom combate, trilhando caminhos de paz na busca de aprimorar as estratégias que permeiam a relação ensino-aprendizagem para servir como transmissor e indutor do conhecimentos para novas gerações, tarefa a qual me foi conferida no momento que aceitei atuar na carreira do magistério.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro por meio do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola/PPGEA, pela acolhida, humildade, sabedoria do corpo docente e acima de tudo pelos ensinamentos recebidos.

Aos professores e funcionários do PPGEA, pela compreensão e incentivo, em especial para: Gabriel, Sandra, Nilson e Marise que conviveram mais tempo conosco, e nos deram todo apoio necessário para cumprir esta etapa de minha formação profissional.

Aos professores e colaboradores da UFRRJ/PPGEA, Ana Alice Vilas Boas, José dos Santos, Fernando Gouvêa e Marcos Aguiar Souza pelas observações, dicas e conselhos que me deram contribuindo desta forma para realização deste trabalho.

A minha mãe Idalina Gatt Rassele, pela atenção e serenidade com que me incentivou, me aconselhou e me tranquilizou em todos os momentos e ao meu irmão Reginaldo Antônio Rassele pela ajuda prestada.

Ao meu pai *in* memória, por ter me criado com toda atenção e carinho, mostrando com gestos e atitudes como seguir o caminho do bem.

De forma geral a todos parentes, Avós, Tios e Primos que de alguma forma contribuíram, incentivaram e torceram para que este trabalho fosse concretizado.

Ao orientador Professor Flávio Anicio Andrade, pela forma serena, humana e precisa manifestada durante minha orientação.

Ao diretor Geral Luiz Marcari Junior e aos professores do IFES Campus Santa Teresa Luiz Carlos Loss Lopes, Ismail Ramalho Haddade, Luciano de Oliveira Toledo, Robson Celestino Meireles, Lucileia Silva dos Reis, Antonio Elias Souza da Silva, Marcus Vinicius Sandoval Paixão, Helio Pena de Faria Junior, Polyanna Cardoso Pereira, Fabiano Ricardo Caliman, Élio de Almeida Cordeiro, Maria do Carmo Góes Cordeiro e Moacir Antônio Serafini pelo apoio e incentivo que sempre me deram.

Aos professores do IFES Campus Vitória, Eraldo Souza Santos e Epifanio Davi de Souza Santos, pelas contribuições, aconselhamentos e incentivo que me deram para realização deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado Eloi Jose Wulpi, Iraldirene Ricardo de Oliveira e Denilce Salvador, pela convivência fraterna que tivemos em todos os momentos que passamos juntos para concretizar mais esta etapa.

Aos pais e irmãos de minha mulher, Epaminondas Laurindo Caser, Nilda Francisca de Souza, Valeria de Souza Caser e Carlos Roberto de Souza Caser pelo apoio e incentivo que sempre me deram.

Ao IFAL Campus Satuba e o IFRS Campus Sertão, pela oportunidade concedida para a realização do estágio pedagógico.

A Agropecuária Paraíso LTDA, pela oportunidade concedida para realização do estágio profissional.

Aos alunos do IFES Campus Santa Teresa, por contribuírem de forma decisiva na realização do trabalho.

Um agradecimento especial a todos colegas de mestrado pelo aprendizado que me proporcionaram com o prazer da convivência fraterna, pautada em nossos encontros.

RESUMO

Rassele, Ronaldo Luiz. **A influência do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em Agropecuária no IFES Campus Santa Teresa/ES**. 2011. 87p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

Esta pesquisa teve como principal objetivo compreender o papel do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária no IFES Campus Santa Teresa. Optou-se pela realização de uma investigação de natureza qualitativa, onde o objetivo foi descobrir se o estágio curricular da forma como está sendo realizado cumpre de forma efetiva seu papel trazendo a contribuição necessária para o processo de ensino aprendizagem. Inicialmente utilizou-se um questionário semi-estruturado para coleta de dados aplicados a 36 (trinta e seis estudantes) concluintes das terceiras séries do ensino médio profissionalizante do Curso Técnico em Agropecuária no ano letivo de 2010. Baseado nas respostas dos alunos, optou-se pela realização de uma entrevista com 2(dois) representantes dos Institutos Federais de Educação, onde o estágio é realizado somente após a integralização do curso. Os discursos dos estudantes foram analisados, segundo o referencial de Franco(2008) baseado em Bardin(1977), na modalidade análise de conteúdo. Os resultados obtidos indicam que o IFES Campus Santa Teresa vem acompanhando as transformações impostas pelas mudanças ocorridas nas normativas de estágio por força de leis e resoluções. Os estudantes apontaram problemas referentes à adequação da infraestrutura e supervisão dos estágios nas empresas/instituições. Cem por cento dos estágios são realizados em locais que as atividades são pertinentes à área do curso, porém um grupo de estudantes relata que realizaram tarefas não condizentes com sua área de formação. A pesquisa apontou problemas referentes à contextualização curricular, orientação, carga horária e referentes à contribuição das aulas práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa ao estágio curricular. Os resultados obtidos corroboram os depoimentos sobre a adequação do período de estágio descrito pelos coordenadores dos Institutos Federais de Educação, mostrando que há benefícios consideráveis na realização do estágio após a integralização do curso. Os resultados mostram que o estágio ajuda a despertar o interesse pela área profissional e na descoberta da vocação profissional e a convivência com supervisor e funcionários das empresas/instituições, auxilia no desenvolvimento escolar, pessoal e profissional, destacando-se principalmente no desenvolvimento pessoal o aspecto comportamental e no profissional a aprendizagem sobre o ambiente de trabalho. Diante desta abordagem preliminar concluímos que o estágio traz importantes contribuições na formação do técnico, porém, apesar do processo de estágio ser conduzido de maneira adequada, a escola deve implementar ações para contribuir no processo de supervisão, orientação e de avaliação de possíveis alterações da carga horária mínima de estágio, e estruturação curricular em relação às aulas práticas desenvolvidas na instituição, bem como aprofundar os estudos para avaliar a viabilidade de alteração do período de cumprimento do estágio.

Palavras-chave: Estágio, Educação Agrícola, Ensino-Aprendizagem, Trabalho.

ABSTRACT

Rassele, Ronaldo Luiz. **The influence of stage as a pedagogic practice in formation of the technique in agriculture IFES Campus Santa Teresa/ES** 2011. 87p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Agronomy Institution, Federal Rural University do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

This research has as a main objective understood the function of the stage as an pedagogic practice into the formation of the agriculture in IFES Campus Santa Teresa. Was opted for conducting an investigation of qualitative nature, where the objective was discover if the curricular stage by the way it has been done effectively meets its role bringing the necessarily contribution to the teaching process. Initially it was used a questionnaire semi-structured for data collection applied to 36 (thirty six students) conclusive of the third year of high school vocational Agricultural Technician Course in academic year 2010. Based on student responses, we chose to attend an interview with 2 (two) representatives of the Federal Institutes of Education, where the stage is performed only after the payment of the course. The students' speeches were analyzed according to the reference of Franco (2008) based on Bardin (1977), in the form of content analysis. The results indicate that the IFES Campus Santa Teresa has been following the changes required by changes in the normative stage by virtue of laws and resolutions. Students pointed out problems concerning the adequacy of infrastructure and supervision of internships in companies / institutions. One hundred percent of the stages are performed in local activities that are relevant to the course area, but a group of students who performed tasks that doesn't relates to their area of training. The survey highlighted problems concerning the contextualization of curriculum, guidance, and workload related to the contribution of practical classes held in the IFES Campus Santa Teresa curricular. The results corroborate the testimony about the adequacy of the probationary period described by the coordinators of the Federal Institutes of Education, showing that there are considerable benefits in making the stage after the payment of the course. The results show that the stage helps generate interest in the professional and the discovery of vocation and professional interaction with supervisor and employees of companies / institutions, assists in developing educational, personal and professional, especially the personal development aspect of the behavioral and learning about the professional work environment. Given this preliminary approach we conclude that the stage has important contributions to the formation of the coach, however, despite the staging process be conducted properly, the school must implement actions to contribute to the process of supervision, guidance and assessment of possible changes of the load hourly minimum stage, and curricular structure in relation to the practical lessons developed at the institution, as well as further studies to evaluate the feasibility of changing the commitment period of the internship.

Key words: Stage, Agricultural Education, Teaching and Learning, Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pedagógico do IFES Campus Santa.....	8
---	---

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Caracterização das empresas/instituições onde foram realizados os estágios.	43
Gráfico 2. Quanto à adequação da infra-estrutura nas empresas/instituições.	44
Gráfico 3. Quanto à adequação da supervisão realizada nas empresas/instituições.	46
Gráfico 4. Quanto à realização de atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de formação.	51
Gráfico 5. Dificuldades encontradas na realização dos estágios.	52
Gráfico 6. Acompanhamento do estágio pelo professor orientador.	54
Gráfico 7. Contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento dos estágios.	55
Gráfico 8. A carga horária cumprida foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.	57
Gráfico 9. Carga horária mínima de estágio exigida para o curso da área de agropecuária de 1981 a 2009.	59
Gráfico 10. Qual o período ideal para realização do estágio.	59
Gráfico 11. Contribuição do estágio na complementação das atividades realizadas em seu curso.	63
Gráfico 12. Contribuição do estágio na tomada de decisão referente à carreira profissional. ...	64
Gráfico 13. Contribuição trazida pela convivência com supervisor e funcionários das empresas/instituições, ao desenvolvimento pessoal, escolar e profissional.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distância média entre os locais de realização dos estágios, o IFES Campus Santa Teresa e as residências dos estagiários em Km.	43
Tabela 2. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a infra-estrutura existente nas empresas/instituições são adequadas para o desenvolvimento do estágio.	45
Tabela 3. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a supervisão de estágio realizada pelas empresas/Instituições foi adequada.	47
Tabela 4. Descrição das tarefas e /ou atividades executadas nos campos de estágio nas empresas/instituições.	49
Tabela 5. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que realizaram atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de sua formação.	51
Tabela 6. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que encontraram dificuldades na realização dos estágios executados nas empresas/instituições...	53
Tabela 7. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que as orientações de estágio repassadas pelo professor orientador foram adequadas.	54
Tabela 8. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento das atividades de estágio nas empresas/instituições.	56
Tabela 9. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a carga horária cumprida no estagio foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.	58
Tabela 10. Distribuição das respostas referentes às opiniões dos alunos em relação ao melhor período para realização dos estágios, sendo apresentado como opções: “após o período de integralização do curso” e/ou “durante o curso, após o segundo semestre letivo”	60
Tabela 11. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio que realizaram para complementação das atividades realizadas no IFES Campus Santa Teresa.	63
Tabela 12. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio na tomada de decisão sobre a carreira profissional.	65

Tabela 13. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio trazida pela convivência com o supervisor e funcionários das empresas/instituições, ao desenvolvimento pessoal, escolar e profissional dos alunos. 66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CEFETES	Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEC	Coordenadoria de Integração Escola Comunidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
D.O.U	Diário Oficial da União
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EAFST	Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
EPA	Escola Prática de Agricultura
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFE	Instituição Federal de Ensino
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INCAPER	Instituto de Pesquisa Extensão e Assistência Técnica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANTAR	Planejamento Técnico e Administrativo de Reflorestamentos
PPGEA	Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional.
ROD	Regulamento de Organização Didática
SEAV	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SENTEC-MEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação
UNESC	União de Escolas de Ensino Superior Capixaba (Centro Universitário do Espírito Santo)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	História de Vida.....	2
1.2	Justificativa.....	4
1.3	Delimitação do Problema.....	5
2	CONTEXTO INSTITUCIONAL ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.....	7
2.1	Histórico do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Santa Teresa.....	7
2.2	A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.....	9
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3.1	Os Reflexos das Políticas Educacionais Sentidos pelo IFES Campus Santa Teresa a partir do Decreto 2.208/97, 5.154/04 e da Lei Nº 11.892/08.....	14
3.2	Estágio Curricular: Surgimento, Transformações e Importância para Educação Profissional.....	20
3.3	A Relação Teoria x Prática na Contribuição do Processo de Ensino-Aprendizagem Ocasionado pelo Estágio Curricular.....	22
3.4	Relação do Estágio com a Educação e o Mundo do Trabalho.....	26
4	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	34
4.1	Caracterização do Grupo de Pesquisa.....	35
4.2	Instrumentos Escolhidos para Coleta das Informações.....	36
4.3	Passos para Aplicação da Pesquisa.....	37
4.4	Etapas da Pesquisa.....	37
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
5.1	A relação entre Trabalho e Educação que Norteia a Proposta Pedagógica do Estágio no IFES Campus Santa Teresa.....	40
5.2	Análise das Respostas dos Questionários dos Estudantes e Depoimento dos Coordenadores das CIEC dos Institutos Federais sobre o Processo de Estágio.....	42
6	CONCLUSÕES.....	68
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
8	ANEXOS.....	77

1 INTRODUÇÃO

Em um sentido amplo, a educação se confunde com o próprio processo de produção histórica da existência humana. A intervenção da educação neste processo é que dá sentido à sua prática social.

A educação é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano¹. Porém, devemos refletir sobre as atribuições que de tempos em tempos são conferidas a educação pelas classes dominantes de acordo com os interesses que privilegiam a acumulação de capital. A educação por ser a base para emancipação das pessoas deverá servir de fato, para promover a formação geral do homem, melhorando a perspectiva de jovens e adolescentes, além oportunizar o acúmulo de capital social por meio da interação, pois, neste ambiente se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos. De acordo com Abramovay (2002), no documento intitulado *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas* “a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens” (UNESCO, BID, 2002, p.38).

Desta forma, as transformações profundas no mundo do trabalho e a necessidade de evolução das relações sociais, constituem uma nova base e levantam novas perspectivas para a educação que não pode e não deve depender apenas da escola. Neste século mais do que nunca é preciso contar com as empresas/instituições produtivas na formação dos profissionais.

Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas que agora enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos. Com isso, surgem também novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais que necessitam estar em contato com o aparelho tecnológico correspondente que via de regra não está disponível nas escolas devido ao seu alto custo e à sofisticação constante.

O IFES Campus Santa Teresa não poderia ficar alheio a essas transformações. Em todo o mundo, uma grande inquietação domina os meios educacionais gerando reformas que preparem o homem para as novas necessidades educacionais, daí a importância da parceria escola/empresas/instituições para complementação da parte prática dos currículos, o que é possibilitado através do estágio curricular, onde os estudantes podem confrontar o que aprenderam no ambiente escolar com as tarefas e/ou atividades desenvolvidas no ambiente organizacional em empresas/instituições.

O estágio possibilita o confronto entre teoria e prática, minimizando o impacto entre o ambiente estudantil e o ambiente de trabalho. Desta forma, o estudante adquire confiança e/ou segurança ao atuar por um período em atividades que irá confrontar após sua formação caso ingresse no mundo do trabalho. O estágio possibilita também para o estudante

¹ O termo capital humano deriva da teoria do capital humano, onde segundo a mesma a Educação passou a ser vista como o motor do desenvolvimento econômico. De acordo com esta teoria diferentes pessoas incorporam diferentes quantidades de capital - capital humano, este é conseguido através do investimento em educação. Esta Teoria foi um dos principais desenvolvimentos teóricos da Escola de Chicago, influenciada particularmente pelos trabalhos de Theodore Schultz e de Stigler (Nobel de 1982). Foi amplamente difundido no Brasil, nos anos 60 em especial pelos livros de Theodore Schultz. O autor afirma que “Uma classe particular de capital humano, consistente do ‘capital configurado na criança’, pode ser a chave de uma teoria econômica da população” (Schultz, 1973, p. 9).

uma oportunidade de interagir com pessoas ligadas ao ambiente organizacional que poderão contribuir positivamente para seu desenvolvimento escolar, pessoal e profissional.

O IFES Campus Santa Teresa há mais de 70 anos forma profissionais para atuar na área de agropecuária. A busca pela qualidade na formação de profissionais qualificados sempre foi uma máxima na gestão imposta por seus dirigentes que com sucesso vem permitindo que nossa instituição forme profissionais competentes para atuarem nesta área.

O IFES Campus Santa Teresa se localiza na microrregião denominada Central Serrana do estado do Espírito Santo, que é constituída pelos seguintes municípios: Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã.

Nesta última década, o estágio curricular sofreu grandes transformações realizadas pelo poder público com o objetivo de aumentar o número de vagas de estágio no País, garantindo maior segurança e ampliando os benefícios aos estudantes na realização do estágio.

O IFES Campus Santa Teresa, para atender as mudanças nos procedimentos relacionados ao estágio curricular, realizou adaptações em seus regulamentos de estágios tendo como base o regulamento de estágio do IFES, adaptado à nova lei de estágio, Lei Nº 11.788/08. No entanto, não sabemos ao certo qual é a real importância do estágio para os alunos e nem tampouco se as transformações ocorridas nesta última década, principalmente após a nova lei de estágio, estão contribuindo para melhorar o processo de ensino-aprendizagem tornando desta forma o “estágio curricular” uma complementação indispensável para contribuir na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Diante destas constatações, o aprofundamento das pesquisas e discussões sobre o estágio curricular é de suma importância para garantirmos o aprimoramento das práticas educativas na busca de melhorar cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem.

1.1 História de Vida.

Em minha trajetória de vida tive, no município de Santa Teresa-ES, o meu porto seguro. Filho de família de classe baixa e com origem no campo, me formei no ensino médio profissionalizante no Curso Técnico em Agropecuária em 1984. Em 1996 terminei minha Especialização Técnica em Zootecnia na antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, hoje, Instituto Federal do Espírito Santo-Campus Santa Teresa. Ingressei no ensino superior no curso de Administração Rural pela União das Escolas de Ensino Superior Capixaba (UNESC), concluindo em 2000. Realizei dois cursos de Pós-Graduação, um de Aperfeiçoamento em Administração Rural e outro de Especialização em Processamento e Controle de Qualidade em Carne, Leite, Ovos e Pescado, ambos pela Universidade Federal de Lavras-MG. Em meu primeiro emprego atuei como Técnico em Agropecuária na empresa de Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento (PLANTAR S.A.), localizada em Teixeira de Freitas-BA, onde trabalhei durante os anos de 1992 e 1993. Meu segundo emprego foi também como Técnico em Agropecuária na empresa Agropecuária Paraíso Ltda, em Santa Teresa-ES, entre os anos 1994-1995. Após esse período, trabalhei para Cooperativa da antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa-ES e em empresas que à época prestavam serviço para mesma no período de 1998-2000. Iniciei minha carreira docente no ano de 2001 como Professor Substituto na Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, ministrando a disciplina de Administração Rural, onde permaneci até 2002. No ano de 2003 ingressei no quadro efetivo de professores da mesma escola, após ter sido aprovado em concurso público, onde trabalho atualmente como professor de ensino Básico Técnico e Tecnológico. Exerci durante o período de 2005 a 2010 a função de coordenador de Integração Escola-Comunidade (CIEC), setor que tem como uma das atribuições, coordenar os processos

de estágio, um dos motivos pelos quais me senti entusiasmado para realizar este trabalho, que tem como objetivo principal compreender o papel do estágio curricular na formação do Técnico em Agropecuária no IFES Campus Santa Teresa, para aperfeiçoar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem e as práticas educacionais de ensino.

Em 1984, após ter estudado por três anos, me formei no curso de técnico em Agropecuária, na antiga escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, hoje IFES - Campus Santa Teresa, no regime de semi-internato. Neste regime o aluno passa o dia na escola estudando o ensino médio profissionalizante na modalidade integrado e pernoitava em domicílio próprio. A experiência vivida à época foi marcante, e permite que hoje possa fazer algumas constatações sobre a experiência vivida. Um ponto que chama a atenção, é como, à época de fato havia um compromisso na busca da contextualização dos conteúdos aprendidos em sala de aula. Neste sentido as aulas práticas eram constantes, praticamente indissociáveis das aulas teóricas em se tratando das aulas técnicas, fazendo com que os alunos exercitassem constantemente o que aprenderam em sala de aula fixando desta forma o conhecimento, dando ao estudante maior segurança na execução das tarefas profissionais. Hoje, o que pode-se constatar através da pesquisa aplicada aos alunos, é o baixo volume de atividades práticas realizadas onde os mesmos argumentaram que “as aulas práticas são poucas e nem todos os professores fazem práticas”. Outro ponto que chama a atenção era a carga horária de estágio que a época era 360 horas sendo que 50% da carga horária eram cumpridas nas Unidades Educativas de Produção da escola e 50% em empresas/instituições públicas e/ou privadas. O que se pode perceber deste modelo de processo de estágio formatado à época é que o estágio interno era realizado nos períodos de julho, dezembro e janeiro, ou seja, eram realizados em períodos onde grande parte dos funcionários gozavam seu período de férias, deixando a desejar a parte de orientação e supervisão do estágio, caracterizando este período como um período de pouco aprendizado para o aluno. Outro fator que se deve destacar referente a pouca contribuição do estágio interno é o fato de que o estudante na maioria das vezes já havia passado pelo setor e executado as tarefas e/ou atividades inerentes ao mesmo. No que tange ao estágio realizado em empresas/instituições, o que se observa é que à época não havia mecanismos para comprovar o efetivo aproveitamento do estágio, onde fatores como infraestrutura adequada das empresas/instituições, orientação e supervisão, fazem com que o estágio cumpra de fato seu papel como prática pedagógica. Hoje há obrigatoriedade de um plano de estágio ser preenchido por supervisor da empresa e analisado e aprovado previamente por um professor orientador da área. Também são pré-requisitos para execução do estágio a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio pelas três partes envolvidas, estudante, IFE e representante das empresas/instituições, bem como o seguro contra acidentes pessoais a favor do estudante pelas empresas/instituições e/ou pela IFE, quando o mesmo for caracterizado como obrigatório.

Como coordenador de Integração escola comunidade CIEC no período de 2005 a 2010, tive a oportunidade de vivenciar parte das transformações dos processos de estágio ocorrido neste período. A primeira foi a adequação das normas de estágio existentes, a Resolução CNE/CBE, nº 1 de janeiro de 2004, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos, que veio a ocorrer somente no ano de 2006, com aplicação para os alunos que ingressaram a partir do início do ano de 2007. A segunda adequação ocorrerá por determinação da nova Lei de estágio, a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Agora como um Campus do Instituto Federal, a IFE deu sua contribuição na construção de um Regulamento de Estágio que buscou atender ao máximo a realidade dos Campi com perfil agrícola e industrial. À época atuei como membro da comissão, onde pude constatar que havia de fato particularidades que

tenham que ser levadas em conta para que fosse possível tornar viáveis os processos de estágio para ambos os segmentos agrícola e/ou industrial, este fato deverá acontecer com todos os Institutos Federais da rede e deverá ser bem conduzido, caso isso não ocorra, poderá dificultar e em alguns casos até mesmo inviabilizar a execução dos estágios. Desta forma em 26 de outubro de 2009, o Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, no uso de suas atribuições regimentais e considerando encaminhamento da Pró-Reitoria de Ensino, resolve emitir o presente Ato *Ad Referendum* do Conselho Superior do IFES, regulamentando os estágios dos alunos da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior do IFES. Porém logo após a criação do ato, houve a necessidade de se fazer algumas alterações e em 16 de abril de 2010, o presidente do Conselho Superior do IFES, no uso de suas atribuições regimentais, considerando as decisões do Conselho Superior em sua reunião de 29 de março de 2010, aprova a Resolução do Conselho Superior Nº 11/2010, que trata da regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Profissional e da Educação Superior do IFES. Hoje o IFES Campus Santa Teresa segue este regulamento de estágio que prevê que o estágio deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, portanto deverá ser respaldado pelo que determina a Lei 11.788/08 e de acordo com a Resolução do conselho superior do IFES nº 11/2010.

Como coordenador tive a oportunidade de conviver como os estudantes demandantes de estágio, onde pude observar através de relatos de alguns alunos que em alguns casos existiam alunos que realizavam seus estágios em atividades em áreas as quais ainda não haviam cursado a disciplina que daria base para que houvesse a contextualização curricular melhorando os conhecimentos adquiridos em sala de aula e/ou em práticas proporcionadas pelas mesmas no ambiente escolar minimizando desta forma as dificuldades encontradas na execução das atividades e/ou tarefas executadas no estágio. Conforme determina a nova lei de estágio, o mesmo visa à contextualização curricular, fato este que me chamou a atenção, após constatar que isso não ocorria efetivamente com todos estudantes, este foi um dos principais motivos que me incentivaram a realizar este trabalho juntamente com questões como: a forma como está sendo realizado e conduzido o estágio nas empresas/instituições, ou seja, se há infraestrutura, e supervisão adequadas, e da mesma forma como está ocorrendo na IFE após a instituição da nova lei de estágio.

1.2 Justificativa

As atividades e projetos interdisciplinares são realizados no contexto acadêmico, ou seja, dentro da perspectiva professor-aluno(s)-sala de aula, que por terem essa característica deixam uma lacuna na formação que atenda aos preceitos legais como descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que determina em seu artigo 1º parágrafo 2º que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Tendo em vista que a LDBEN traz em sua orientação a proposta de vinculação da escola ao mundo do trabalho e à prática social, neste contexto as práticas e projetos interdisciplinares no interior da escola não são suficientes para dar aos alunos uma formação geral ampla, que possibilite também uma visão do ambiente externo, melhorando sua capacidade de percepção das situações complexas que ocorrem para além dos muros da escola.

Considerando tais diretrizes pode-se dizer que o estágio tem um papel fundamental na formação dos alunos, é o período em que o estudante realiza atividades pedagógicas com grande carga prática profissional, no ambiente de trabalho, sob orientação do supervisor da unidade concedente, ou seja, instituições/empresas, o que se espera concretizar a aplicação da teoria e a prática, dentro de uma ótica profissional com o objetivo

de consolidar sua formação para o trabalho, dando-lhe a competência para execução das tarefas inerentes ao mesmo.

No IFES Campus Santa Teresa a prática do estágio data da década de 40 do século passado. Nesta última década o estágio curricular sofreu grandes transformações por determinações das legislações vigentes, principalmente as transformações ocorridas a partir da Lei 11.788/08, e não se tem a real dimensão se o estágio está sendo desenvolvido adequadamente atendendo aos objetivos de acordo com a legislação vigente no IFES Campus Santa Teresa. Outro fator importante são os relatos de alunos que como professor e como coordenador da CIEC à época, pude observar em relação às dificuldades na execução das tarefas de estágio por terem realizado estágio em atividades com as quais ainda não tiveram contato na escola através das disciplinas e conteúdos que seriam abordadas em períodos posteriores ao estágio. A pesquisa sobre o tema estágio curricular já se justificaria pelo fato de haver uma baixa produção acadêmica quando se trata do estágio curricular no ensino profissionalizante; o que tem sido observado é um número relativo de publicações com o enfoque no estágio relacionado à formação de professores² deixando, desta forma, uma lacuna grande na investigação sobre o tema estágio curricular na educação profissional.

Neste contexto, torna-se necessário saber se a formatação do estágio no IFES Campus Santa Teresa, atende aos objetivos do mesmo conforme previsto na Lei 11.788/08, fazendo-o cumprir seu papel capaz de proporcionar o confronto das informações já repassadas em sala de aula (teoria) e em aulas práticas realizadas em laboratórios ou em áreas específicas do curso (prática), e as práticas ou tarefas realizadas no cotidiano de uma instituição/empresa, na busca do conhecimento e desenvolvimento das competências para execução de sua profissão promovendo sua inserção social. Da mesma forma descobrir a influência e/ou importância do estágio para os estudantes.

Acredita-se que através das observações promovidas nos campos de estágio estas venham fornecer subsídios para colaborar na formação profissional e estimular ações educativas inovadoras, mais eficazes para melhorar o processo de ensino-aprendizagem no IFES Campus Santa Teresa.

1.3 Delimitação do Problema

Os cursos Profissionalizantes têm como objetivo formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, competências relacionadas a uma determinada área profissional, em sintonia com a realidade do mundo do trabalho. Para atingir este objetivo, é necessário usar uma metodologia diferenciada para desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e proporcionar, durante todo o curso, situações-problema, bem como projetos

² Algumas publicações relacionadas ao estágio na área pedagógica:

PICONEZ, S. C. B. **O Professor como pesquisador de sua prática pedagógica: a prática de Ensino na modalidade de Estágios Curriculares contribuindo com a construção da identidade profissional**. Portal do Núcleo de Estudos Em Eja e Formação de Professores, www.nea.fe.usp.br, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação dos professores: unidade teoria e prática**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. 2ª Reimpressão. São Paulo: AVERCAMP, 2010 p.126.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. et al; PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 21 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

interdisciplinares, para que o aluno vivencie competências e habilidades. No entanto, por mais que os projetos interdisciplinares procurem simular situações-problema encontradas no mundo do trabalho, estes ainda são realizados no contexto acadêmico, ou seja, dentro da perspectiva professor-aluno(s)-sala de aula. Para preencher esta lacuna, a atividade de estágio surge como um elemento fundamental na formação do técnico, tendo como objetivo fazer a articulação entre a teoria e a prática assimiladas no ambiente escolar e as práticas ou tarefas executadas no cotidiano das instituições/empresas. No entanto, se faz necessário que o aluno esteja apto a vivenciar a atividade de estágio com êxito, pois esta será de grande valia no sentido de contribuir com a complementação dos conteúdos do curso, ampliar as experiências práticas e servir para confrontar e comparar as informações e os conhecimentos já adquiridos na escola com os repassados no ambiente de estágio.

Devido à falta de estudos sobre estágio curricular em nível profissionalizante não se sabe ao certo se a forma de aplicação está coerente para proporcionar não apenas um momento onde o aluno passa um período de sua carga horária, observando apenas as atividades de uma determinada instituição/empresa, mas, também um momento onde o mesmo possa contextualizar de fato o que aprendeu no universo acadêmico confrontando a teoria com a prática, promovendo o conhecimento e as competências necessárias à sua formação.

Neste sentido é natural que questões sejam levantadas: será que o estágio obrigatório no IFES-Campus Santa Teresa está contribuindo para que os alunos exercitem as competências próprias da atividade profissional relacionando a teoria à prática, contextualizando o que aprenderam na escola? E ainda: qual seria a influência e/ou importância do estágio curricular para os estudantes?

Tendo em vista as considerações acima, busquei, através deste trabalho, compreender o papel do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária no IFES Campus Santa Teresa. Em segundo lugar, se objetivou descrever a proposta pedagógica do estágio no IFES Campus Santa Teresa e a concepção de relação entre trabalho e educação que a norteia; descrever as empresas que concedem estágio; analisar o conjunto de tarefas desempenhadas pelos estagiários nos campos de estágios; avaliar se o estágio no curso Técnico em Agropecuária proporciona a contextualização curricular e finalmente analisar a importância do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária. Desta forma, buscou-se melhorar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.

2.1 Histórico do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Santa Teresa.

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa (hoje Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa³) teve sua origem em 1940, quando foi criada pelo Decreto-Lei nº. 12.147, de 06 de setembro, do Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, Major João Punaro Bley.

Foi inaugurada no dia 8 de setembro de 1941, sob a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA), com a finalidade de ministrar dois cursos práticos e intensivos, de um ano de duração, a trabalhadores rurais: administrador de fazenda e prático rural. (IFES, PDI, 2009/2013).

Em 10 de março de 1948, por força do convênio firmado entre a União e o estado, passou para a supervisão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) do Ministério da Agricultura, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº. 9.613, de 20 de agosto de 1946), com a denominação de Escola Agrotécnica do Espírito Santo, nome que perdurou até 1956. Em 1956, face à renovação do convênio em apreço, passou a se chamar Escola Agrotécnica de Santa Teresa. O nome Colégio Agrícola de Santa Teresa, foi-lhe dado pelo Decreto nº. 53.588, de 13 de fevereiro de 1964 (publicado no D.O.U. do citado mês). O nome Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa-ES, foi estabelecido pelo Decreto nº. 83.935, de 04 de setembro de 1979 (publicado no D.O.U. de 05/09/79) transformada em Autarquia através da Lei Nº. 8.731, de 16/11/1993 (publicado no D.O.U. de 17/11/1993) e vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC-MEC). O nome atual, Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Santa Teresa, foi estabelecido pela Lei 11.892 de 29 dezembro de 2008, (publicado no D.O.U. de 30/12/2008).(IFES, PDI, 2009/2013).

Nos primeiros anos, como Escola Agrotécnica do Espírito Santo, isto é, de 1948 à 1951, a escola ofertava os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestría Agrícola. A partir de 1952, passou a ministrar, juntamente com os mencionados cursos, o de Técnico em Agricultura, que teve sua denominação alterada posteriormente para Técnico Agrícola. De 1976 à 1994 este Curso passou a diplomar o Técnico em Agropecuária. Surgiram, posteriormente, também os cursos de Especialização Técnica em Zootecnia, em 1994, e o curso de Especialização Técnica em Olericultura e Jardinagem, que duraram até 2004. De 1995 até 2003, o curso técnico em Agropecuária passou a diplomar o Técnico Agrícola com habilitação em agropecuária. A partir do segundo semestre de 2003, a denominação do curso passou para Técnico em Agropecuária com habilitação em agricultura, agroindústria, agropecuária e zootecnia; estas habilitações perduraram até 2008. A partir de 2007, foi implementado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação

³ Lei n.º 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país, publicada no D.O.U no dia 30 de dezembro de 2008. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mediante a oferta do curso Técnico em Agroindústria. (IFES, PDI, 2009/2013).

A partir de 29 de dezembro de 2008, através da Lei n.º11.892, publicada no D.O.U no dia 30 de dezembro de 2008, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. No Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em uma estrutura única constituindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

O IFES (Instituto Federal de Educação do Espírito Santo) o qual o *Campus Santa Teresa* pertence, estabeleceu como missão “Promover a educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável”. (IFES, PDI, 2009/2013).

Hoje o IFES Campus Santa Teresa, ministra o curso integrado de Técnico em Agropecuária, o curso subsequente de Técnico em Meio Ambiente e Agropecuária o curso de Técnico em Agroindústria na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e os cursos superiores de Tecnólogo em Análise de Sistemas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Agronomia.

O IFES Campus Santa Teresa se localiza na região centro serrana do estado do Espírito Santo, onde o setor agropecuário foi e é, até hoje, o mais relevante neste espaço econômico subregional, fundamentalmente nas atividades mais importantes para geração de renda e postos de trabalho como o cultivo de café dos tipos arábica e conilon e de olerícolas. A existência de tais culturas é proporcionada, além do clima, pela topografia acidentada e predominantemente montanhosa da microrregião, já que a produção é realizada em pequenas áreas com uso intensivo de adubos e fertilizantes, além do uso de micro-tratores, devido às características do relevo. Esta microrregião, juntamente com a Sudoeste Serrana, é uma das maiores produtoras de hortícolas do Espírito Santo. Ressaltam-se ainda a silvicultura, a fruticultura e uma pecuária mista (considerada de baixa produtividade), culturas secundárias na geração de renda. A silvicultura é importante por duas razões: tanto pelo fornecimento de matérias-primas para as agroindústrias locais, quanto pelo impedimento da exploração das florestas nativas. O turismo de montanha é uma atividade com grande potencialidade, associando ecologia, agroturismo e tradições de culturas europeias apresentadas em festividades de extensa atratividade. Tal é o caso de Santa Teresa, primeira cidade fundada por imigrantes italianos no Brasil.



Figura 1. Pedagógico do IFES Campus Santa

Durante sua existência a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, hoje IFES Campus Santa Teresa, formou mais de 7000 alunos dos quais em sua maioria absoluta são técnicos formados na área de agropecuária. Hoje a escola tem em média 600 (seiscentos) alunos por ano somados todos os cursos. A maior parte dos alunos são originários do município de Santa Teresa, de mais de 40 municípios do estado do Espírito Santo; também compõem esta clientela alunos dos estados que fazem divisa com o Espírito Santo como Bahia e Minas Gerais.

2.2 A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

A partir de 29 de dezembro de 2008, através da Lei 11.892, publicada no DOU no dia 30/12/08, a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa é transformada, juntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Colatina, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre e o Centro Federal de Educação e Tecnologia do Espírito Santo em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Após a implantação da Lei 11.892/08, houve reuniões promovidas pelo então Reitor *pro tempore* que objetivaram o esclarecimento sobre a constituição e funcionalidade dos Institutos Federais de Educação.

O IFES Instituto Federal do Espírito Santo, juntamente com os Campi de Santa Teresa, Itapina e Alegre e outros Campi localizados no Estado, elaboraram o seu Plano de Desenvolvimento Educacional (PDI) para o período de 2009/2013 na perspectiva de encontrar elementos para subsidiar o fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

O modelo de planejamento então em proposição foi o do tipo estratégico e participativo, pautando suas ações pelos seguintes princípios norteadores (Art.3º do Estatuto):

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. (IFES- PDI 2009/2013)

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto o Instituto Federal do Espírito Santo tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o

mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (IFES- PDI 2009/2013)

Algumas vantagens da transformação em Instituto Federal: ampliação do número de alunos do ensino profissionalizante; criação e ampliação do ensino superior e também criação de cursos de Pós-Graduação em níveis de aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado.

Estas vantagens se refletiram mais nas antigas escolas agrotécnicas, que é o caso do IFES Campus Santa Teresa, pois as antigas unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES), que se transformaram em Institutos, já atuavam com educação superior e também em alguns níveis de Pós-Graduação. Para o IFES Campus Santa Teresa a transformação de Escola Agrotécnica para Instituto Federal trouxe a possibilidade de cumprir um enorme papel social no que se refere ao acesso gratuito ao ensino superior de qualidade para os estudantes das regiões circunvizinhas, ensino que até então era suprido por faculdades particulares, fazendo com que estudantes de classe baixa gastassem seus salários, e em muitos casos inviabilizando o ingresso nos cursos por estarem desempregados.

Outro ponto é a integração do ensino, pesquisa e extensão. Isso trará maior articulação do trabalho da instituição e proporcionará um aprendizado mais completo para os alunos; e de maneira articulada poderá cumprir outro papel social que é a aproximação com as comunidades circunvizinhas através da extensão, que além de difundir tecnologia para os produtores rurais e/ou industriais, poderá servir para levantar problemas e criar possíveis soluções viáveis para melhorar o desenvolvimento sócio-econômico local.

Pode-se citar como desvantagens: a perda da autonomia pedagógica, que pode trazer como consequência a perda de identidade do IFES Campus Santa Teresa, visto que é um campus essencialmente agrícola com uma história de 70 anos de existência, e corremos o risco de termos que seguir uma receita do antigo CEFETES, que na sua essência é totalmente industrial; a falta de representatividade no que se refere as pró-reitorias que hoje ficam a cargo do Reitor do IFES, cargo que imagina-se que ficará na mão de candidatos vindos de Campus com maior comunidade escolar, ou seja, localizados em regiões metropolitanas, onde se encontram os *Campus* essencialmente industriais, possivelmente formando um ciclo constante de falta de representatividade por parte dos *Campi* que têm uma essência agrícola, como é o caso do IFES Campus Santa Teresa; com o processo de “ifetização” houve uma perda no que se refere à agilidade na emissão de pareceres já que hoje o número de procuradores foi

reduzido para apenas um para suprir a necessidade de todos os *Campi* do Instituto, sendo que antes da ifetização havia, no caso das antigas escolas agrotécnicas, um procurador para cada escola, o que facilitava o acesso e tornava mais ágil os trâmites dos processos; a necessidade da atuação docente em vários níveis previsto na Lei dos Institutos, poderá trazer grande transtorno para o docente, pois este, por ser professor de carreira de ensino básico, técnico e tecnológico, terá a atribuição de ministrar aulas em diversos níveis o que poderá acarretar comprometimento no aprendizado dos alunos ou mesmo na saúde do professor. Na mesma linha, com a necessidade de contratação de professores para atender a demanda dos cursos superiores, profissionais altamente qualificados em sua área de formação e/ou pós-graduação em área específica são contratados, no entanto, terão que ministrar aulas também em cursos técnicos onde os estudantes possuem uma faixa média de idade que varia entre 14 a 18 anos, ou seja, adolescentes que necessitam de um cuidado especial referente a todo processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto o que se observa, é que profissionais como Bacharéis da área de engenharia entre outros, são contratados em sua maioria sem uma complementação pedagógica que facilitaria na aplicação de métodos para melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Devemos destacar que o PDI do IFES Campus Santa Teresa, é ousado no que diz respeito à expansão de novos cursos que possibilitaram o ingresso de muitos jovens no ensino superior (nos cursos de Licenciatura em Biologia, Tecnólogo em Análises de Sistemas e Agronomia), que foram implantados em 2010, e também outros que serão implantados até 2013. Se levarmos em consideração a meta de matrículas estabelecida para o IFES que é de 50% para o ensino médio profissionalizante, 20% para a licenciatura e 30% para o bacharelado e os cursos de tecnologia, haverá pouca oferta de vagas acima das já existentes para o ensino médio profissionalizante nos *Campi* Agrícolas. Pois se tomarmos como base o IFES Campus Santa Teresa, em que hoje já estudam cerca de 450 alunos no ensino médio profissionalizante e em outras modalidades como Proeja e subsequente em agropecuária, só haverá expansão expressiva de vagas para os cursos superiores, pois cada Campus Agrícola foi contemplado pelo governo com 60 docentes; e tendo como meta uma média de 20 alunos por docente, isso resultaria em 1200 alunos, portanto, o IFES Campus Santa Teresa já teria próximo a 75% da meta para o ensino médio profissionalizante (600 alunos) para cumprir a proposta elaborada pelo governo. Desta forma o IFES Campus Santa Teresa e os outros *Campi* Agrícolas só terão um incremento substancial de alunos se levarmos em consideração a criação do ensino superior.

Deve-se ponderar que haverá de fato surgimento de novas vagas no ensino médio profissionalizante em um volume substancial nos *Campi* que irão surgir, o que é bom, mas se analisarmos as instituições já implantadas esta expansão ainda é modesta e ficará restrita ao aumento do quadro de docentes por parte do governo, o que poderá engessar esta expansão nestas instituições.

Ao iniciarmos o ano com uma nova legislatura presidencial tivemos o anúncio de duas portarias que impactam a rede federal de ensino. A primeira delas congelando as nomeações de candidatos concursados, juntamente com a suspensão de novos concursos públicos (portaria Nº 39, de 25 de março de 2011, conforme publicado no D.O.U no dia 28 de março de 2011) e a segunda, em caráter excepcional autoriza (através da Portaria Interministerial nº 56, de 20 de abril de 2011) a realização de concurso público nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para 2867 cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e de 1816 cargos de Técnico-Administrativo em Educação. Pelo que se pode notar, o governo parece estar sempre em uma operação apaga-fogo, o problema é que isto acontece na área que deveria ser a de maior importância para um País.

Outro ponto importante com o qual o IFES Campus Santa Teresa deverá se preocupar com urgência é referente à constituição de uma nova matriz curricular. Hoje a matriz existente traz, em minha opinião, uma quantidade excessiva de disciplinas. A carga horária é elevada em alguns casos, e há atividades extraclasse importantes, porém, deveriam ser organizadas de forma a minimizarem ao máximo os impactos negativos causados pela ausência dos alunos nas aulas que porventura frequentariam no dia da execução da atividade. Esta prática obriga os professores a realizarem as reposições em horários alternativos que dificultam a frequência de alunos semi-internos que moram em localidades onde o transporte coletivo é precário, causando desta forma um grande transtorno para toda comunidade acadêmica, professores e alunos.

É necessário, como já abordado anteriormente, repensar a formação dos estudantes da instituição para sanar diversas distorções existentes. Outro ponto importante que deverá ser discutido urgentemente em minha opinião é a diferença entre as matrizes dos mesmos cursos nos diferentes *Campi* do IFES. Esta discussão deverá ser travada não apenas no Campus Santa Teresa mas sim no âmbito do IFES, que terá uma tarefa complexa e exaustiva, porém, entendo que é de suma importância que o IFES promova discussões sobre este tema com objetivo de formatar as matrizes, para proporcionar um ganho de qualidade, corrigindo distorções referentes à carga horária, à multiplicidade de disciplinas às quais possuem conteúdos similares em alguns casos, aliado ao atendimento das particularidades regionais onde os *Campi* estão inseridos.

A reforma da educação profissional, especificamente a partir da implantação do Decreto 2.208/97, novamente trouxe para a rede de educação federal e ao IFES Campus Santa Teresa problemas variados e complexos para sua organização interna e para a formação dos alunos. O Decreto 5.154/04 veio para consertar erros cometidos pelo Decreto 2.208/97. Com um contorno mais democrático, resolve parte dos problemas criados pelo decreto anterior e possibilita o estabelecimento da educação na forma Integrada. Aqui deve-se observar que as escolas que optarem por esta forma de ensino, como o fez o IFES Campus Santa Teresa, deverão compreender como o trabalho influencia na educação e de que forma o ensino propedêutico poderá articular-se com o ensino profissional, de maneira a minimizar os impactos causados pela dualidade ainda existente entre estas formas de ensino. No que tange ao papel do IFES Campus Santa Teresa, deve-se destacar que, com sua transformação de escola agrotécnica para Instituto Federal, a instituição vem tentando se ajustar e cumprir as metas firmadas no seu PDI. Com a criação de seus três cursos superiores surgem demandas constantes por professores e melhoria da infraestrutura. O que se como solução em relação ao primeiro problema é o recurso à contratação de professores substitutos, ou seja, que vão iniciar o curso e cerca de no máximo dois anos depois terão que ceder seus lugares, impossibilitando-os de criar identidade com o curso e muito menos com a instituição, sobrecarregando professores do quadro efetivo que tem que assumir um sem-número de comissões e cargos, os quais são praticamente impostos por força da atual conjuntura, criada pelo governo. No caso da infraestrutura, mesmo antes da transformação dos CEFETES e das Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais, já havia um grande problema na reestruturação e ampliação daquela, que forçava os diretores, em muitos casos, a recorrer a representantes da bancada federal do estado a contribuírem com parte de suas emendas parlamentares em benefício do IFES. Os gestores do IFES têm assim que depender da boa vontade daqueles parlamentares para repassarem os recursos necessários para melhorar a infraestrutura do IFES. A possibilidade de ampliação dos níveis superiores e do ensino médio e profissional com a criação dos IFES significou maior aporte de recursos e os Institutos, por sua vez, começaram esta ampliação, implantando cursos superiores e eventualmente ampliando o ensino médio e profissionalizante (como ocorreu no IFES Campus Santa Teresa).

Porém, não há aumento expressivo de repasses para que haja uma reestruturação urgente, minimizando desta forma o impacto na aprendizagem por parte dos alunos que já ingressaram e correm o risco de não levarem em sua bagagem uma formação sólida, comprometida pela carência de qualidade no ensino, a qual estavam certos de que iriam experimentar ao ingressarem em uma escola federal.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Os Reflexos das Políticas Educacionais Sentidos pelo IFES Campus Santa Teresa a partir do Decreto 2.208/97, 5.154/04 e da Lei Nº 11.892/08.

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, hoje IFES Campus Santa Teresa, foi criada em 1940 e, como toda Instituição, vem sobrevivendo às inúmeras transformações impostas pelos governos que utilizam suas pastas ministeriais, aqui tratando exclusivamente da Educação, para atenderem seus ideais político-partidários, que por sua vez sofrem interferência do projeto neoliberal, que busca a todo custo atuar de forma direta e indireta para tornar aceitável e justificar uma racionalidade mais adequada à atual crise de acumulação do capital. Sobre este fato, Souza (2004, p. 8) relata que:

A realidade brasileira contemporânea tem evidenciado que a política educacional do País tornou-se um campo privilegiado das ações concretas voltadas para a conformação ética e moral das massas nos limites do projeto neoliberal. A burguesia nacional tem direcionado suas atividades teóricas e práticas para o campo da formulação e gestão de políticas públicas para a educação. Seu intuito é justificar uma racionalidade mais adequada à atual crise de acumulação do capital: a validade moral da competição, do esforço individual, da rentabilidade dos serviços, como critérios de qualidade para os serviços educacionais. Esse fenômeno tem seguido a tendência mundial, conforme pode ser verificado na bibliografia sobre o tema. Diversos autores, inclusive, têm apontado a importância significativa da educação na agenda do capital no contexto atual (ANDRADE, 1996; 2000; FRIGOTTO, 1995; RODRIGUES, 1998, dentre outros).

Neste contexto, não se pode deixar de refletir sobre os impactos causados às instituições de ensino, em particular nesta reflexão ao IFES Campus Santa Teresa, advindos das políticas educacionais dos decretos que regularam e regulam as normas educacionais, as quais influenciaram a reforma da educação profissional no país, a partir da vigência do Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997, do Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004 e da Lei 11.892/08 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Castro (2005) ao relatar os motivos que levaram à reforma do ensino, afirma que o modelo que combinava educação secundária e formação técnica, adotado no Brasil até 1997, representava uma solução instável, por não conseguir oferecer aos alunos uma formação que equilibrasse o conteúdo acadêmico e profissionalizante.

Na mesma linha, outro problema identificado por Castro (2005) foi relativo à trajetória dos egressos das escolas técnicas federais, que não se dirigiram para o mercado de trabalho mas sim para o ensino superior. É neste contexto que se defende a ideia de que não haveria por parte dos alunos das camadas médias o interesse pelo ensino técnico, e ainda segundo o autor é com este argumento que após a separação do ensino médio do ensino técnico, os alunos das camadas médias tenderiam a se dirigir para o ensino médio, deixando as vagas do ensino técnico para os alunos de camadas populares.

Porém, conforme descreve Arruda (2010), a reforma não afastou os alunos das camadas médias das escolas técnicas federais. De acordo com pesquisa realizada em 2006 com 302 alunos matriculados no terceiro ano médio de três escolas técnicas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, os resultados desta revelaram que a maioria dos

alunos pesquisados tem um perfil socioeconômico e cultural que os aproxima das camadas médias e que optou por cursar o curso técnico em concomitância com o ensino médio. Dia

O que se pode observar é que mesmo abrangendo apenas um estado da Federação, a pesquisa mostra que há um forte indicativo de que em regiões metropolitanas os alunos das camadas médias não se afastaram das escolas técnicas federais. Alguns fatores podem ser levantados, porém o de maior relevância, talvez seja o fato de terem a oportunidade de cursarem uma escola pública gratuita de qualidade com diferenças de infraestrutura e recursos humanos aqui se destacando o privilegiado quadro docente o qual as Instituições Federais de Ensino possuem.

Assim, em 1996 é aprovada a nova LDBEN (Lei 9394/96) e em abril de 1997 é promulgado o decreto nº 2208/97 que regulamenta a LDBEN nas questões relativas à educação profissional. Após esta aprovação de maneira arbitrária, o governo passou a impetrar um conjunto de ameaças às ETF's. Entre as formas de coerção, a mais contundente e a que surtiu maior efeito foi aquela que condicionou o envio de verbas às ETF's à adesão ao PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional.

Este programa tinha como base a eliminação gradual do ensino médio das escolas da rede federal de educação tecnológica. Dessa forma, o envio de verbas desse programa estava sensivelmente condicionado à adesão da instituição ao ideário contido no Decreto nº 2208/97.

No âmbito da instituição em pauta no presente estudo, juntamente com essa medida, foram criadas as condições "necessárias" para implantação dos cursos através das seguintes modalidades: concomitância interna (para alunos que cursavam o ensino médio no IFES Campus Santa Teresa), concomitância externa (para alunos que cursavam o ensino médio fora do IFES Campus Santa Teresa) e pós-médio (para alunos egressos do ensino médio).

Essas modificações, feitas abruptamente, num tempo desconexo daquele da vida institucional do IFES Campus Santa Teresa, atuando sobre pontos nevrálgicos de sua organização pedagógica e disciplinar, impuseram a coexistência do ensino médio a mais três modalidades de ensino técnico com características, organização e lógica diferenciadas. Como se não bastasse, o decreto previa também o aumento da quantidade de cursos de curta duração para alunos de qualquer nível de escolaridade. Essa nova realidade de ensino acabou criando uma crise sem precedentes no IFES Campus Santa Teresa já que este, que durante aproximadamente 50 anos ministrou o ensino profissionalizante na forma de curso integrado, foi obrigado a passar por uma transformação curricular, não dando a escolha de continuar com esta forma de ensino que se demonstrava eficaz na formação de seus alunos. Cabe ressaltar que também houve neste pacote a possibilidade de certificação por módulos. Porém, não houve por parte do IFES Campus Santa Teresa, e provavelmente em outros Institutos da rede, esta prática, e durante a vigência do decreto 2.208/97 nenhuma certificação foi realizada no IFES Campus Santa Teresa de acordo com dados obtidos na Secretaria de Registros Escolares da IFE.

Entre os problemas constatados, pode-se apontar alguns mais significativos.

Muitos alunos, por terem dificuldades em algumas disciplinas, como, por exemplo, física, química e matemática, cursavam o ensino médio através de programa de educação a distância ofertado por instituição particular (Telecurso 2º Grau, da Fundação Roberto Marinho), por curso Supletivo ou também em instituições estaduais localizadas nas proximidades do IFES Campus Santa Teresa. Assim, estas etapas de formação eram consideradas de qualidade duvidosa e, além disso, o corpo docente era considerado com formação precária. Segundo relato dos próprios alunos, a motivação para a busca destas modalidades de ensino estava na maior facilidade para efetivar disciplinas ditas complexas no

IFES Campus Santa Teresa Campus Santa Teresa. Estes obtinham, ao término dos cursos de ensino médio e profissionalizante, o diploma de Técnico expedido pelo IFES Campus Santa Teresa fazendo com que para todos os efeitos aquela instituição era entendida como seu local exclusivo de formação. Isso trouxe um prejuízo para a Instituição, visto que apenas o curso profissionalizante havia sido cursado no IFES Campus Santa Teresa. Outro problema foi o excesso de disciplinas implantadas na época e a jornada escolar excessiva, o que aumentou o risco de reprovação desses alunos, tanto no ensino médio como no curso profissional. Face à iminência de tal risco, alguns alunos acabavam optando pelo abandono do curso profissional para garantir a conclusão do ensino médio.

Paralelamente ao aumento da carga horária da jornada escolar, os alunos, ao terem jornadas escolares em duas instituições diferentes, passaram a necessitar de maior volume de dinheiro para a manutenção do transporte e da alimentação.

No plano do ensino, as consequências foram também desastrosas. Os alunos oriundos de outras escolas de ensino médio tiveram dificuldades para se adaptarem, pois não haviam cursado disciplinas preparatórias (disciplinas que eram pré-requisitos). Os professores das disciplinas técnicas do IFES Campus Santa Teresa passaram a ministrar um número grande de disciplinas; nesta ocasião podia-se presenciar o fato, pois em 2001, um ano após a implantação da reforma, trabalhei como professor-substituto e realmente pude constatar o impacto negativo. Na época ministravam-se as mais variadas disciplinas com um volume excedente de carga horária. Estes problemas causavam um enorme transtorno, pois se exigia dos professores um esforço acima do normal para o desempenho de suas atividades, forçando-os a uma jornada dupla intensiva com enorme carga de trabalho, causando alguns problemas, como stress e cansaço excessivo em alguns casos, comprometendo o desempenho dos docentes, tendo como consequência a piora da qualidade do ensino.

Na tentativa de implantar uma forma de concomitância que possibilitasse um menor impacto para os alunos, haja vista a forma radical em que foi imposta a transformação do ensino profissionalizante, o IFES Campus Santa Teresa implantou o chamado ciclo básico, que a princípio, como forma de se adequar às novas exigências legais, parecia uma proposta boa, mas logo se mostrou ineficiente e impossível de ser operacionalizada. O ciclo básico foi criado na época para dar aos alunos do 1º ano uma visão geral do curso profissionalizante com disciplinas como Zootecnia Geral, Agricultura Geral, Agroindústria, Noções de Administração e, a partir do término do 1º ano os que fossem aprovados neste ciclo básico fariam a opção pelo curso com o qual mais se identificassem entre os cursos de Técnico em Agropecuária e suas Habilitações em Agropecuária, Zootecnia, Agroindústria e Agricultura. Isso gerou um grande problema, pois havia algumas disciplinas do ciclo básico que só eram ofertadas no segundo semestre, caso o aluno fosse reprovado em uma destas disciplinas o mesmo só poderia cursá-la no segundo semestre do 2º ano, e como se não bastasse este problema ainda havia disciplinas do ciclo básico que eram pré-requisito para outras que seriam ministradas no 1º semestre do segundo ano. Isso gerou um transtorno sem precedentes, forçando a mais uma reestruturação da matriz curricular, que por sua vez, sempre que é alterada, traz em seu bojo a necessidade de criação das chamadas turmas de transição.

Outro grande problema foi a exigência de duas matrículas: uma para o ensino médio e outra para o ensino profissionalizante. Isso levou a que uma quantidade considerável de alunos abandonarem o curso profissionalizante quando aprovados em cursos superiores. Estes alunos não haviam concluído o ensino profissionalizante, restando em alguns casos a conclusão de uma ou mais disciplinas ou até mesmo a integralização da carga horária do estágio obrigatório. Os alunos simplesmente faziam a solicitação do diploma de ensino médio, sendo este suficiente para fazerem suas matrículas nos cursos de graduação para os quais foram aprovados. Mais uma vez pôde-se vivenciar o reflexo de um grande problema causado

pela adoção da forma de concomitância então determinada pelo decreto 2.208/97. Por meio do exercício da função de Coordenador de Integração Escola-Comunidade (CIEC), onde atuei até outubro de 2010, pude observar corriqueiramente este fato que deve durar tempo suficiente até que os alunos que ingressaram no período de 2000 à 2008 concluam seus estágios ou optem pela não conclusão do curso profissionalizante, como vem acontecendo até o momento em muitos casos, para ingressarem em cursos superiores como já citado anteriormente.

No movimento de resistência e de postergação das bases lançadas pelo Decreto 2.208/97 estava a direção da escola e alguns professores que eram contrários à implantação dos cursos na forma de concomitância. Esta manobra de postergar a implantação destes cursos foi realizada na época esperando que este decreto sofresse alteração ou fosse revogado. Isto veio a acontecer sete anos mais tarde, demonstrando que a percepção dos gestores não era totalmente infundada. Isso demonstra mais uma vez que o sistema educacional não é levado a sério em nosso País. Desta forma, a história tem mostrado que políticas educacionais são implementadas e a cada novo governo ter-se-á um novo aparato de reformas na educação e em outras áreas. Neste contexto modelos implantados nem sequer são testados permitindo uma avaliação precisa de seus erros e acertos, assim a educação serviu e vem servindo de laboratório e de bandeira político-partidária.

De acordo com SANTOS (2009, p. 4-5):

Em 2004, mesmo sob pressão das forças conservadoras do Conselho Nacional de Educação e do Congresso Nacional, sendo a primeira representada principalmente por donos de escolas particulares, para os quais a não obrigatoriedade do ensino técnico vinculado ao ensino médio significava a continuidade de uma educação voltada para o ingresso no ensino superior e destinada às classes mais favorecidas, o Decreto nº 2.208/97 foi revogado. Essa revogação se deu através de outro decreto – nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, e estabeleceu que:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio,
[...]

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso,
[...]

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004)

No que se refere à organização curricular, o decreto estabelecia ainda no art. 4º que:

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá [...], ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a

formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas. (BRASIL, Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004)

Assim, ainda segundo Santos (2009), o Decreto nº 5.154/04, ao revogar o Decreto nº 2.208/97, garante novamente a educação técnica vinculada à educação básica no ensino médio do País, instituindo as formas como se dará essa articulação. Ao assegurar o cumprimento da formação geral e da preparação técnica, com a ampliação da carga horária do curso, e não priorizar a formação técnica em detrimento da formação básica, como ocorrera anteriormente com a Lei nº 5.692/71, esse Decreto rompe com a ideia tecnicista trazida por essa Lei.

Em 16 de julho de 2008, o então presidente, Luis Inácio Lula da Silva, sanciona a Lei nº 11.741, que altera a redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da atual LDBEN (Lei nº 9.394/96) e acrescenta a seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica e Nível Médio” acrescida dos artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. De acordo com o autor acima citado, o propósito da mudança foi “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”. Assim, a Lei estabelece que:

Art. 37.

§3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, [...]

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

[...]

Art. 36-A. [...], o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

[...]

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

[...]

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, [...], será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

[...]

(BRASIL, Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008)

Santos (2009) relata que a partir do Decreto 5.154/04 há uma mudança no foco da educação:

Essa mudança de foco, observada a partir do decreto de nº 5.154/04 e reforçada pela Lei nº 11.741/08 coloca no centro das atenções o homem, enquanto ser social, e não mais o mercado. Além disso, explicita uma preocupação com a formação geral do indivíduo e não somente com a preparação para o trabalho, reforçando que não pode-se desconsiderar a importância do desenvolvimento tanto dos princípios técnicos quanto filosóficos da formação humana. Nessa concepção, o currículo deixa de evidenciar a formação meramente técnica para valorizar também as questões sociais, políticas e epistemológicas. Não importa somente o “como fazer”, mas principalmente “quem faz”. Para isso, é necessário compreender como o trabalho influencia na educação e de que forma a educação pode, em interação com o processamento do trabalho, contribuir para a superação das imposições capitalistas, contribuindo, assim, para que o trabalhador perceba-se como sujeito ativo e protagonista nos processos sociais (SANTOS, 2009, p. 6)

No âmbito do IFES Campus Santa Teresa a revogação do Decreto 2.208/97, foi bem recebida pela maioria da comunidade que vem lutando até os dias atuais para se ajustar e operacionalizar as modificações ocorridas.

Após a revogação do decreto 2.208/97, com possibilidade do retorno à educação integrada, apesar da boa aceitação por parte da maioria da comunidade docente e da Direção do IFES Campus Santa Teresa, não houve de imediato uma vontade de retornar ao modelo de educação integrada, como era aplicado antes do decreto 2.208/97, resguardadas as devidas diferenças essenciais na forma de integração propostas pelo decreto 5.154/04. Isso demonstra uma resistência à nova mudança, gerada pela acomodação dos atores deste processo na construção de um modelo de educação integrada que possibilite ao aluno uma formação geral inclusiva tornando-o um cidadão capaz de promover as transformações necessárias na busca de igualdade e melhores condições de vida para todos.

Neste contexto, o retorno dos cursos na forma de educação Integrada só aconteceu quatro anos depois. Após o Presidente Lula ter sancionado a Lei Nº 11.892/08 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Educação que em seu Artigo 7º Inciso I, descreve que:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - Ministrar educação profissional técnica de nível médio, **prioritariamente na forma de cursos integrados**, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. (BRASIL, Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, grifo nosso)

Desta forma, o IFES Campus Santa Teresa, no ano de 2009, implantou o Curso de Técnico em Agropecuária na forma integrada e não abriu novos cursos na forma de concomitância. Esta implantação só foi possível devido à revogação do Decreto 2.208/97 substituído pelo Decreto 5.154/2004, que apesar de não ter motivado o retorno da forma de educação integrada no IFES Campus Santa Teresa, como foi citado em parágrafos anteriores, forneceu respaldo legal para que fosse efetivada sua implantação.

Deve-se destacar que a forma de integração adotada deverá ser moldada de acordo com filosofia de integração que de fato crie uma relação direta entre conhecimentos gerais e específicos. A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura (RAMOS, 2005, p.122).

Com a realização da mudança para o regime integrado no início de 2009, observou-se que havia uma grande quantidade de disciplinas do ensino profissional e, para piorar, a carga horária era muito grande, comprometendo o aprendizado em geral tanto do ensino médio, ou seja, do ensino de base, quanto do ensino profissionalizante, pois se não bastasse esta carga horária que chegava a 2760 horas, sendo 1200 horas para o ensino médio e 1560 horas para a formação profissional, excluído o estágio com mais 200 horas; havia também alunos que participavam de atividades culturais, artísticas e esportivas que mal tinham tempo para estudar, que seria a função principal de estarem na escola. Talvez essa seja uma das causas dos resultados nada animadores apresentados nas provas realizadas por nossos alunos no exame do ENEM, que apesar de estar em uma curva ascendente, ainda se encontra aquém do resultado esperado. O que se observa no IFES Campus Santa Teresa ainda é uma falta de rumo e objetivo no que se refere à dualidade existente entre o ensino médio e o profissional, ou seja, ainda não se respondeu adequadamente à questão de qual se deve priorizar ou o que deverá ser feito para que esta integração seja efetiva, dando aos estudantes uma formação emancipadora que os permita pensar, refletir e agir de forma a construir um mundo mais justo para todos. Este problema deverá ser enfrentado com rapidez, para dar um rumo a ser seguido por toda comunidade escolar da instituição, caso contrário ficaremos presos em uma busca incessante pela melhora do ensino, sem de fato sabermos como fazer para que isso se torne realidade.

3.2 Estágio Curricular: Surgimento, Transformações e Importância para Educação Profissional.

O conceito de estágio consolidou-se historicamente, no Brasil, ligado ao conjunto das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, definidas no período de 1942 a 1946, tendo como destaque o Decreto-Lei de número 4.073 de 1942, que em seus artigos 48 e 49 descrevem que:

Art. 48. Consistirá o estágio em um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial.

Parágrafo único. Articular-se-á a direção dos estabelecimentos de ensino com os estabelecimentos industriais cujo trabalho se relacione com os seus cursos, para o fim de assegurar aos alunos a possibilidade de realização de estágios, sejam estes ou não obrigatórios.

Art. 49. No decurso do período letivo, farão os alunos, conduzidos por autoridade docente, excursões em estabelecimentos industriais, para observação das atividades relacionadas com os seus cursos. (BRASIL, 1942)

Os estágios supervisionados se constituíram em pontes de ligação construídas entre a teoria e a prática no processo da formação profissional, à época encarado como preparação para os postos de trabalho como já descrito pelo Decreto-lei de número 4.073 de 1942, artigos 48 e 49, e como determinará a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto-lei de número 9.613 de 1946, em seu artigo 40 § 3º.

Art. 40. São trabalhos complementares:

- a) as excursões;
- b) as atividades sociais escolares;
- c) os estágios.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino agrícola velarão pelo desenvolvimento, entre os alunos, de instituições sociais delas, com um regime de autonomia, de caráter educativo, criando na vida as condições favoráveis à formação do gênio desportivo, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, dos hábitos econômicos, do espírito de iniciativa, e de amor à profissão. Merecem especial atenção, entre essas instituições, as cooperativas, as quais deverão ser constituídas em todos os estabelecimentos de ensino agrícola.

§ 3º A direção dos estabelecimentos de ensino agrícola articular-se-á com os estabelecimentos de exploração agrícola, para o fim de assegurar aos alunos a possibilidade de realização de estágios, que consistirão em períodos de trabalho, realizados sob a orientação da autoridade docente. (BRASIL, 1946)

Na década de setenta, com a implantação da Lei federal 5.692/71, os estágios ganharam força e cresceram em importância, uma vez que o Parecer CFE Nº 45/72, do extinto Conselho Federal de Educação, considerou o estágio supervisionado como obrigatório para as habilitações profissionais técnicas para os setores primário e secundário da economia, bem como para algumas ocupações da área de saúde, permanecendo livre para as demais ocupações do setor terciário da economia.

Os estágios supervisionados na década de 40 do século passado, representavam oportunidades aos estudantes da formação profissional nos ramos industrial, comercial e agrícola de conhecerem em seus futuros locais de trabalho aquilo que de forma teórica era ensinado nas chamadas escolas técnicas. Os estágios então constituíam a grande oportunidade para que os estudantes tivessem um contato direto com as tarefas e práticas organizacionais no ambiente real das instituições/empresas, uma vez que no próprio ambiente escolar, nos laboratórios e salas-ambiente especializadas, a prática profissional era muito incipiente.

Sobre a importância do contato direto com o ambiente organizacional na formação dos estudantes, descreve Busquet com uma grande dose de ironia:

Imagine uma escola de natação que se dedica um ano a ensinar anatomia e fisiologia de natação, psicologia do nadador, química da água e formação dos oceanos, custos unitários das piscinas por usuário, sociologia da natação [natação e classes sociais], antropologia da natação [o homem e a água] e, ainda, a história mundial da natação, dos egípcios aos nossos dias. Tudo isso, evidentemente, à base de cursos enciclopédicos, muitos livros, além de giz e quadro negro, porém sem água. Em uma segunda etapa, os alunos-nadadores seriam levados a observar, durante outros vários meses, nadadores experientes; depois dessa sólida preparação, seriam lançados ao mar, em águas bem profundas, em um dia de temporal. (BUSQUET apud PEREIRA, 2000, p. 112).

A reflexão acima retrata bem a importância do estágio como prática pedagógica, e seu papel de relevante importância na formação do aluno, preparando-o para enfrentar situações que porventura possa se deparar no ambiente externo ao escolar, tornando o sujeito ativo no processo de aprendizagem, atuando, aprendendo e transformando suas ações de acordo com as situações apresentadas, dando-lhe a oportunidade de aprender e conhecer a partir de sua atuação no ambiente em que se encontra.

Na perspectiva da integralidade da formação humana, considera-se que o processo educativo se realiza em diversos espaços (institucionalizados ou não) dos quais os sujeitos participam. Por isso, o percurso formativo não se restringe aos estudos em sala, sendo enriquecidos e complementados nas atividades extra-sala, que visam potencializar maior participação e diálogo entre os temas e conteúdos abordados e a realidade local, regional e\ou setorial dos educandos. (CUT, 2001, p.43).

A escola deve promover uma formação que possibilite ao aluno uma visão ampla do ambiente social. Neste contexto o estágio obrigatório contribui de forma fundamental para que o aluno tenha este momento em que pode ao mesmo tempo analisar se o que aprendeu está em sintonia com o que se passa no mundo do trabalho, ou seja, se a teoria e as práticas escolares estão sendo utilizadas, e observar quais características são relevantes e valorizadas no mundo trabalho, pois poderá ser de grande relevância caso queira optar após a conclusão do seu curso, por ingressar em alguma empresa/instituição. O estágio como prática escolar por ter estas características deve contribuir de forma significativa para a retroalimentação do processo de ensino aprendizagem, visto que os alunos poderão trazer novas experiências observadas no ambiente organizacional que contribuíram para o aprimoramento dos processos de aprendizagem.

Com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de seus conhecimentos profissionais e integrar teoria e prática, o estágio é o meio pelo qual o aluno pode observar e intervir no cotidiano escolar exercitando suas potencialidades. Durante o estágio, as observações e experiências são inúmeras e diferenciadas, o que propicia a reflexão do estagiário sobre as teorias que estão sendo assimiladas.

Niskier e Nathanael, (2006, p. 129) relatam que:

[...] a finalidade do estágio é justamente confirmar a vocação do estudante de acordo com a profissão escolhida e ainda inseri-lo no ambiente de produção onde o trabalho é efetivamente executado, permitindo que o jovem possa contextualizar e absorver as diferenças entre teoria e prática.

Desta form, observa-se que o estágio é importante enquanto uma prática escolar, pois coloca o aluno em confronto com o que aprendeu (Teoria) e sua aplicação no contexto real (Prática). E através da interação com o meio e a observação, reflete sobre o que aprendeu ou a importância do que aprendeu, e confronta seu aprendizado com o ambiente onde se localiza, transformando e modificando seu conhecimento. Esta observação pode lhe possibilitar também a capacidade de perceber suas possíveis deficiências em determinados conteúdos e a necessidade de aprimorá-los. A importância do estágio para o estudante é inquestionável, a experiência fora dos muros da escola possibilita conhecer novos horizontes, melhorar as relações interpessoais, amplia as expectativas de futuro, possibilitando desta forma uma contribuição importante para formação dos estudantes. Como afirmava Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1987, p. 68).

3.3 A Relação Teoria x Prática na Contribuição do Processo de Ensino-Aprendizagem Ocasionado pelo Estágio Curricular.

Na visão pedagógica, o estágio é a forma de auxiliar na formação do profissional para o futuro exercício de sua profissão, colocando-o em contato com a realidade do mundo do trabalho.

Ao chegar à escola o aluno se depara com o conhecimento teórico, ou seja, a explicação da realidade por meio de professores qualificados. Na maioria das vezes, é confuso para o estudante relacionar teoria e prática se não vivenciar momentos reais em que será preciso analisar o cotidiano frente às informações assimiladas. A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 35, prevê que o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

Seção IV

Do Ensino Médio

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, **relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.** (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, grifo nosso).

A importância que a LDBEN, confere à articulação entre teoria e prática, demonstra ser uma orientação oportuna, pois, esta relação possibilita a contextualização curricular melhorando desta forma, a compreensão e assimilação dos conteúdos, dando sentido ao conhecimento adquirido.

A nova Lei de estágio Lei 11.788/08, na mesma linha da LDBEN, define em seu Artigo 1º parágrafo 2º que:

o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à **contextualização curricular**, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (BRASIL. Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, grifo nosso).

Dessa forma, é fundamental considerar que o conhecimento vai sendo construído paulatinamente e implica um movimento constante de ação-reflexão-ação por parte dos alunos, para que ocorra uma formação integral.

E essa formação se dá por meio da relação que se estabelece entre teoria e prática, a partir do que o aluno é capaz de construir analisando a realidade por intermédio de suas fundamentações teóricas estudadas durante o curso. Neste caso, o aluno é o grande construtor do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades necessárias para tomada de decisão frente às questões que nos são colocadas no dia-a-dia. O estágio obrigatório por ter a característica de confrontar as teorias e práticas assimiladas no ambiente escolar com as práticas e tarefas executadas nas Instituições/empresas concedentes, possibilita o enfrentamento com a situação real ocorrida no cotidiano das organizações, permitindo ao aluno ter uma visão mais crítica da situação.

Esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade concreta, no entrelaçamento de suas contradições, implica um novo enfrentamento do homem com sua realidade. Implica admirá-la em sua totalidade: vê-la de “dentro” e, desse “interior”, separá-la em suas partes e

voltar a admirá-la, ganhando assim, uma visão mais crítica e profunda da sua situação na realidade que não condiciona. (FREIRE, 1983a, p. 60)

O estágio é um momento privilegiado em que o aluno se coloca como cientista e pesquisador da realidade; a ele cabe indagar e questionar a realidade discordando dela, caso esta se mostre em oposição às questões fundamentais para efetivação da educação. É também o momento em que o aluno interage com os funcionários e pelo fato do mesmo realizar atividades supervisionadas, que irão requerer um grau maior de responsabilidade que no ambiente escolar, o mesmo necessitará de muita atenção, tornando o estágio um ambiente propício para exercitar a atenção com as atitudes e comportamentos das pessoas e materiais e objetos do ambiente organizacional, durante o tempo de sua permanência no estágio.

Esta reflexão é reforçada por Jacques Delors em sua obra “Educação: um tesouro a descobrir”. Para este autor a educação ao longo de toda vida baseia-se em quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento:

aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. [...] Aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. Desde a infância, sobretudo nas sociedades dominadas pela imagem televisiva, o jovem deve **aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas**. A sucessão muito rápida de informações mediatizadas, o "zapping" tão freqüente, prejudicam de fato o processo de descoberta, que implica duração e aprofundamento de apreensão. Esta aprendizagem da atenção pode revestir formas diversas e tirar partido de várias ocasiões da vida [(jogos, **estágios em empresas**, viagens, trabalhos práticos de ciências...)] (DELORS, 2003, p. 92, grifos nossos).

Nesta mesma linha Kuenzer (2003, p. 21) relata que:

[...] Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à idéia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana. **A prática, portanto, compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos, não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico.** (grifos nossos).

Outro fator importante na realização do estágio é que de frente para a realidade é que somos capazes de enxergar e reconhecer em nós a necessidade de aprimoramento em nossa formação escolar e também é o momento de identificar nossas aptidões e interesses em relação à nossa escolha profissional.

A necessidade de aprimoramento na formação nos leva a pesquisar mais, analisar com cautela os conflitos e nos leva a refletir que, enquanto estagiários ainda existe a possibilidade de não sabermos explicar com clareza as competências que ainda não temos e que precisaremos obter até o final do curso, pois, ao terminar o curso o mundo do trabalho olhará o aluno como um profissional e vai exigir dele uma formação eficiente. Suas atitudes serão cobradas frente à sua formação.

Este ambiente também proporcionará oportunidade para discussões investigativas sobre os problemas da produção, onde a escola servirá de base para o aprofundamento desses problemas em forma de investigação, criando a cultura da extensão acadêmica e possibilitando a reconversão dos currículos em consonância com as demandas existentes no setor produtivo. A escola por sua vez, deverá tomar o devido cuidado para que esta relação com o setor produtivo não implique no empobrecimento da formação do estudante.

Nesta relação, todos envolvidos ganham. A escola se aproxima do meio produtivo, com o seu mais precioso elemento: o estudante - que a partir desta ótica torna-se elemento ativo não só de sua própria formação, mas também da formação de novas ideias e projetos educacionais juntamente com os professores e supervisores das Instituições/Empresas criando e desenvolvendo um excelente espaço para uma comunicação dialógica.

É importante analisarmos neste contexto a teoria do desenvolvimento humano a partir de um processo sócio-histórico onde o conceito de mediação se dá conforme o terceiro pressuposto de Vigotsky, em que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários entre o sujeito e o mundo.

Nesta visão, o protagonismo dos atores envolvidos na educação profissional, torna-se ainda mais importante, notadamente com relação ao papel dos professores, no papel de mediadores tanto na dimensão acadêmica, quanto na investigativa assim como os supervisores de estágio na dimensão laboral.

Outro aspecto importante é a concepção de uma metodologia de estágio que leve em consideração a vivência prática em situações reais de vida e trabalho, auxiliando para que ocorra um intercâmbio entre os indivíduos, com vistas a melhorar e desenvolver a comunicação dos estudantes.

[...] O trabalho é uma atividade que exige, por um lado, a utilização de instrumentos para a transformação da natureza e, por outro lado, o planejamento, a ação coletiva e, portanto, a comunicação social. Para agir coletivamente e de formas cada vez mais sofisticadas, o grupo humano teve de criar um sistema de comunicação que permitisse troca de informações específicas, e ação no mundo com base em significados compartilhados pelos vários indivíduos empenhados no projeto coletivo. O surgimento do pensamento verbal e da linguagem como sistema de signos é um momento crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento em que o biológico transforma-se no sócio-histórico. (VIGOTSKY apud OLIVEIRA, 1997, p. 45).

No processo de estágio o aluno interage com funcionários das instituições/empresas que fornecem estágios e especificamente com o professor orientador e com seu supervisor de estágio, este último, diretamente no decorrer das atividades e práticas efetivadas no ambiente das instituições/empresas, onde o aluno estagiário através da convivência e do auxílio de seu supervisor de estágio tem a possibilidade aprender através dos ensinamentos repassados por uma pessoa mais experiente na execução das atividades e/ou tarefas realizadas nas empresas/instituições. Para o melhor entendimento deste processo é fundamental o conhecimento da teoria de zona de desenvolvimento proximal de Vigotsky.

Para Vygotsky (1987, p. 101):

[...] um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar uma zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a

criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança.

Fontana (1997, p. 37) explica que na concepção de Vygotsky, a aprendizagem dos alunos vai sendo assim construída mediante processo de relação do indivíduo com seu ambiente sócio-cultural e com o suporte de outros indivíduos mais experientes. É na zona de desenvolvimento proximal (ZDP) que a interferência desses outros indivíduos é mais transformador. O conceito de ZDP é relativamente complexo, ele compreende a região de potencialidade para o aprendizado. No caso da criança, representa uma situação cognitiva em que ela só consegue resolver determinada tarefa psicointelectual com auxílio de alguém mais experiente.

Ao se focar o estágio como uma ferramenta pedagógica pode-se vincular que o ambiente de estágio configura-se absolutamente propício a um campo de experiência análogo à sala de aula, onde o estudante estagiário ao interagir com os empregados da empresa em seus postos de trabalho e o supervisor do estágio reproduz situação de aprendizado que em um sentido mais amplo prepara este indivíduo para o seu desenvolvimento.

As relações entre o desenvolvimento e o aprendizado dentro de um contexto sócio-histórico, tomando-se por base o ambiente do estágio nos conduz à visualização da chamada zona de desenvolvimento proximal reconhecida por Vigotsky e estabelecida como o momento em que o desenvolvimento real (capacidade de resolver problemas de forma independente) e o desenvolvimento potencial (capacidade de resolver problemas com a ajuda de outros atores) seja de crucial importância para o desenvolvimento do indivíduo, mais ainda do futuro profissional. Desta forma, temos que destacar a importância que devemos preferir aos métodos de aprendizagem que são utilizados pelo IFES Campus Santa Teresa na busca da melhor formação dos alunos. “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”. (VIGOTSKY, 1987, p. 101)

Nota-se assim, a necessidade do IFES Campus Santa Teresa melhorar os mecanismos existentes referente às práticas pedagógicas, ampliando seu campo de observação, para atuar de forma positiva na construção do processo de aprendizagem criando mecanismos para que o aluno possa estimular e explorar a ZDP, utilizando assim o estágio como forma de interação sócio-cultural, aprendizagem assistida e orientada, e possibilitar aos alunos relacionar o que já aprenderam às atividades desenvolvidas no campo do estágio, pois o IFES Campus Santa Teresa deve ter como base a formação de um aluno que assuma compromisso com sua formação integral, participando das aulas, das atividades no campo do estágio, das orientações e elaborando as leituras necessárias. Ou seja, compreender o conhecimento como um valor para o enobrecimento do ser humano. Segundo Morin (2005, p. 86) “o conhecimento pertinente não é fundado numa sofisticação, mas numa atitude que consiste em contextualizar o saber”.

Portanto, o estágio é um momento de aprendizagem em que podemos indagar e questionar para nos prepararmos adequadamente para o momento em que, como profissionais da área escolhida, precisaremos tomar a decisão adequada, ele possibilita ao aluno aplicar e desenvolver conhecimentos construídos nos anos de estudo através da contextualização da teoria e a prática que aprendeu no ambiente escolar com as práticas e tarefas executadas nos estágios desenvolvidos em Instituições/Empresas.

3.4 Relação do Estágio com a Educação e o Mundo do Trabalho.

A partir das transformações e mudanças ocorridas no chamado mundo do trabalho ao longo da história, mais precisamente no início dos anos 90 nota-se que o

capitalismo se encontra constantemente buscando formas de se organizar acompanhando as mudanças econômicas mundiais. O que ocorre é que este esforço de adaptação constitui-se em uma necessidade tendo em vista garantir a continuidade de um determinado padrão de acumulação buscando a qualquer custo utilizar as instituições a seu favor.

Globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial. (FRIGOTTO, 1997, p.41).

No contexto das mudanças atuais do trabalho e do emprego e das crescentes inovações tecnológicas, as questões da empregabilidade e competência passaram a ocupar um lugar de destaque no discurso empresarial e midiático. Para os futuros e atuais trabalhadores as novas demandas de qualificação impuseram a necessidade de uma constante atualização formativa ou profissional tendo em vista o ingresso ou permanência em um mercado profissional que passa por grandes reestruturações. O termo empregabilidade passou a fazer parte do vocabulário organizacional e de acordo com Miranelli (1995) significa:

a condição de ser empregável, isto é, de dar ou conseguir emprego para os seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidos por meio de educação e treinamento sintonizados com as novas exigências do mercado de trabalho. (MINARELLI, 1995, p.11).

Para Magalhães (1997), a nova estrutura do mercado de trabalho traz em seu bojo a empregabilidade como uma nova concepção empresarial em relação às características que cada trabalhador deve possuir, como por exemplo, habilidades, conhecimentos e capacidades que vão muito além do necessário em sua área profissional, devendo ser um indivíduo polivalente.

Fica implícito que na visão de empregabilidade descrita por Magalhães (1997), estes indivíduos caso não possuam habilidades e conhecimentos suficientes para atender as transformações ocorridas no mundo do trabalho e não se qualificarem, não terão seu lugar garantido em um posto de trabalho. Esta visão coloca o homem como o culpado pelo fracasso no emprego. Porém, deve-se ponderar que a necessidade de adaptação às mudanças ocorridas no mercado de trabalho devido às exigências promovidas pela alteração constante no campo do desenvolvimento tecnológico, não é sozinha a principal causa do desemprego. Como descreve Souza (1999), este fato não condiz com a realidade e não mostra as reais causas do desemprego, desta forma este autor relata que:

O que a noção de empregabilidade traria seria um deslocamento da idéia de que o desemprego se daria através do descompasso entre a população economicamente ativa e a oferta de trabalho. O desemprego seria, para aquela visão, resultado das inadequações desta população às exigências de qualificação colocadas como requisitos no interior do novo paradigma produtivo. Com isso, estaria implícita a idéia de que haveria oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa, contanto que a mesma se adapte às demandas do novo quadro. (SOUZA, 1999, p.49).

Na mesma linha, Gentili (1995) aponta que o discurso educacional do neoliberalismo ocorre a partir de uma reformulação dos enfoques economicistas da teoria do

capital humano e descreve que sobre este enfoque, o conhecimento, por aumentar a capacidade do trabalho, contribui para o crescimento econômico e de modo particular melhora a capacidade de ingresso para quem o possui.

Desta forma, a educação na lógica do capital tenta inserir o conceito de empregabilidade juntamente com o de competência, apresentando os mesmos como condição indispensável para que os indivíduos almejem um posto no concorrido mercado de trabalho.

O que se pode observar é que o mercado impõe ao homem um ritmo intenso de transformações exigindo grande flexibilidade e constante aprimoramento para atender as suas necessidades. Com as constantes mudanças tecnológicas promovidas pela necessidade de evolução do ser humano, níveis de conhecimento voltados para o trabalho são exigidos cada vez mais das pessoas, colocando o homem em uma missão constante de se aperfeiçoar ou correr o risco de assumir o papel de apenas mais um figurante no teatro da vida.

O que se nota de fato no processo de integração entre trabalho e educação é que a frágil instituição chamada escola, que deveria ser transformadora e idealizar um sistema voltado para o homem como objeto principal deste processo em sua busca da interação com o meio, minimizando desta forma as desigualdades e proporcionando um mundo mais justo para todos, vem ao longo das décadas mudando sua função principal para atender aos interesses do mercado.

Este processo de mudança e degradação da escola pode ser explicado através das transformações ocorridas mais precisamente a partir da década de 90, que de acordo com Frigotto (2007) foram implantadas sob as bases de uma doutrina neoliberal em decorrência de um projeto de um capitalismo associado e dependente.

Frigotto (2007) descreve com boa dose de ironia que não consegue identificar que tipo de projeto de educação escolar básica e de formação profissional e tecnológica é necessário ao país, de acordo com o modelo de desenvolvimento imposto pelo projeto neoliberal.

O que se pode observar é que a educação ao longo dos tempos não vem recebendo o valor que merece. Em se tratando do Brasil nota-se que quando há uma onda de crescimento econômico alavancado pelo crescimento global ou por medidas de incentivo ao mercado interno, esta última acontecendo muito timidamente, existe uma demanda maior por parte das empresas e o setor educacional é chamado a responder a esta demanda para atender as necessidades empresariais. Desta forma, são criados cursos de maneira repentina sem se preocupar com a boa formação de seus alunos. Este fato pode ser constatado facilmente nos tempos atuais com a criação dos Institutos Federais de Educação, onde há uma expansão desordenada na criação dos Campi pelo país, sem se preocupar com uma estruturação adequada que corresponda aos níveis de excelência que o projeto de desenvolvimento na educação deveria ter, comprometendo desta forma a boa formação dos estudantes que ingressam nestas instituições.

Frigotto (2007, pag. 1136), dentro deste contexto afirma que:

Diferentes elementos históricos podem sustentar que, definitivamente, a educação escolar básica (fundamental e média), pública, laica, universal, unitária e tecnológica, nunca se colocou como necessidade e sim como algo a conter para a classe dominante brasileira. Mais que isso, nunca se colocou, de fato, até mesmo uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores, a fim de prepará-los para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva competição intercapitalista.

O que se deve alertar é que a precarização da educação, colocando simplesmente esta instituição a favor do capital, contribui somente para castrar as possibilidades de

crescimento e emancipação do homem, retardando ou inviabilizando o sonho de uma educação para uma formação omnilateral do homem. Silva (2002) descreve que a real missão da educação é:

Ajudar cada indivíduo a desenvolver todo o seu potencial e a tornar-se um ser humano completo, e não um mero instrumento da economia; a aquisição de conhecimentos e competências deve ser acompanhada pela educação do caráter, a abertura cultural e o despertar da responsabilidade social. (SILVA, 2002, p.36).

Não se discute aqui que o trabalho deve fazer parte da formação do homem; sua relevância é e sempre será incontestável no processo formativo dos cidadãos, como afirma Ferretti (1996, p.165):

[...] o trabalho foi, é, e continuará sendo o princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar no contexto das tecnologias avançadas a sua unificação.

O que se deve ponderar é que na busca de uma sociedade mais justa a integração do trabalho com a escola deverá promover o desenvolvimento dos estudantes dando subsídios para que se transformem em cidadãos conscientes da responsabilidade de construir um mundo mais igual para todos. De acordo com Carlos Vogt, ex-reitor da UNICAMP:

A interação sistemática da escola com o mundo do trabalho é fundamental e indispensável para compor o futuro perfil profissional adequado de nossos jovens, principalmente os formandos. Aqui, o ensino técnico tem um papel definidor. [...] Mas ao lado da profissionalização do estudante é preciso não esquecer a sua formação integral e humanista para que ele se desenvolva com forte sentido de responsabilidade ética e social, isto é, seja competente em sua especialidade e seja cidadão exemplar na sua convivência na comunidade em que atua e na sociedade em que vive. (VOGT, 2010, p. 2)

As empresas, atualmente, passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados.

À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões mediada por novas tecnologias da informação. Competências gerais serão exigidas para que o profissional possa analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implantadas.

No contexto atual da reestruturação produtiva, e levando-se em conta a dinâmica desse processo de reestruturação no campo da organização da produção e das relações de trabalho, impõe-se a necessidade de rápida eliminação dessa visão equivocada de que a educação para o trabalho se dá em órbita separada da educação formal. Urge o reconhecimento de que a educação é, ao mesmo tempo, instrumental indispensável para a conquista da cidadania, e fundamental, senão exclusiva, para formar o cidadão trabalhador, dando-lhe condições de enfrentar os novos desafios colocados pelo sistema produtivo. (GÍLIO, 2000, p.65)

De acordo com Gílio (2000, p. 65-66) as novas tecnologias e os novos modelos organizacionais de trabalho nos setores produtivos e nos serviços:

- a) incidem diretamente sobre a qualificação e as habilidades dos trabalhadores e introduzem desafios ainda maiores na reflexão sobre as relações entre educação e trabalho;
- b) apontam na direção de uma qualificação profissional mais geral, em vez de habilidades apenas manuais, pois integram atividades de controle, direcionamento e manutenção, exigem capacidade de associação de dados, de informações e de decisão frente a situações complexas, o que leva à redução da hierarquia e à maior autonomia do trabalhador e reduz o contraste entre educação intelectual e a formação profissional;
- c) provocaram novas concepções de gestão empresarial, valorizaram os conteúdos gerais da educação básica, tais como: raciocínio lógico, capacidade de comunicação, de decisão e resolução de problemas, cooperação e capacidade de aprender, e têm exigido a especialização e o treinamento de milhares de trabalhadores em funções diversas das que exerciam quando começaram a trabalhar;
- d) aumentaram a demanda por trabalhadores tecnicamente treinados e reduziram a demanda por mão-de-obra não qualificada;
- e) extinguiram algumas funções, reduziram o número de trabalhadores diretos particularmente nas funções repetitivas, previsíveis, formalizadas e estruturadas;
- f) diminuíram o processo de crescimento das funções indiretas como a dos programadores, do pessoal de apoio, de escritório e de manutenção, e tendem a valorizar as funções de concepção, de tratamento de símbolos, intelectuais, não previsíveis e sujeitas a estruturação; e
- g) na medida em que não permitem mais separar função intelectual da função técnica, determinarão uma formação que unifique ciência e trabalho, trabalho intelectual e instrumental.

Ainda de acordo com o autor, essa nova base científica e tecnológica do processo de trabalho, na medida em que potencializa as capacidades intelectuais do trabalhador, exige um nível de escolaridade e de qualificação maior do que o até hoje requerido, pois valorizar as habilidades intelectuais implica:

O desenvolvimento das múltiplas potencialidades do homem, o que o habilita tanto para a cidadania quanto para o trabalho, e, dessa forma, aproxima a educação profissional da educação básica que, por sua vez, capacita o trabalhador a aprender continuamente ao longo de sua carreira profissional. (FOGAÇA, 1993, p. 346 apud GÍLIO, 2000, p. 66-67).

A escola sem dúvida deverá integrar a educação ao trabalho através de uma formação politécnica articulando ciência, cultura e trabalho, possibilitando ao homem adquirir os fundamentos científicos dos mais variados, adequados ao processo de trabalho produtivo moderno e também uma formação humanística que possibilite ao homem a capacidade de exercer a cidadania em sua plenitude, neste sentido a educação deve, como descreve Ramos(2005):

desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. Como lembrava Gramsci, na década de 1920: uma formação que permita o domínio das técnicas, as leis científicas e a

serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica. Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana (RAMOS, 2005, p. 74).

A ruptura da dualidade entre cultura geral e técnica aparece hoje como uma ideia de integração entre formação geral e educação profissional, tendo suas origens nos anos 80, como mostra Ciavatta (2005) quando descreve que:

A origem recente da idéia de integração entre a formação geral e educação profissional, no Brasil, está na busca da ruptura do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública nos anos de 1980 (...) nele se buscava assegurar uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica assumindo o conceito de politecnia. (CIAVATTA, 2005, p. 87-8)

Pelo relato destes autores, nota-se que uma escola politécnica elimina esta dualidade e coloca novamente o homem no centro das discussões como objeto principal dando-lhe a base necessária para que seja independente na busca de seu destino; seja na continuidade de seus estudos, seja no ingresso para o mercado de trabalho. A Escola, a partir destas constatações, deverá buscar a articulação e deve ficar atenta para minimizar a dicotomia existente entre ensino profissional e propedêutico, procurando implementar ações concretas para proporcionar ao estudante uma formação mais completa. Neste sentido, o estágio como prática curricular tem um papel fundamental pois proporciona ao estudante experimentar, mesmo antes de sua formação, a prática do convívio em ambiente que proporciona tanto o exercício profissional, quanto cultural e social, exercitando sua prática acadêmica, confrontando e contextualizando o aprendizado construído na escola, contribuindo desta forma para uma formação abrangente, sintonizada com as transformações que acontecem por trás dos muros da escola. Porém, Regattieri e Castro (2009, p. 152), relatam que “Nos documentos que tratam de estágios é difícil encontrar uma política de abrangência geral, por isso temos poucos elementos de avaliação concreta”. De acordo com as autoras, relacionado à política de estágios:

[...] A Colômbia é provavelmente o país que possui mais dados concretos sobre o alcance dessa política. Pode-se dizer que, em geral, a organização de estágios é regida por um duplo olhar: os estágios representam benefícios para as escolas, porque as aproximam do mundo do trabalho; e benefícios para os alunos, porque permitem a eles uma formação muito difícil de ser reproduzida no contexto escolar, com a integração entre saberes teóricos e práticos, saberes atitudinais e sociais vinculados ao trabalho. A ênfase é os estágios se realizarem em espaços situados em contextos reais, ou seja, em empresas. Na legislação mais recente, enfatiza-se a necessidade de garantir o caráter educativo dos estágios, porque seu uso abusivo na América Latina fez deles uma experiência crítica. Nos casos da Argentina, do Chile e do Uruguai, as leis e dispositivos que regulam os estágios são associados à educação técnica; podem-se encontrar escolas que desenvolvem estágios na educação secundária geral, mas a legislação está voltada para a educação técnica. No caso do Brasil e da Colômbia, há uma inovação, que são estágios em espaços múltiplos, não vinculados a empresas, mas espaços sociais ou de organismos públicos, num sentido muito amplo. (REGATTIERI; CASTRO, 2009; p. 153-154).

O estágio como prática pedagógica, se bem conduzido, poderá trazer grande contribuição para todas as partes envolvidas: estudantes, escola e empresas/instituições. Porém, diferentes fatores interferem ou estão diretamente relacionados causando transtornos ao processo de estágio; estes ultrapassam os contextos teóricos e práticos e ganham dimensões sociais, econômicas, culturais e históricas. Neste sentido as autoras enfatizam que:

Há vários problemas e desafios em relação aos estágios. Um deles é a substituição de trabalhadores por estagiários, que ocorre, sobretudo em países que têm sistemas massivos de estágios. Isso ocorre principalmente nas pequenas e médias empresas, levando os sindicatos de trabalhadores a se colocarem contra os estágios – é um problema complexo quando os estágios não fazem parte da cultura do país. Outros problemas estão vinculados à garantia de conteúdo formativo, à clareza do plano de estágio e à necessidade de maior articulação institucional: quem organiza, quem faz o monitoramento, quem controla, quem cuida do conteúdo formativo, a escola ou a empresa? O que se entende por um bom estágio não tem o mesmo sentido para a empresa, para a escola e para o jovem. Em alguns casos, o estágio gera sobrecarga de trabalho para os professores, para as escolas. Em outros, como é uma atividade muito valorizada pelos jovens, pelas famílias, as escolas acabam por aceitar qualquer tipo de alternativa para os estágios. Conseguir a articulação curricular é questão-chave, e as experiências que estudamos demonstram que isso não ocorre efetivamente. Somente em alguns casos consegue-se, por exemplo, que o estágio seja objeto de avaliação no currículo escolar. (REGATTIERI; CASTRO, 2009; p. 153-154).

Não se busca aqui, nem se tem a pretensão, de conseguir resolver todos os problemas existentes no ambiente escolar referente à aprendizagem. Tenho consciência de que as reformas necessárias à escola são bem mais complexas. A experiência do estágio, por sua vez, oferece uma contribuição valiosa no sentido de contribuir para que haja uma interação da escola com a comunidade externa (empresas/instituições) possibilitando a seus alunos a troca de conhecimento e a vivência efetiva em situações reais de vida e de trabalho, melhorando desta forma o processo de ensino-aprendizagem e trazendo indicativos de competências que devem ser trabalhados para que o aluno possa atuar de forma satisfatória nos campos de estágio e no mundo do de trabalho. Neste contexto entende-se por competência a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico. (MEC/CNE/CEB, 1999).

A escola, por sua vez, deverá ampliar cada vez mais seus horizontes, na busca do aprimoramento de seus processos internos para que de forma integrada com o ambiente externo através de práticas pedagógicas como o estágio, traga as condições necessárias para garantir uma formação sólida aos estudantes, acompanhando as transformações sociais e tecnológicas que porventura ocorram, capacitando o estudante tanto para atuar na área que escolheu quando optou por realizar um curso técnico profissionalizante quanto para prosseguir na trajetória acadêmica, dando continuidade aos seus estudos e ampliando sua formação em cursos de graduação e de pós-graduação.

Sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições passam a ser exigidas à

escola. Conseqüentemente, também sua função social tende a ser revista; seus limites e possibilidades, questionados. (VIEIRA; PENIN, 2002, p.13).

Diante do exposto, percebe-se que o estágio mostra-se como uma importante prática pedagógica na contribuição para a construção do modelo de escola que possibilite uma integração do profissional com o social. Para o aluno, significa o momento da formação que proporciona vivenciar experiências, conhecendo melhor sua área de atuação, relacionando teoria e prática, buscando aprimorar os conteúdos adquiridos em sua formação e confrontá-los com as atividades desenvolvidas no ambiente empresarial, proporcionando assim a contextualização curricular além de acrescer uma ajuda financeira no caso do estágio remunerado (que de alguma forma o ajuda em alguns desembolsos que porventura venha ter na sua condição de estudante). Para escola, aproxima-a do ambiente externo do “mundo do trabalho” permitindo fazer uma análise constante das variações existentes no mesmo, com vistas ao aprimoramento constante do ensino profissionalizante. Para os empresários uma importante forma de integração com as instituições de formação de sua mão-de-obra servindo para ampliar os meios para selecionarem seus futuros funcionários e também uma forma de prestarem sua contribuição social, visto que hoje isto se tornou uma forma de venderem sua imagem e por consequência seu produto ou serviço.

Neste contexto a escola não pode deixar de analisar se as práticas desenvolvidas nos campos de estágios estão sendo realizadas de maneira correta, objetivando assim o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem para que esta prática contribua de forma efetiva com uma formação geral dos estudantes.

4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O homem diante de seu desenvolvimento e, conseqüentemente, da história da humanidade tem buscado encontrar respostas que o ajude a interpretar a realidade que o cerca. O esforço para entender essa realidade estimula a compreensão dos fenômenos históricos sociais relativos à sua existência e à sua interferência tanto no ambiente físico como nas relações sociais e produtivas. O resultado dessa busca gera o chamado conhecimento responsável pela construção e reconstrução da realidade humana.

A respeito disto, Freire (1983b, p.29) diz:

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber sem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância.

Segundo Alves (1997, p.117 Apud GONÇALVES, 2002, p. 59): "o único propósito dos saberes é tornar possível a exuberância dos saberes. A ciência progride: os saberes se somam. A ciência é um ser do tempo."

Segundo Gonçalves (2002, p.59): "Ciência, portanto, se trata em sua relação com a prática, e seus objetivos determinam suas funções: descobrir, explicar, produzir, prognosticar e transformar a realidade."

Assim, a pesquisa científica justifica-se, sobretudo para ampliar os horizontes do conhecimento, intervindo e modificando a realidade principalmente com o objetivo de resolver problemas. As diferentes vias ou agentes educativos vão provocando, propiciando e dirigindo o desenvolvimento humano em seus diferentes componentes: racionais, físicos, ambientais e outros. A educação conduz ao desenvolvimento, para tanto requer que sejam propostas exigências cada vez maiores, que conduzam efetivamente a esse desenvolvimento.

Ao elaborar uma pesquisa ou fazer um determinado estudo, a metodologia é o ponto essencial para que se obtenha um resultado. Assim, Minayo (2003, p.42) refere-se à metodologia considerando que: "Geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado ao pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico."

Como o objetivo dessa pesquisa é "Compreender o papel do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária no IFES Campus Santa Teresa", analisando-se a maneira como está formatado o estágio promove a contextualização curricular, ou seja, a relação entre a teoria e prática aplicada na instituição de ensino e as práticas de estágio executadas nas instituições/empresas concedentes, a forma de abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, visto que a pesquisa implica na necessidade de lidar com dados qualitativos diversos, como alguns previstos na abordagem de Patton (apud ALVES-a MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002), que são:

[...] descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos; trechos ou íntegras de documentos, correspondências, atas ou relatórios de casos. (p. 132).

O método qualitativo procura através da coleta de dados responder às questões da pesquisa. Sobre isso Sampiere (2006, p. 5) define, "o Enfoque Qualitativo, em geral, é

utilizado, sobretudo para descobrir e refinar as questões de pesquisa. Com frequência esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados como as descrições e as observações”.

A pesquisa qualitativa, ou abordagem qualitativa pode ser descrita como o procedimento apropriado para a realização de estudos sobre uma determinada situação específica, que permite conhecer detalhes sobre um determinado fato, fenômenos da realidade, ou objeto, bem como sobre um grupo de pessoas. Pode ser definida como um “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.” (OLIVEIRA, 2005, p. 41).

Sobre a forma de abordagem qualitativa na mesma linha dos autores citados, Vieira (2004, p.15) descreve que:

A pesquisa qualitativa é definida de acordo com o axioma de crenças do investigador. Atribui importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem, aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos, aos significados e aos contextos.

Quanto aos **objetivos** à pesquisa será de forma **explicativa** a qual, segundo ressaltado por Gil (1999), tem como sua maior preocupação identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. De acordo com o autor “este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por explicar a razão, o porquê das coisas. [...] pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos”. (GIL, 1999, p. 44).

Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Gil (1999, p. 65) explica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudo exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas”.

Na mesma linha dos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa documental para analisar dados já existentes na Coordenadoria de Integração Escola-Comunidade. De acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel. Nessa tipologia de pesquisa, os documentos são classificados em dois tipos principais: documentos de primeira mão (fonte primária) e de segunda mão (fonte secundária).

[...] os documentos de primeira mão são os que não recebem tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. Os documentos de segunda mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. (GIL, 1999. p 66).

4.1 Caracterização do Grupo de Pesquisa

O presente estudo foi realizado no IFES Campus Santa Teresa, situado no município de Santa Teresa-ES, envolvendo os alunos do curso Técnico em Agropecuária com

Habilitação em Agropecuária na modalidade de concomitância interna, das turmas das 3ª séries A e B, ambas com 18 (dezoito) alunos concludentes de estágio, totalizando 36 (trinta e seis) alunos, abrangendo 100% dos alunos que estagiaram. A amostra utilizada abrangeu 70,59% dos 51 (cinquenta e um) alunos do curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agropecuária na modalidade de Concomitância Interna que concluíram o curso em dezembro de 2010. Cabe ressaltar que a utilização de 100% da população dos alunos das 3ª séries, não foi possível, devido a uma pequena parcela dos alunos optarem por realizarem seus estágios após a integralização do curso, conforme permitido, descrito pelo Regulamento Interno de Estágio do IFES Campus Santa Teresa e pelo Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFES.

O critério da escolha deste grupo se deu por os alunos deste fazerem parte das últimas turmas a se formarem na modalidade Concomitante no IFES Campus Santa Teresa e por serem as turmas do curso técnico em Agropecuária do ensino médio profissionalizante que permitiriam que a pesquisa fosse realizada dentro do prazo de conclusão estipulado pelo Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA).

Os estágios foram realizados em empresas/instituições no período de janeiro a julho de 2010.

Foram entrevistados os representantes das Coordenadorias de Integração Escola-Comunidade dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia de Satuba-AL e Sertão-RS. Estas entrevistas tiveram como objetivo colher depoimentos e confrontá-los com os relatos dos estudantes acerca do período ideal para realização dos estágios, visto que o IFAL Campus Satuba e o IFRS Campus Sertão só permitem que seus estudantes façam o estágio obrigatório após a integralização do curso, conforme consta em seus regulamentos. A opção por realizar as entrevistas, teve sua motivação advinda das respostas dos alunos do IFES Campus Santa Teresa que, em sua maioria absoluta, relataram que o período ideal para cumprimento do estágio é após o período de integralização do curso.

O critério de escolha dos Institutos para realização da entrevista se deu por se tratar de 2 (duas) Instituições que foram antigas Escolas Agrotécnicas como o IFES Campus Santa Teresa, por ministrarem o curso Técnico em Agropecuária, por serem instituições onde o estágio obrigatório somente pode ser cumprido após a integralização do curso e finalmente levando em conta que o Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, proporciona duas semanas onde o Mestrando da região Sudeste tem a oportunidade de vivenciar dois momentos em Institutos Federais de Educação das Regiões Nordeste e Sul; optou-se então, pela realização das entrevistas no IFAL Campus de Satuba e IFRS Campus Sertão.

4.2 Instrumentos Escolhidos para Coleta das Informações

Neste trabalho foram utilizados como instrumentos/ferramentas para coleta de dados, a observação participativa, a pesquisa bibliográfica, a entrevista estruturada e o questionário semi-estruturado com questões abertas estes últimos desenvolvidos no período março a julho de 2010 e aplicados entre os meses de agosto e outubro de 2010.

O questionário semi-estruturado como parte dos instrumentos de coleta de dados para obtenção das informações desejadas foi aplicado baseado na proposta de Gil (1991), que aponta as seguintes características que o justificam:

- apresentar baixo custo;
- exigir baixa habilidade de aplicação;
- garantir o anonimato das respostas;

4.3 Passos para Aplicação da Pesquisa

- a) Reunião com 36 (trinta e seis) alunos concludentes de estágio das 3ª séries do curso Técnico em Agropecuária Concomitante para esclarecer os motivos e objetivos da realização da pesquisa,
- b) Reunião com 4 (quatro) alunos da 3ª série para aplicação do questionário. Este pré-teste foi realizado para sanar possíveis falhas na redação. Logo após, foi realizada uma discussão com os alunos para descobrir as dificuldades encontradas;
- c) Reunião para aplicação do questionário semi-estruturado para 36 (trinta e seis) alunos,
- d) Entrevista com os coordenadores das Coordenadorias de Integração Escola Comunidade do IFAL Campus Satuba e IFRS Campus Sertão.

4.4 Etapas da Pesquisa

Foram previstas 3 (três) etapas para realização desta pesquisa. A primeira etapa se caracterizou pelo levantamento de material sobre o tema estágio curricular, onde foram selecionados materiais já publicados constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos, legislação específica, e documentos capturados de fontes secundárias fornecidos pela Coordenadoria de Integração Escola-Comunidade (CIEC), que registra e armazena os processos de estágio.

A segunda etapa se caracterizou pelas análises acerca da problemática obtida através da reunião com o grupo de alunos pesquisado, pela aplicação do questionário e pela realização da entrevista com os coordenadores de Integração Escola-Comunidade dos Institutos Federais de Educação, além de observações pessoais.

A terceira e última etapa caracterizou-se pela organização e análises das respostas dos entrevistados na busca de dar conta dos objetivos propostos nesta pesquisa. Para esta tarefa optou-se pela análise de conteúdo de acordo com Franco (2008), baseado em Bardin (1977).

A análise de conteúdo é definida por BARDIN, como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), interferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1977, p. 40).

Seguindo a referência de Franco (2008), na análise de conteúdo foi utilizada a análise de categorias temáticas, onde as respostas são analisadas e agrupadas em categorias formadas por temas com significados que se assemelham. Observa-se que o critério de categorias temáticas submete os dados à apreciação exaustiva, a fim de conferir objetividade e pertinência à classificação, identificando qualitativamente os assuntos principais de interesse dos entrevistados.

Para a elaboração de categorias de acordo com Franco (2008) há dois caminhos que poderiam ser seguidos, categorias a *priori* e as que não são definidas a *priori*. A autora relata que:

Categorias a *priori*, neste caso as categorias e seus respectivos indicadores são pré-determinados em função da busca a uma resposta específica do investigador. [...] As categorias que não são definidas a *priori*, emergem da

‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria. (FRANCO, 2008, p. 60-61).

Desta forma, para elaboração das categorias optou-se pela definição *a posteriori*, a partir da leitura preliminar do material coletado.

Após a elaboração desta pesquisa pôde-se compreender melhor o papel do estágio curricular. A partir dos resultados da pesquisa, objetiva-se desvelar a prática do estágio possibilitando que o IFES Campus Santa Teresa promova ações efetivas para contribuir na melhora da formação dos alunos do curso técnico em Agropecuária.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados obtidos através da pesquisa documental, da aplicação do questionário, dos depoimentos colhidos dos Coordenadores de Integração Escola-Comunidade de dois Institutos Federais das regiões Nordeste e Sul, além das observações feitas durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Para execução da pesquisa documental foi realizado um levantamento dos regulamentos de estágio com o objetivo de descrever a proposta pedagógica do estágio no IFES Campus Santa Teresa e a concepção de relação entre trabalho e educação que a norteia.

Foi aplicado um questionário semi-estruturado para 36(trinta e seis alunos) dos 3º anos A e B que concluíram seu curso em dezembro de 2010, contendo perguntas abertas e fechadas abordando os diversos elementos do processo de estágio onde se procurou através da aplicação deste instrumento descobrir os seguintes dados:

- **Caracterização das empresas/instituições** - através deste levantamento buscou-se descobrir qual é o tipo de empresas/instituições que concedem estágio aos alunos do IFES Campus Santa Teresa para avaliar a pertinência da área;

- **Infraestrutura** neste item buscou-se descobrir se a infraestrutura das empresas/instituições é adequada para o desenvolvimento dos estágios;

- **Supervisão de estágio** através deste item buscou-se observar se o funcionário designado pelas empresas/instituições cumpre o papel de supervisionar os estagiários de forma adequada.

- **Atividades desenvolvidas no estágio** - neste item buscou-se descobrir o conjunto de tarefas desempenhadas pelos estagiários, as áreas onde são executadas e o número de estágios realizados pelos alunos.

- **Relação das tarefas desenvolvidas, com o aprendizado das competências próprias da formação profissional** - objetivou-se neste item descobrir se as tarefas executadas nos campos de estágio são condizentes com a formação de competências próprias da atividade profissional da área de formação dos alunos.

- **Dificuldades encontradas na execução dos estágios** neste item buscou-se descobrir quais foram as dificuldades enfrentadas pelos alunos;

- **Acompanhamento pelo professor Orientador** objetivou-se descobrir se a orientação dada pelo professor orientador na execução do estágio foi adequada;

- **Contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa para o estágio** - objetivou-se a partir dos resultados obtidos, descobrir se as práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa, ajudaram de alguma forma os alunos na execução do estágio contribuindo desta forma para efetivação da contextualização curricular;

- **O período de realização do estágio** buscou-se através deste item obter a opinião dos alunos que estagiaram sobre o período de desenvolvimento do estágio que propiciasse o melhor aproveitamento e aprendizagem para os estagiários;

- **Contribuição para ao desenvolvimento das atividades do curso** - neste item objetivou-se descobrir se o estágio teve importância para o desenvolvimento das atividades do curso;

- **Contribuição na tomada de decisão referente à carreira profissional** - através deste item procurou-se descobrir se o estágio teve importância e ajudou em alguma decisão sobre os rumos da carreira profissional;

- **Benefícios para o desenvolvimento escolar, pessoal e profissional** – buscou-se através deste item compreender a importância do estágio no que tange ao desenvolvimento escolar, se o mesmo traz algum tipo de crescimento pessoal e desenvolvimento profissional.

Considerando os depoimentos dos alunos, que de maneira expressiva (83,78%) relataram sua preferência em relação ao período de realização do estágio avaliando ter um melhor aproveitamento quando o estágio curricular é cumprido após a conclusão do curso, optou-se pela realização de entrevistas como já foi dito anteriormente, com dois Coordenadores de Integração Escola-Comunidade dos Institutos Federais da Região Nordeste e Sul, nos quais, de acordo com o seu regulamento interno, o estágio curricular obrigatório só é permitido após a conclusão do curso. A entrevista foi estruturada com apenas um questionamento: “Por que a opção pela realização do estágio somente após a conclusão do curso?”. Através destes depoimentos buscou-se descobrir quais os motivos que levaram os Institutos analisados a optarem por esta determinação e identificar se há relação entre os motivos explicitados pelos alunos e pelos coordenadores dos Institutos.

5.1 A relação entre Trabalho e Educação que Norteia a Proposta Pedagógica do Estágio no IFES Campus Santa Teresa.

Foi através das observações realizadas à época quando atuava como coordenador da CIEC, que pude vivenciar o processo de transformação pelo qual passou o estágio curricular no IFES Campus Santa Teresa nesta última década, devido à modificação das normas regulamentadoras vindas do Governo federal, que foram instituídas no intuito de melhorar os processos de estágio. Desta forma, o IFES Campus Santa Teresa teve que tomar providências no sentido de adaptar seu regulamento para atender as transformações ocorridas por duas vezes nesta última década, a primeira em 2006, por força da Resolução CNE/CEB Nº 1 de 21 de janeiro de 2004 e a segunda após a sanção do Presidente da República da nova Lei de estágio, Lei Federal nº11.788 de 25 de setembro de 2008.

Para entendermos este processo e melhor atingir o foco principal que é a relação entre trabalho e educação que norteia a proposta pedagógica do estágio no IFES Campus Santa Teresa, buscou-se esclarecer melhor alguns pontos básicos dos princípios norteadores do estágio previstos na LDBEN e em um segundo momento tratou-se de analisar especificamente sua última transformação, baseada na nova Lei de estágio onde o IFES Campus Santa Teresa juntamente com os demais Institutos tiveram que adaptar seus Regulamentos de Estágio a esta nova perspectiva trazida pela nova lei de estágio, como veremos a seguir.

De acordo á legislação específica à época, a Lei 6.494/77 que disciplinou os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo, o estágio foi concebido como estágio curricular supervisionado. Assim, foi entendido ao longo do último quartil do século passado. A atual LDBEN, a Lei Federal nº. 9.394/96, entretanto, desvinculou a educação profissional da educação básica. A educação profissional não é mais a parte diversificada do ensino médio, seja na modalidade regular de ensino, seja na modalidade de educação de jovens e adultos. Em decorrência dessa separação entre educação profissional e ensino médio, o Artigo 82 da atual LDBEN, ampliou os objetivos e abrangência do estágio supervisionado previsto na Lei Federal nº. 6.494/96.

Embora a noção de estágio supervisionado tenha origem na educação profissional, a própria legislação federal específica que regulamentou à época a Lei Federal nº. 6.494/77, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, foi sábia ao considerá-lo como "estágio curricular" e como "atividade de aprendizagem social, profissional e cultural", o qual deve ser proporcionado ao estudante

pela: “[...] participação em situações reais de vida e de trabalho, de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino”. (Art.2.º Dec. 87.497/82).

As dimensões do social, do profissional e do cultural, portanto, constituem a essência do conceito de estágio supervisionado, profissionalizante ou não, tal qual previsto pela legislação específica, e de modo particular, pela atual LDBEN que, no Artigo 82, o estende ao ensino médio, mesmo tendo esse nível de ensino sido caracterizado como etapa final da educação básica, de “consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (Artigo 35, Inciso I).

Esta ampliação do conceito de estágio se deve ao entendimento que a LDBEN dá à função da educação. Nos termos do Artigo 1º da LDBEN “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. O parágrafo segundo do mesmo artigo define que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Essa orientação é consagrada como um dos princípios básicos da Educação Nacional, que é assim apresentado no Inciso XI do Artigo 3º da LDBEN: “vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho e a prática social” reflete um dos propósitos atribuídos a todos os níveis e modalidades de educação e ensino pela atual LDBEN.

A nova Lei de estágio, Lei 11.788/2008 trouxe em seu bojo ganhos significativos para o aluno estagiário, mas, em alguns pontos os especialistas estão divididos sobre os impactos que essa nova lei irá provocar. Agora as empresas terão que conceder férias, vale-transporte, e outros benefícios como seguros contra acidentes pessoais, ficando alternativamente a instituição de ensino a contratação do seguro contra acidentes pessoais no caso do estágio obrigatório, conforme descrito no Parágrafo único do Art. 9º desta lei. Estas mudanças diminuiram a distância de benefícios que estagiários e contratados pela CLT têm direito. A carga horária foi limitada à 30 horas semanais e os contratos não podem exceder o período de 2 (dois) anos.

Quanto à realização do estágio em área não correlata à área de formação do aluno, a nova Lei de estágio também é clara quando determina em seu Artigo 1º, parágrafo 2º que “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”, portanto, deixa clara a correlação que deverá ocorrer na execução do estágio com a área de formação do educando. Esta determinação era realizada em parte antes da nova Lei de estágio, pois as normas de estágios anteriores não deixavam clara esta determinação. Também no Artigo 1º, parágrafo 2º, fica clara a correlação que deverá ocorrer na execução do estágio entre o que o aluno aprendeu na escola e o que irá executar nos campos de estágio nas empresas/instituições, contextualizando teoria e práticas vivenciadas no ambiente escolar.

O Instituto Federal do Espírito Santo a qual o Campus Santa Teresa é vinculado aprovou em 26 de outubro de 2009 o Ato de Homologação Provisória nº 13, que tratava da regulamentação dos estágios dos alunos da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior, onde pude participar atuando como membro da comissão designada para este fim. Este Regulamento sofreu algumas alterações, sendo aprovado em 16 de abril de 2010, através da Resolução do Conselho Superior de nº 11.

O IFES Campus Santa Teresa já adotara, a partir do início do ano 2009, práticas que atendiam em grande parte a nova Lei de Estágio sancionada em 2008, dentre elas a adoção de um professor orientador da área e também a obrigatoriedade pelas empresas de designarem um supervisor de estágio para auxiliar no processo dando suporte necessário para

que houvesse um aproveitamento adequado do estágio conforme descrito no regulamento de estágio do IFES.

Em seu Artigo 1º, o regulamento de estágio do IFES traz as características norteadoras da nova concepção de estágio quando se refere à relação entre Trabalho e Educação, como podemos ver a seguir:

Art. 1º O estágio é considerado um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, oferecidos pelo Ifes/Campus Santa Teresa.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, promovendo:

I – o relacionamento dos conteúdos e contextos para dar significado ao aprendizado;

II – a integração à vivência e à prática profissional ao longo do curso;

III – a aprendizagem social, profissional e cultural para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;

IV – a participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio;

V – o conhecimento dos ambientes profissionais;

VI – condições necessárias à formação do aluno no âmbito profissional;

VII – familiarização com a área interessada de atuação do futuro profissional;

VIII – contextualização dos conhecimentos gerados no ambiente de trabalho para a reformulação dos cursos;

§ 3º O estágio será realizado se o educando tiver, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos completos na data de início do estágio.

§ 4º Para situações de insalubridade e/ou periculosidade, a idade mínima será de 18 (dezoito) anos completos.

Como se pode observar, a relação entre Trabalho e Educação se faz presente na concepção da nova regulamentação de estágio adotada pelo IFES e da mesma forma pelo *Campus Santa Teresa*, ela é bem clara na redação do Artigo 1º.

O que se observa neste novo regulamento de estágio é o cuidado da não banalização do estágio onde o mesmo se traduz em um momento de aprendizado confrontando teoria e prática do ambiente escolar com as práticas existentes na execução das tarefas e atividades do ambiente de trabalho conforme descrito no parágrafo 2º o qual afirma que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular” e desta forma preparando o educando para uma vida cidadã e para o trabalho através da aprendizagem social, cultural e profissional, conforme descrito no inciso III do Artigo 1º. Estas premissas que norteiam o novo regulamento de estágio trouxeram subsídios para que o estágio cumpra seu papel como prática pedagógica, contribuindo para a aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.

5.2 Análise das Respostas dos Questionários dos Estudantes e Depoimento dos Coordenadores das CIEC dos Institutos Federais sobre o Processo de Estágio.

Após analisar os dados das empresas/instituições onde foram realizados os estágios, as mesmas se apresentam com a seguinte caracterização descrita no gráfico 1.

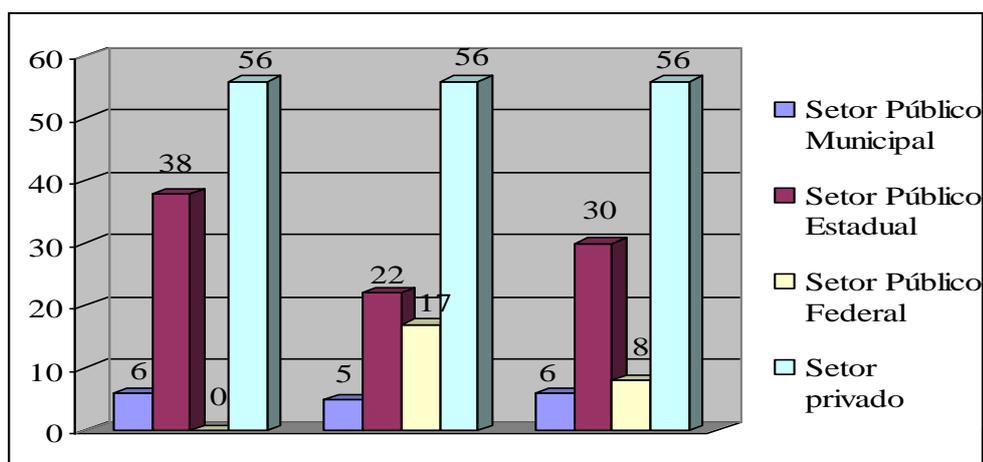


Gráfico 1. Caracterização das empresas/instituições onde foram realizados os estágios.

Os estágios foram realizados em sua maioria 56% em empresas/instituições privadas, com características variadas de atuação seguindo uma escala decrescente de importância, comercialização de insumos agrícolas e assistência técnica, reflorestamento e estágio em propriedades rurais. Os estágios realizados nos setores públicos somaram 44%, destacando-se o setor público estadual com 30%, realizados em sua maioria no Instituto de Pesquisa e Extensão e Assistência Técnica (INCAPER) executando tarefas de acompanhamento de projetos de pesquisa e visitas aos produtores rurais desenvolvendo o trabalho extensionista. As empresas/instituições se localizam a uma distância média de 167 Km do IFES Campus Santa Teresa e a 93 Km da residência dos alunos estagiários, distribuídos da seguinte forma .

Tabela 1. Distância média entre os locais de realização dos estágios, o IFES Campus Santa Teresa e as residências dos estagiários em Km.

Distância média entre os locais de realização dos estágios, o IFES Campus Santa Teresa e as residências dos estagiários em Km.	freq IFES C.S.T	%	freq Resid.	%
0 a 50	14	39	23	64
51 a 100	6	17	4	11
101 a 150	3	08	4	11
Acima de 150	13	36	5	14

Como pode ser observado na tabela 1, 64% dos alunos realizou o estágio próximo as suas residências, porém os alunos que não o fizeram próximo as suas residências em poucos casos não precisaram arcar com os custos de alimentação, hospedagem e transporte conforme pôde ser observado pela CIEC. O que se observa através do relato dos alunos, é que isto mostrou ser um complicador, pois o aluno ao escolher o estágio nem sempre faz sua opção pela empresa/instituição que gostaria de estagiar, sua opção se dá na maioria dos casos de acordo com a facilidade de obtenção dos estágios procurando minimizar os custos, levando em conta os fatores já descritos; desta forma o fazem o mais próximo de suas residências eliminando o dispêndio que o estágio pode gerar.

Ao analisar a questão em relação à adequação da infra-estrutura para o

desenvolvimento dos estágios nas empresas/instituições, a grande maioria dos entrevistados respondeu de forma afirmativa, isto é, que a infra-estrutura existente nas empresas/instituições é adequada, conforme descrito no gráfico 2.

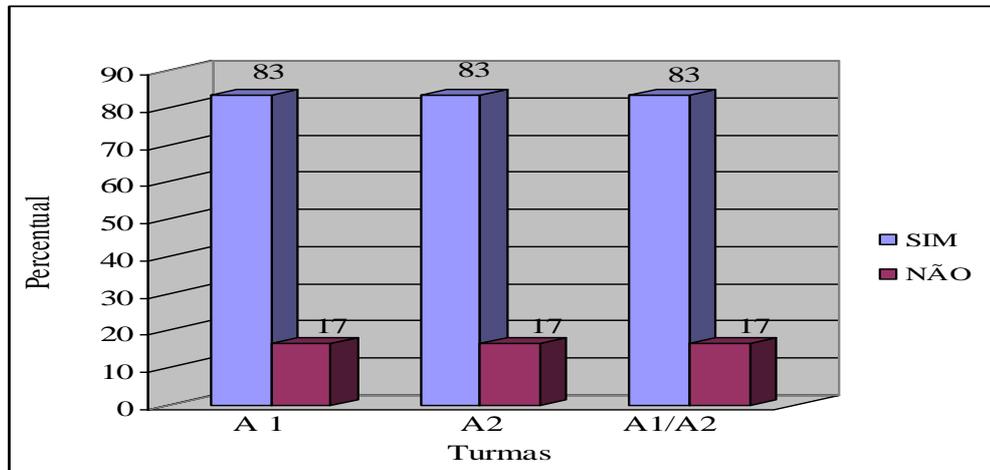


Gráfico 2. Quanto à adequação da infra-estrutura nas empresas/instituições.

A Seguir serão demonstrados os motivos explicitados pelos alunos, para negarem e/ou afirmarem que a infra-estrutura existente nas empresas/instituições é adequada para o desenvolvimento do estágio, conforme descrito na tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a infra-estrutura existente nas empresas/instituições são adequadas para o desenvolvimento do estágio.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que é adequada	30	83,33
Relacionado ao estado e conservação da infra-estrutura	23	76,67
1.A Empresa/instituição possui ótima infra-estrutura adequada ao desenvolvimento do estágio;	21	91,3
2. As máquinas e equipamentos são novos e há expansão na infra-estrutura	02	8,70
Relacionado à melhora do processo de ensino/aprendizagem	02	6,66
1. As instalações adequadas proporcionaram o aprendizado;	02	100,00
Relacionado atuação no estágio	05	16,66
1. A boa infra-estrutura possibilitou práticas seguras e bom desenvolvimento em meu estágio;	01	20,00
2 As instalações eram adequadas o suficiente para o desempenho do estágio.	04	80,00
Motivos descritos para negarem que é adequada	06	16,67
Relacionado à existência, o estado e a conservação da infra-estrutura	05	83,34
1. A infra-estrutura e o transporte estavam em estado precários;	04	80,00
2. A empresa não tinha estrutura para receber estagiários.	01	20,00
Relacionado à situação de ensino/aprendizagem	01	16,66
1. O espaço era limitado dificultando o aprendizado.	01	100,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Através dos relatos dos alunos estagiários observou-se que a maioria das empresas/instituições possui uma boa qualidade na conservação de máquinas e equipamentos, ou seja, possuem uma infra-estrutura adequada para prática dos estágios, correspondendo a 83,33%, os motivos descritos para afirmarem que possui infra-estrutura adequada; quando agrupados em categorias os resultados demonstram que 76,67% dos motivos explicitados estão relacionados ao estado de conservação da infra-estrutura, onde 6,66% afirmam que isto contribuiu para melhora no processo de ensino/aprendizagem e 16,66% dos motivos indicam que isto também melhorou a atuação no estágio. No entanto 16,67% das respostas apontam motivos que negam que empresas/instituições possuem infra-estrutura adequada; sendo que destes motivos dois convergiram para 2 categorias que estão relacionadas à conservação de máquinas e equipamentos (83,34%) e 16,66% se relacionam à situação de ensino/aprendizagem. Nesta linha, as falas demonstram um fator limitante para aprendizagem onde as mesmas descrevem que “o espaço limitado, dificulta o aprendizado”.

As empresas/instituições relacionadas pelos alunos estagiários como inadequadas para execução dos estágios devido a sua infra-estrutura dividem-se na mesma proporção de 50% públicas e 50% privadas. A execução do estágio em ambiente não estruturado para este fim acarreta perda no processo de ensino-aprendizagem. O local de estágio deverá ser avaliado pelo IFES Campus Santa Teresa conforme determina a Lei 11.788/2008 e conforme estabelece o regulamento de estágio do IFES que prevê em seu Artigo 16:

Art. 16. Ao Professor Orientador de estágio compete:

II. avaliar o local de estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

Desta forma, é muito importante que o IFES Campus Santa Teresa fique atento, para que o estágio seja cumprido em instituições/empresas que tenham infra-estrutura adequadas para possibilitar que o aluno adquira o conhecimento através da execução de tarefas em atividades que possam ser desenvolvidas em um ambiente organizacional estruturado para tal, proporcionando o aprendizado efetivo nesta prática pedagógica.

Em relação a acompanhamento de estágio nas empresas/instituições, objetivou-se verificar a adequação do acompanhamento por parte do supervisor de estágio nas empresas/instituições, conforme demonstrado no gráfico3:

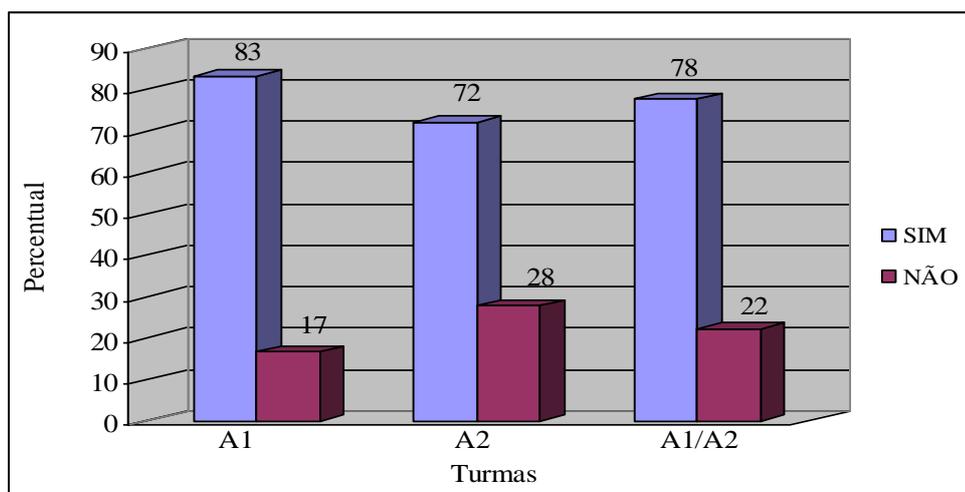


Gráfico 3. Quanto à adequação da supervisão realizada nas empresas/instituições.

A seguir serão demonstrados os motivos explicitados pelos alunos, para negarem e/ou afirmarem que a supervisão de estágio nas empresas/instituições foi adequada, conforme descrito na tabela 3.

Tabela 3. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a supervisão de estágio realizada pelas empresas/Instituições foi adequada.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que é adequada:	28	77,78
Relacionado à facilitação do processo de ensino/aprendizagem:	16	57,14
1. Tive acompanhamento freqüente de meu supervisor melhorando meu conhecimento e minha aprendizagem	15	93,75
2. O supervisor me deu suporte com orientação e material para leitura sobre a matéria	01	6,25
Relacionado à atenção dada pelo supervisor:	12	42,86
1. O Supervisor me acompanhou constantemente	12	100,00
Motivos descritos para negarem que é adequada:	08	22,22
Relacionado à facilitação do processo de ensino/aprendizagem:	03	37,50
1. O supervisor não me passava conhecimento e nem me ajudava a exercer as tarefas;	01	33,33
2. Não tive muitas práticas, passei a maior parte do estágio no escritório;	01	33,33
3. O Supervisor não tinha facilidade para transmitir o conhecimento.	01	33,33
Relacionado a atenção dada pelo supervisor:	05	62,50
1. O supervisor não me acompanhou em grande parte das atividades	04	80,00
2. O supervisor não me acompanhou em nenhuma atividade	01	20,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Como se pode observar na tabela 3, 77,78% dos motivos explicitados pelos alunos estagiários descreve que os supervisores das empresas/instituições acompanham de maneira adequada os estágios dando-lhes o suporte necessário para que ocorra uma boa execução do estágio, entretanto 22,22% dos motivos explicitados indicam que foi inadequado o acompanhamento do estágio por parte do supervisor das empresas/instituições. Após o agrupamento das falas pode-se observar que as mesmas convergiam para duas categorias: “relacionado a facilitação do processo de ensino/aprendizagem” e “relacionada a atenção dada pelo supervisor”. Dentre os entrevistados que afirmaram que houve uma supervisão adequada 57,14% explicitam como motivos relevantes a facilitação do processo de ensino aprendizagem e 42,86% a atenção dada pelo supervisor. Das categorias que descrevem a inadequação do acompanhamento de estágio por parte do supervisor, destaca-se com 62,50%, a baixa atenção dada pelo supervisor, onde 80% destes motivos descritos demonstram que o supervisor não os acompanhou em grande parte das atividades; da mesma forma 37,50% destacam problemas ligados à facilitação do processo de ensino-aprendizagem, e destes, 33,33%, alegam três motivos para a interferência nesta facilitação, descrevendo que: “o supervisor não me passava conhecimento e nem me ajudava a exercer as tarefas”; “ não tive muitas práticas, passei a maior parte do estágio no escritório”; “ o supervisor não tinha facilidade para transmitir o conhecimento”.

De acordo com o Regulamento do IFES, baseado na Nova Lei de estágio, conforme redação dada pela resolução da nº 11/2010, os alunos deverão ter acompanhamento efetivo pelo supervisor da empresa conforme descrito no parágrafo único do Artigo 25°:

Art. 25. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador do IFES e por **supervisor da Unidade Concedente**, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

Parágrafo único. A Unidade Concedente deverá observar o disposto no inciso III do art. 9º da Lei 11.788/2008, para proceder à supervisão do estagiário. (grifo nosso).

O artigo 9º da nova Lei 11.788/2008 em seu inciso III, determina que a unidade concedente deverá “indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente”; desta forma imagina-se que a supervisão ocorrerá de forma adequada a todos estagiários, fato este não comprovado, pois 22,22% dos alunos que estagiaram disseram ser inadequada a supervisão do estágio. O fato da comprovação através de vistos em relatórios por menção de aprovação final, não comprova que houve uma boa supervisão de estágio, comprova apenas em uma avaliação unilateral que o estagiário cumpriu seu papel e foi aprovado.

O apoio e acompanhamento efetivo do estágio, realizado pelo supervisor nas empresas/instituições é de suma importância para melhora da aprendizagem, conforme já descrito por Fontana (1997), o que explica que na concepção de Vygotsky a aprendizagem dos alunos vai sendo assim construída mediante um processo de relacionamento do indivíduo com seu ambiente sócio-cultural e com o suporte de outros indivíduos mais experientes.

Desta forma, é importante que o IFES Campus Santa Teresa fique atento a este indicativo, pois os motivos já explicitados pelos estudantes para negarem que foi adequada a supervisão, comprometem o bom andamento do estágio tornando-o pouco ou nada importante para que ocorra a aprendizagem das tarefas executadas, bem como por todo benefício que o estágio poderia proporcionar caso fosse realizado um acompanhamento e/ou supervisão adequada.

Para analisar o conjunto de tarefas desempenhadas pelos estagiários nos campos de estágios os alunos foram questionados sobre os tipos de atividades e tarefas que foram executadas nos estágios, conforme descrito na tabela 4.

Tabela 4. Descrição das tarefas e /ou atividades executadas nos campos de estágio nas empresas/instituições.

TAREFAS/ ATIVIDADES		Freq	%
Relacionado às tarefas realizadas no estágio	Período de aplicação dos conteúdos	88	100.00
1. Análise de solo	III	10	11,36
2. Análises clínicas veterinárias	VI	02	2,27
3. Aplicação de fertilizantes (OLericultura)	VI	03	3,41
4. Aplicação de fertilizantes (Pastagens - Gado de leite)	III	02	2,27
5. Aplicação de herbicida	II	01	1,14
6. Tarefas de escritório	I	04	4,55
7. Clonagem mudas	VI	02	2,27
8. Controle de pragas e doenças	II	05	5,68
9. Projetos agropecuários	VI	03	3,41
10. Fabricação de ração animal	IV	01	1,14
11. Identificação de espécies florestais	IV	01	1,14
12. Manejo de irrigação	VI	04	4,55
13. Laboratório de análise de solo	III	02	2,27
14. Manejo apícola	III	01	1,14
15. Mapeamento florestal	IV	01	1,14
16. Mecanização agrícola	III	01	1,14
17. Pecuária de leite	V	03	3,41
18. Plantio na área de silvicultura	IV	03	3,41
19. Topografia	II	03	3,41
20. Comercialização	I	02	2,27
21. Viveiricultura	VI	01	1,14
22. Manejo da cultura da cana-de-açúcar	IV	06	6,82
23. Extensão Rural - Assistência a Produtores	V	14	15,91
24. Fruticultura	VI	03	3,41
25. Silvicultura	IV	05	5,68
26. Cafeicultura	VI	05	5,68

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir das tarefas e atividades realizadas e não a partir do número de alunos, e os períodos descritos relacionado com as atividades executadas estão de acordo com a Matriz do curso Técnico em Agropecuária concomitante, conforme anexo 5.

Conforme descrito na tabela 4, foram realizadas nos estágios, um conjunto de vinte e seis tarefas e/ou atividades, das quais podemos destacar que, (15,91%) da frequência de execução destas atividades representam a atuação e/ou acompanhamento dos estagiários em tarefas relacionadas à extensão rural – assistência a produtores; (11,36%) relacionadas à análise de solo; (6,82%) relacionadas ao Manejo da cultura da cana-de-açúcar e com o mesmo percentual, tarefas e/ou atividades relacionadas a controle de pragas e doenças, silvicultura e cafeicultura com (5,68%).

Outro ponto importante que se deve destacar é que após analisar os dados contatou-se que apenas (8%) dos alunos estagiaram em mais de uma empresa/instituição. Relacionado à área onde os mesmos atuaram 53% cumpriram seus estágios na agricultura e 47% na agropecuária, ou seja, isto demonstra que a maioria dos alunos estagiaram executando tarefas em apenas uma das áreas de formação do curso, apesar do curso formá-los para a área de agropecuária que tem como princípio a formação através de um currículo do qual fazem parte tanto atividades voltadas para agricultura quanto para a pecuária.

Contatou-se que as atividades e as tarefas são pertinentes às descritas na matriz curricular para o curso de Técnico em Agropecuária, porém, pode-se constatar que houve atuação por parte de um aluno na atividade de aplicação de herbicida e cinco realizaram atividades e/ou tarefas de controle de pragas e doenças. É importante que o IFES Campus Santa Teresa, através dos professores orientadores de estágio quando forem elaborar seu(s) parecer(s) no(s) plano(s) de estágio, fiquem atentos e tome providências no sentido de não indicar alunos com idade inferior a dezoito anos para estágios onde possam atuar em atividades insalubres e/ou perigosas conforme previsto no Regulamento de estágio do IFES, no Parágrafo 4º do Artigo 2º que descreve que “Para situações de insalubridade e/ou periculosidade, a idade mínima será de 18 (dezoito) anos completos”, apesar da Lei 11.788/2008 determinar que a implementação da legislação da saúde e da segurança do trabalho ficará a cargo da unidade concedente, conforme descrito no Art. 14: “Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio”.

Outro ponto que chama a atenção é o fato de alguns alunos atuarem em atividades as quais os mesmos ainda não tiveram contato em seu curso, como se pode observar na tabela 4 na relação de frequências “Período de aplicação do conteúdo no IFES” e “Período das atividades curriculares”; estas demonstram o período do curso em que o aluno teve contato com determinadas atividades e tarefas através de suas disciplinas. Conforme se observa muitos alunos realizaram tarefas e/ou atividades que apenas são disponibilizadas através de disciplinas cursadas nos V e IV períodos. Costatou-se que dos trinta e seis alunos que realizaram estágio, 23 estagiaram após o quarto período, e destes, 70%, realizaram algum tipo de tarefa e/ou atividade, sem antes terem cursado a disciplina que daria o suporte necessário.

Após o quinto período treze alunos realizaram estágio, e destes, 15% realizaram tarefas e/ou atividades sem antes terem cursado a disciplina que daria o suporte necessário. Pôde-se constatar que este ponto demonstrou ser um grande problema, pois os alunos tiveram dificuldades na realização das tarefas e/ou atividades, devido à inexistência da articulação entre teoria e prática, ou seja, a não-contextualização curricular (conforme descrito na tabela 6), onde 71,43% dos vinte e um motivos explicitados referente a dificuldades na realização do estágio estão diretamente relacionados com a realização de tarefas e/ou atividades, antes de terem cursado a disciplina que daria o suporte necessário. Há determinação legal para que o estágio proporcione a contextualização curricular. Esta está prevista no artigo 2º, parágrafo 2º e inciso 1º do regulamento de estágio do IFES aprovado pela resolução do conselho superior nº. 11/2010, baseado no Artigo 1º, parágrafo 2º da Lei 11.788/2008 conforme já mencionado.

A respeito da articulação entre teoria e prática, os resultados da pesquisa corroboram os relatos apresentados por Regattieri e Castro (2009), onde descrevem que, “Conseguir a articulação curricular é questão-chave, e as experiências que estudamos demonstram que isso não ocorre efetivamente. Somente em alguns casos consegue-se, por exemplo, que o estágio seja objeto de avaliação no currículo escolar.” (p.154)

Neste sentido o IFES Campus Santa Teresa deve observar os fatores que levam a estes problemas e procurar alternativas para melhorar a articulação curricular para que o estágio possa cumprir seu papel como prática pedagógica.

Na mesma linha de observação das atividades realizadas nas empresas/instituições, os alunos foram questionados sobre a realização de atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de sua formação, conforme demonstrado no gráfico 4.

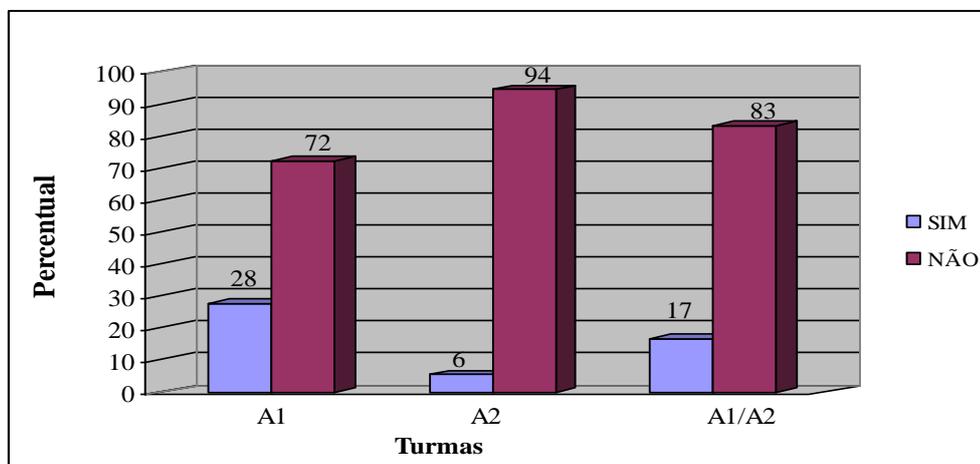


Gráfico 4. Quanto à realização de atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de formação.

A seguir observa-se a relação de motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que realizaram atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de sua formação, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que realizaram atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de sua formação.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para negarem que realizaram atividades não condizentes:	30	83,33
Relacionado às atividades realizadas na área de formação.	30	100,00
1. As atividades que realizei foram todas dentro da área de formação;	29	96,67
2. As práticas que realizei na área foram riquíssimas.	01	3,33
Motivos descritos para afirmarem que realizaram atividades não condizentes:	06	16,67
Relacionado às atividades realizadas na área de formação.	06	100,00
1. Havia poucas tarefas voltadas para área de meu curso	01	16,67
2. No estágio na maioria das vezes foram executadas tarefas como limpeza e atendimento de telefone	05	83,33

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Através desta análise pôde-se constatar que a maioria, (83,33%) dos motivos explicitados pelos alunos, indica não terem realizado atividades não condizentes com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, porém 16,67% afirmam que realizaram atividades não condizentes com sua área de formação, e 83,33% destes motivos informam que “no estágio na maioria das vezes foram executadas tarefas como limpeza e atendimento de telefone”.

A respeito deste tema, Cunegundes (2010, p. 1), relata que:

[...] também a importância das DRT (Delegacias Regionais do Trabalho) no controle e fiscalização das empresas. É preciso verificar se elas realmente estão cumprindo seu papel legal e administrativo, quanto aos estágios, de fiscalizar e oportunizar o aprendizado e não permitir que o estagiário se transforme num obreiro sem ônus e encargos. As DRT devem, também, fazer com a própria empresa, na figura do condutor, entenda que o estagiário é um reflexo do bom orientador, ou seja, a aprendizagem depende da forma de como as atividades foram orientadas e conduzidas.

É importante que o IFES Campus Santa Teresa busque através de práticas como convênios contendo cláusulas esclarecedoras sobre a matéria, cartilhas informativas sobre o assunto e análises de relatórios dos alunos e/ou pesquisas com os mesmos, intensificar ações para que as empresas/instituições adotem uma postura correta em relação ao propósito pelos quais os alunos são contatados para cumprirem um período para buscarem aperfeiçoar seu conhecimento melhorando a aprendizagem, confrontando teoria e prática adquirida na escola, enfim, todo ganho pessoal, social e profissional que o estágio como prática pedagógica deve proporcionar.

Para avaliar se os possíveis problemas apresentados na execução das tarefas executadas no estágio sofrem interferência devido à contextualização curricular, um dos questionamentos aplicados aos alunos foi sobre as maiores dificuldades encontradas na execução dos estágios, conforme demonstra a Gráfico 5.

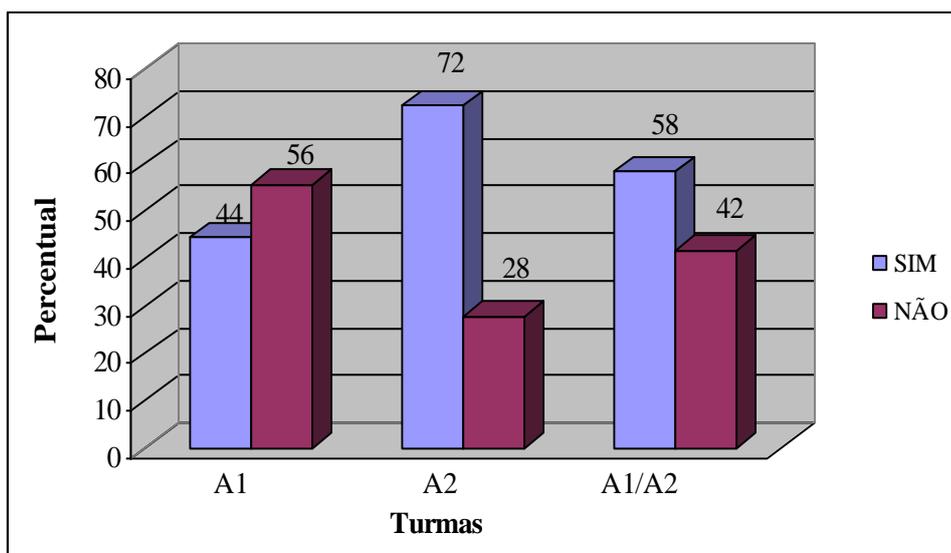


Gráfico 5. Dificuldades encontradas na realização dos estágios.

A seguir serão apresentados os motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que encontraram dificuldades na realização dos estágios executados nas empresas/instituições, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que encontraram dificuldades na realização dos estágios executados nas empresas/instituições.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que tiveram dificuldade(s).	21	58,33
Relacionado à contextualização curricular.	15	71,43
1. Tive dificuldades em atividades onde ainda não havia cursado a disciplina.	15	100,00
Relacionado à práticas de campo	04	19,05
1. Tive dificuldade por falta de aulas práticas no IFES Campus Santa Teresa.	04	100,00
Relacionado à insegurança sobre a atuação no estágio	02	9,52
1. Fiquei com dúvida sobre minha conduta e atuação no setor da empresa.	02	100,00
Motivos descritos para negarem que tiveram dificuldade(s).	15	41,67
Relacionado à contextualização curricular	06	40,00
1. Não tive dificuldades, pois havia cursado as disciplinas referentes as tarefas que realizei.	06	100,00
Relacionado às dificuldades encontradas na execução das tarefas:	09	60,00
1. Não tive quase nenhuma dificuldade na execução das tarefas.	09	100,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

De acordo com as análises dos dados coletados através dos motivos explicitados, 41,67% alegaram que não tiveram dificuldades na execução de seus estágios, mas, na maioria dos casos (58,33%) observou-se que os alunos tiveram dificuldades na execução de seus estágios, destacando-se a falta de contextualização curricular, onde 71,43% dos que afirmaram ter dificuldade relatam que isto ocorreu em atividades onde ainda não haviam cursado a disciplina. Outro motivo observado para alegarem dificuldade na execução de seus estágios foi a falta de aulas práticas no IFES Campus Santa Teresa, com um total de 19,05% dos motivos explicitados.

Como se pôde observar na tabela 4, a maioria dos motivos para afirmarem que tiveram dificuldades convergiram para respostas relacionadas à contextualização curricular, ou seja, por não terem cursado a disciplina anteriormente ao estágio; desta forma é importante que o IFES Campus Santa Teresa fique atento atuando firmemente promovendo uma boa orientação de estágio através do auxílio na elaboração e no deferimento do Plano de Estágio, aprovando o mesmo apenas nas situações onde o aluno já tivesse cumprido as disciplina(s) que de alguma forma dariam suporte necessário para que houvesse a contextualização curricular.

Para avaliar se o acompanhamento por parte do IFES Campus Santa Teresa está ocorrendo de maneira adequada, os alunos foram questionados sobre a orientação realizada pelo professor orientador, conforme descrito no gráfico 6.

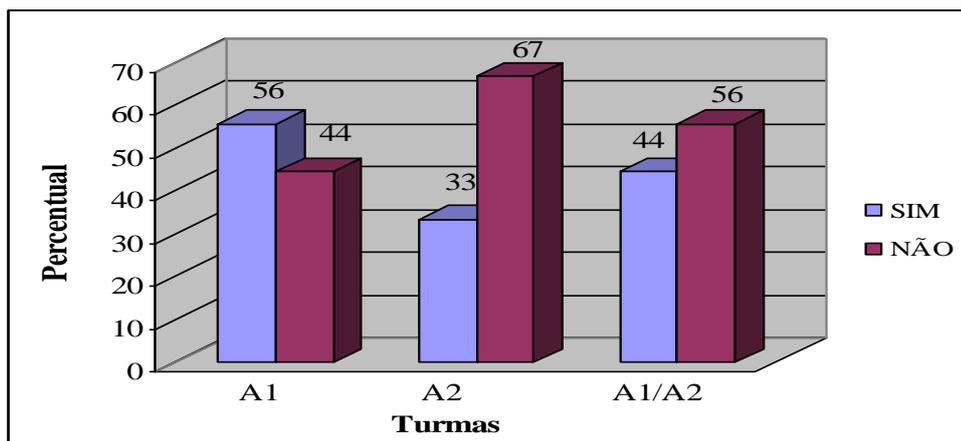


Gráfico 6. Acompanhamento do estágio pelo professor orientador.

A seguir observam-se os motivos explicitados pelos alunos para negarem e/ou afirmarem que a orientação repassada pelo professor orientador foi adequada, conforme apresentado na tabela 7.

Tabela 7. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que as orientações de estágio repassadas pelo professor orientador foram adequadas.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que a orientação foi adequada	16	44,44
Relacionado à assistência repassada pelo orientador:	16	100,00
1. O professor me orientou bem, passava informações e dava assistência corretamente.	12	75,00
2. O professor me orientou por e-mail e telefone, quando estava na empresa.	04	25,00
Motivos descritos para negarem que a orientação foi adequada	20	55,56
Relacionado à assistência repassada pelo professor orientador:	20	100,00
1. Não tive acompanhamento por parte do professor orientador.	18	90,00
2. Não tive orientação nem mesmo por e-mail e/ou telefone.	02	10,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Ao analisar as respostas descritas pelos alunos observa-se que 44,44% dos motivos expostos são de afirmação quanto ao bom acompanhamento do professor orientador, destacando-se com 75% destes motivos, a boa assistência prestada pelo orientador. Fazendo um paralelo com os problemas já apresentados através das tabelas 4 e 6, referente à contextualização curricular, observa-se ao analisarmos os dados da tabela 7, que um dos motivos pelos problemas ocorridos devido a não contextualização curricular nos estágios, pode estar relacionado ao nível de orientação dispensada pelo professor orientador. O que observamos é que 55,56% dos motivos relacionados, são negativos em relação à orientação

adequada imposta pelo professor orientador, sendo que 90% destes motivos demonstram que os estudantes não tiveram acompanhamento por parte do professor orientador, na mesma linha 10% das respostas referentes aos motivos explicitados indicam que os alunos não tiveram orientação nem mesmo por e-mail e/ou telefone.

Como podemos observar a seguir, o regulamento de estágio do IFES, em seu inciso III Artigo 16, já prevê o acompanhamento do estágio por parte do professor orientador conforme redação descrita a seguir:

Art. 16. Ao Professor Orientador de estágio compete:

III. acompanhar o desenvolvimento do Plano de Estágio, assistindo aos educandos durante o período de realização.

Apesar destas orientações já estarem em curso, os resultados demonstram que o IFES Campus Santa Teresa deve melhorar este processo para darmos uma assistência de qualidade aos nossos alunos evitando grande parte dos problemas explicitados pelos alunos.

O resultado demonstrado através da tabela 7 leva-nos a avaliar que o IFES Campus Santa Teresa poderá resolver grande parte dos problemas apresentados, dando atenção à orientação de estágio, fazendo este acompanhamento desde a análise do Plano de Estágio até o acompanhamento da execução dos estágios nas empresas/instituições, através dos meios pelos quais as possibilite manter esta aproximação permitindo que os alunos sejam assistidos, acompanhados e orientados adequadamente. No que se refere à orientação por parte do professor orientador, deve-se ponderar que o acompanhamento da execução dos estágios fica de fato comprometido, da forma como o estágio está formatado, possibilitando ao estudante realizar seu estágio dentro do período de integralização do curso, desta forma, a maioria dos estágios são realizados em períodos de férias escolares nos meses de julho e janeiro, períodos estes, que os professores se encontram afastados da IFE no gozo de suas férias regulamentares, dificultando e/ou até mesmo inviabilizando a orientação no decorrer do estágio.

Para observar se houve contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa, na execução das tarefas e /ou atividades realizadas no estágio, contribuindo na contextualização entre as práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa e as tarefas e/ou atividades realizadas nas empresas/instituições, questionamos os alunos a respeito desta contribuição, conforme demonstra a gráfico 7.

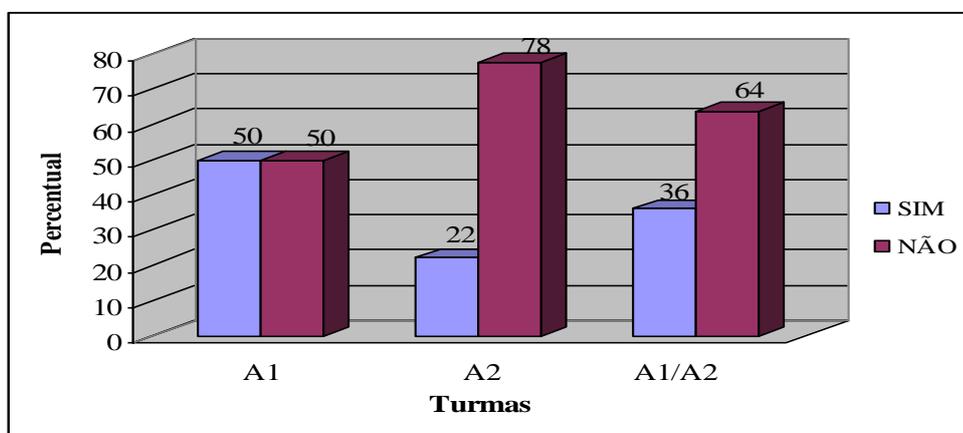


Gráfico 7. Contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento dos estágios.

A seguir a descrição dos motivos explicitados para afirmarem e/ou negarem a contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento do estágio, conforme se observa na tabela 8.

Tabela 8. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento das atividades de estágio nas empresas/instituições.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem a contribuição das práticas:	13	36,11
Relacionado ao desempenho:	09	69,23
1. As práticas contribuíram para melhorar o desempenho das tarefas e/ou atividades executadas.	09	100,00
Relacionado ao aprendizado:	04	30,77
1. As práticas realizadas no IFES contribuíram para facilitar o aprendizado das atividades executadas no estágio.	04	100,00
Motivos descritos para negarem a contribuição das práticas:	23	63,89
Relacionado ao volume de práticas realizados:	16	69,57
1. As aulas práticas são poucas e nem todos os professores fazem práticas.	16	100,00
Relacionado à segurança:	01	4,35
1. A falta de práticas me deixou inseguro diante das atividades do estágio.	01	100,00
Relacionado à contextualização de práticas realizadas no IFES/Empresas:	06	26,09
1. As práticas não contribuíram, pois cumpri meu estágio primeiro e depois a disciplina.	06	100,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Como se pode observar na tabela 8, 63,89% das respostas demonstram que as práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa não contribuíram na execução dos estágios. Dos motivos alegados destaca-se para negarem esta contribuição (69,57%) o baixo volume de atividades práticas realizadas, item no qual os alunos argumentaram que “As aulas práticas são poucas e nem todos os professores fazem práticas”, da mesma forma 26,09% dos motivos indicados para negarem a contribuição, estão relacionados à contextualização curricular onde os alunos relatam que “As práticas não contribuíram, pois cumpriram seus estágios primeiro e depois cursaram a disciplina”.

O que se pode observar na tabela 8, é que entre os motivos enfatizados pelos alunos para afirmarem que as práticas executadas no IFES Campus Santa Teresa contribuíram no desenvolvimento das atividades de estágio, destacando-se com 69,57% a melhora no desempenho do estágio, onde foram descritos que as práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa os ajudaram “contribuindo para melhorar o desempenho das tarefas e/ou atividades executadas no estágio”, da mesma forma 30,77% também enfatizam motivos

ligados à aprendizagem e relatam que “As práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa contribuíram para facilitar o aprendizado das atividades executadas no estágio”.

Em relação a este fato, concordo com Célia Almeida, quando esta afirma que:

Quando a forma de organização e desenvolvimento do curso enfatiza o aspecto teórico, como fundamental no processo de formação, deixando para a situação de estágio a responsabilidade de trabalhar a dimensão prática, evidencia-se um enfoque dicotômico de ensino, que possivelmente esteja comprometendo uma efetiva formação profissional. O “saber” e o “fazer”, desenvolvendo-se como elementos autônomos e independentes, induzem ao estabelecimento de um tipo de relação, que se caracteriza como busca de correspondência direta e imediata. (ALMEIDA, 1986, p. 02)

No IFES Campus Santa Teresa de acordo com os resultados apresentados “o estágio curricular” em parte substitui a prática que deveria ser realizada no curso, porém constata-se a existência de uma “dicotomia teoria/prática, em que o curso, como um todo, seria responsável pela teoria; e o estágio, como um elemento do curso, responsável pela prática” (ALMEIDA, 1986, p. 03).

Desta forma é importante que o IFES Campus Santa Teresa melhore a relação teoria/prática, pois além de possibilitar uma melhor formação, contribuirá para que os estudantes tenham melhor desempenho no estágio, facilitando a aprendizagem conforme pode-se contatar através de análise dos resultados apresentados na tabela 8.

Outro ponto importante questionado para os alunos foi em relação à carga horária cumprida pelos mesmos na execução do estágio em empresas/instituições. Neste questionamento buscou-se analisar se a carga horária que cumpriram em seus estágios foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, conforme se observa no gráfico 8.

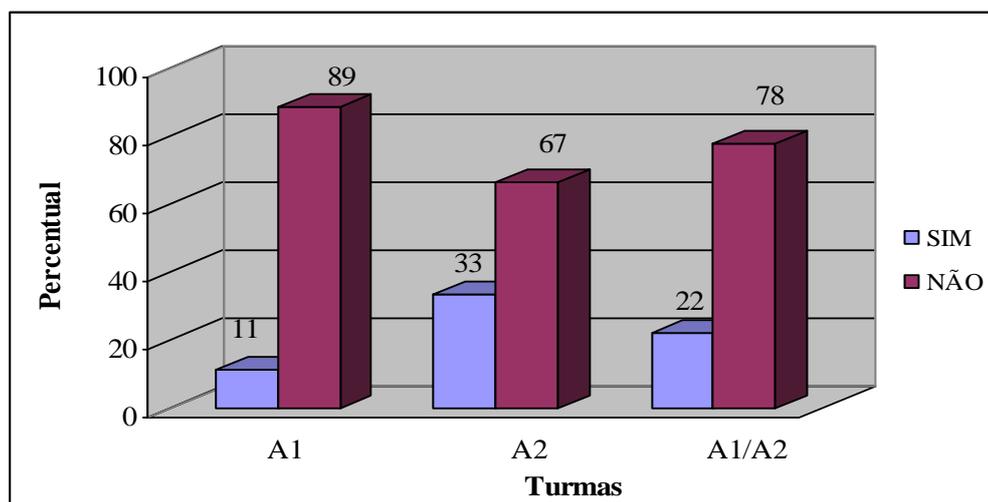


Gráfico 8. A carga horária cumprida foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.

A seguir, a demonstração dos motivos explicitados pelos alunos, onde se observou se a carga horária cumprida pelos alunos no estágio nas empresas/instituições foi adequada e/ou suficiente para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, conforme descrito na tabela 9.

Tabela 9. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que a carga horária cumprida no estágio foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que foi suficiente	08	19,51
Relacionado ao aprendizado:	07	87,50
1. A carga horária foi suficiente para melhorar meu conhecimento;	06	85,70
1. Se for acompanhado corretamente esta carga horária é suficiente para aprender as tarefas.	01	14,30
Relacionado à carreira profissional:	01	12,50
1. A carga horária é suficiente para entendermos como é o mercado de trabalho.	01	100,00
Motivos para negarem que foi suficiente.	33	80,49
Relacionado ao volume de carga horária e o período de realização do estágio:	20	60,61
1. Poderia fazer mais horas se o tempo fosse maior após o curso;	18	90,00
2. A carga horária foi pouca, ainda mais realizado nas férias.	02	10,00
Relacionado ao volume de atividades e o aprendizado:	13	39,39
1. Não deu para fazer muitas atividades;	02	15,38
2. O tempo foi reduzido para adquirir um bom aprendizado.	11	84,62

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

De acordo com os resultados obtidos na tabela 9, constata-se que a maioria dos alunos relata que a carga horária que cumpriram não foi suficiente para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, os motivos explicitados para negarem que a carga horária foi suficiente somam 80,49%, que através da análise semântica convergiram para duas categorias, a primeira relacionada ao volume de carga horária e o período de realização dos estágios com 60,61%, onde 90% das respostas dos alunos descrevem que “Poderia fazer mais horas se o tempo fosse maior, após o curso” e 10% descrevem que “A carga horária foi pouca, ainda mais realizado nas férias”. A segunda categoria corresponde a um índice de 39,39% das respostas, e se relaciona ao volume de atividades e ao aprendizado, onde 84,62% destas indicam que “O tempo foi reduzido para adquirir um bom aprendizado”.

Através desta análise, pode-se constatar que apesar do regulamento do IFES Campus Santa Teresa, permitir que o aluno cumpra sua carga horária de estágio após a integralização do curso, a maioria dos alunos o concluiu dentro do período de integralização, após o quarto semestre conforme previsto no regulamento para o início do estágio até o sexto período do curso, no entanto os alunos descrevem que poderiam fazer uma carga horária maior após o curso e que o tempo reduzido no estágio influencia de maneira negativa para que ocorra um bom aprendizado. A carga horária mínima exigida para o estágio obrigatório cumprido em empresas/instituições é de 100 horas conforme regulamento e a carga horária média de estágio cumprida pelos alunos integrantes deste trabalho, foi de 122 horas.

Outro dado relevante, é que de acordo com o levantamento realizado na CIEC do IFES Santa Teresa, pôde-se observar que houve uma redução de 260% referente à carga horária mínima de estágio exigida para o curso Técnico na área de agropecuária, referente aos alunos que ingressaram entre os anos 1981 a 2009, conforme se observa no gráfico 9.

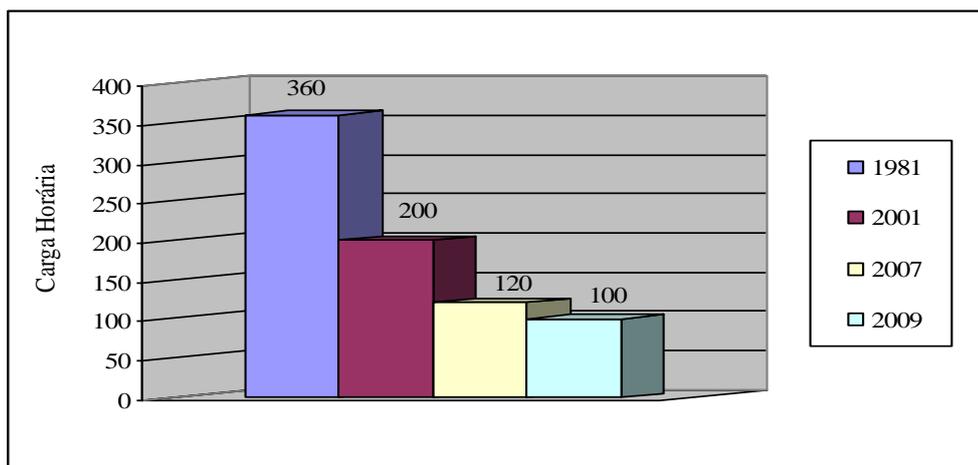


Gráfico 9. Carga horária mínima de estágio exigida para o curso da área de agropecuária de 1981 a 2009.

Os dados apresentados demonstram que o IFES Campus Santa Teresa deverá analisar a possibilidade de fixar uma carga horária mínima para o estágio maior, visando melhorar a capacitação e o aprendizado dos alunos, pois como se pode observar, os alunos cumprem uma carga horária próxima à mínima cobrada para o estágio obrigatório no curso. Outro ponto a ser analisado é a possibilidade do estágio ser ofertado só após o período de integralização do curso, desta forma o aluno poderia fazer um tempo maior e ininterrupto, diminuindo as deficiências inerentes ao processo de estágio, apresentadas pelos alunos e também as que serão explicitadas na tabela 10, e da mesma forma, com base nos depoimentos dos Coordenadores de Integração Escola-Comunidade dos Institutos Federais de Satuba-AL e Sertão-RS, referente ao período permitido para cumprimento de estágio, onde os mesmos, por força de regulamento, só permitem seu cumprimento, após a integralização do curso; estes últimos serão analisados a *posteriori*, após os resultados apresentados pela tabela 10.

Para investigar se a época de realização dos estágios influi na contextualização curricular, os alunos foram questionados sobre o período adequado para que haja o melhor aproveitamento dos estágios, conforme descrito no gráfico 10.

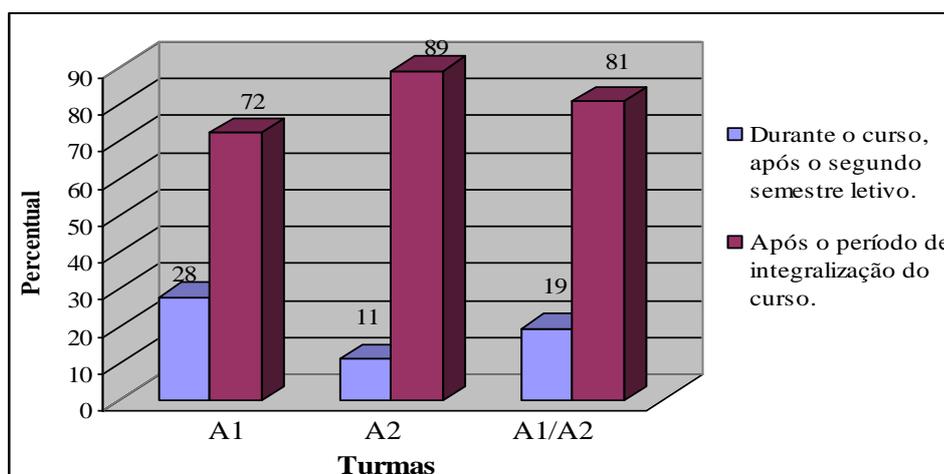


Gráfico 10. Qual o período ideal para realização do estágio.

A seguir apresentam-se as respostas e/ou motivos explicitadas pelos alunos em relação ao período que consideram ideal para realização dos estágios, conforme demonstrado na tabela 10.

Tabela 10. Distribuição das respostas referentes às opiniões dos alunos em relação ao melhor período para realização dos estágios, sendo apresentado como opções: “após o período de integralização do curso” e/ou “durante o curso, após o segundo semestre letivo”

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para opção, após o período de integralização do curso	31	81,58
Relacionado à contextualização:	24	77,42
1. Após a conclusão do curso já teriam visto todas as disciplinas, facilitando na hora de fazer as atividades do estágio;	17	70,83
2. Após o 3º ano teriam mais conhecimento, facilitando o aprendizado.	07	29,17
Relacionado à carreira profissional:	07	22,58
1. Após a integralização do curso o aluno tem mais conhecimento e maior possibilidade de ser empregado;	06	85,71
2. Poderia fazer um período maior de estágio melhorando as possibilidades de contratação.	01	14,29
Motivos descritos para opção, durante o curso, após o segundo semestre letivo:	07	18,42
Relacionado à formação e a carreira profissional	07	100,00
1. O estágio após a conclusão do 3º ano pode atrapalhar o ingresso no curso superior;	06	85,71
2. Se realizarmos o estágio durante o curso, quando terminar já estaremos aptos a trabalhar em alguma empresa.	01	14,29

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 9, 82% das respostas, ou seja, a maioria, se faz menção ao cumprimento dos estágios após a integralização do curso, onde 77% destas respostas convergiram para a categoria relacionada à contextualização curricular, destacando-se com 71% dentre estes motivos o relato que “Após a conclusão do curso já teriam visto todas as disciplinas, facilitando na hora de fazer as atividades do estágio”; da mesma forma, 29% explicitam que “Após o 3º ano teriam mais conhecimento, facilitando o aprendizado”. Outro ponto importante relatado pelos alunos foi relacionado à carreira profissional, onde 86% das respostas indicam que “Após a integralização do curso o aluno tem mais conhecimento e maior possibilidade de ser empregado”.

Não menos importante, as respostas referentes aos motivos explicitados para que os alunos cumpram o estágio durante o curso e/ou após o segundo semestre letivo, convergiram para uma categoria relacionada à formação e à carreira profissional, onde destaca-se com 86%, o argumento de que “O estágio após a conclusão do 3º ano, pode atrapalhar o ingresso no curso superior”, e com 14% o argumento de que “Se realizarmos o estágio durante o curso, quando terminar já estaremos aptos a trabalhar em alguma empresa”.

Partindo do princípio de que houve um percentual expressivo de alunos e de que a maioria (82%) dos motivos explicitados convergiu para categorias que indicaram que o estágio teria melhor aproveitamento se fosse realizado depois da integralização do curso, buscou-se realizar uma entrevista em alguns *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia, com o objetivo de obter informações sobre a aplicação dos estágios somente após a integralização do curso.

Atendendo a estes objetivos e levando em conta que o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA oportuniza ao Mestrando a possibilidade de vivenciar dois momentos em Institutos Federais das Regiões Nordeste e Sul, realizou-se desta forma, as entrevistas nos Campus de Satuba-BA e de Sertão-RS, onde somente é possível o cumprimento do estágio obrigatório após a integralização do curso.

Foram escolhidos para serem entrevistados os dois representantes das Coordenadorias de Integração Escola-comunidade, que são os responsáveis pelo acompanhamento dos processos de estágio. Na execução da entrevista optou-se por uma pergunta direta objetivando descobrir “o porquê da opção de permitir que apenas o aluno que concluiu a integralização do curso possa cumprir seu estágio obrigatório”.

Apresentam-se os depoimentos dos representantes dos Institutos a seguir:

DEPOIMENTO 1- “O aluno só é liberado para o estágio após aprovado em todas as disciplinas do ensino técnico, pois com todas as disciplinas cursadas o aluno tem maiores possibilidades de conseguir estágio, assim como obter um melhor desempenho em função de terem uma bagagem maior de informações”. (representante da CIEC, Campus Sertão-RS)

DEPOIMENTO 2- “Entendendo que o estágio curricular tem o objetivo de ser colocado em prática o aprendizado adquirido, deve o aluno ter concluído as disciplinas da área técnica para que possa ter segurança em qualquer campo que se apresentar. Apesar da nova lei de estágio e das normas de organização didática disciplinarem que o estágio poderá acontecer paralelamente, no decorrer do curso, e, considerando que no nosso campus, a aluno permanece em aula nos dois períodos manhã e tarde entendemos que sendo o estágio um facilitador para o ingresso no mercado de trabalho é importante que aconteça no final do curso, pela segurança que vai demonstrar no desenvolvimento das atividades ao colocar em prática o que lhe foi oferecido na teoria, como também, podendo, em seguida ingressar no mercado tão exigente”. (representante da CIEC, Campus Satuba-BA)

Ao analisar as falas descritas nos depoimentos dos representantes dos Institutos Federais, observa-se que as mesmas convergem para algumas categorias, onde explicitam motivos importantes em seus depoimentos, relacionados ao estágio quando realizado após a integralização do curso como pode-se observar a seguir:

- **Relacionado à contextualização e ao conhecimento:** “O aluno pode colocar em prática o que aprendeu” e “Após o curso poderá obter melhor desempenho em função de terem uma bagagem maior de informações”

- **Relacionado à segurança:** “Após terem cursado as disciplinas técnicas se sentiram mais seguros para realizarem as atividades”.

- **Relacionado à oportunidade:** “Com uma bagagem maior os alunos tem um maior possibilidades de conseguir estágio”

- **Relacionado à empregabilidade:** “Entendo que o estágio feito após o curso passa ser um facilitador para o ingresso no mercado de trabalho pois da segurança ao estagiário”

- **Relacionado ao tempo disponível:** “Durante o curso o aluno estuda em tempo integral impossibilitando desta forma para execução do estágio”.

A partir da análise dos depoimentos dos representantes dos Institutos Federais, constatou-se que O IFES Campus Santa Teresa deve levar em consideração os depoimentos dos alunos que em seus motivos explicitados vislumbram uma melhora expressiva no tocante

à contextualização curricular e na preparação do aluno tendo como consequência melhores índices de empregabilidade dos mesmos, desde que o estágio obrigatório seja realizado após a integralização do curso.

Porém, devemos ponderar que o regulamento de estágio atual do IFES-Campus Santa Teresa, permite que o aluno faça seu estágio após o curso, entretanto a maioria absoluta o fez dentro do período de integralização do mesmo, isto nos faz refletir sobre os motivos que os levaram a realizá-lo em um período que consideram menos proveitoso. Conforme observa-se nos resultados apresentados na tabela 10. Algumas observações devem ser feitas a este fato. Na tabela 10 os motivos explicitados pelos alunos para opinarem em realizar o estágio durante o curso, após o segundo semestre letivo, já apontam fatores como: ingresso no curso superior e antecipação no ingresso no emprego, ou seja, apesar de apenas seis alunos terem descrito estes fatores como limitantes, no caso do estágio ser realizado após a integralização do curso, devemos ponderar que a opinião dos alunos nem sempre é a opinião dos pais, sofrendo a influência direta dos mesmos, onde geralmente preferem que seus filhos terminem o curso dentro do período de integralização do mesmo, desta forma possibilitando seu ingresso mais rápido, seja na faculdade e/ou em algum emprego.

Sobre as vantagens e a possibilidade de o estágio ser realizado após o período de integralização do curso é importante ponderar esta opção, pois sobre a realização da teoria dissociada da prática deve-se ponderar que há fatores complicadores para que ocorra a efetiva aprendizagem. Nesse sentido, conforme Almeida (1986), um estágio de final de curso pode estar cumprindo apenas a função ideológica de justificar um ensino dicotômico.

Para Vasquez,

[...] seria uma prova de mecanicismo dividir o ensino abstratamente em duas partes e depois tentar encontrar uma relação direta e imediata entre um segmento teórico e um segmento prático. A relação, sendo de unidade e não de identidade, acarreta, num processo contínuo, complementaridade e interdependência de ambos os momentos teórico e prático” (VASQUES apud ALMEIDA, 1986, p. 2).

Desta forma o IFES Campus Santa Teresa deve aprofundar as discussões em torno deste tema para proporcionar através de ações concretas, transformações efetivas que tragam ganhos reais aos alunos ponderando se a melhor opção seria mesmo apostar no cumprimento do estágio curricular após a integralização do curso.

Para se analisar a importância do estágio como prática pedagógica na formação do técnico em agropecuária, questionou-se inicialmente, sobre qual seria a contribuição do estágio na complementação das atividades do curso, conforme descrito no Gráfico 11.

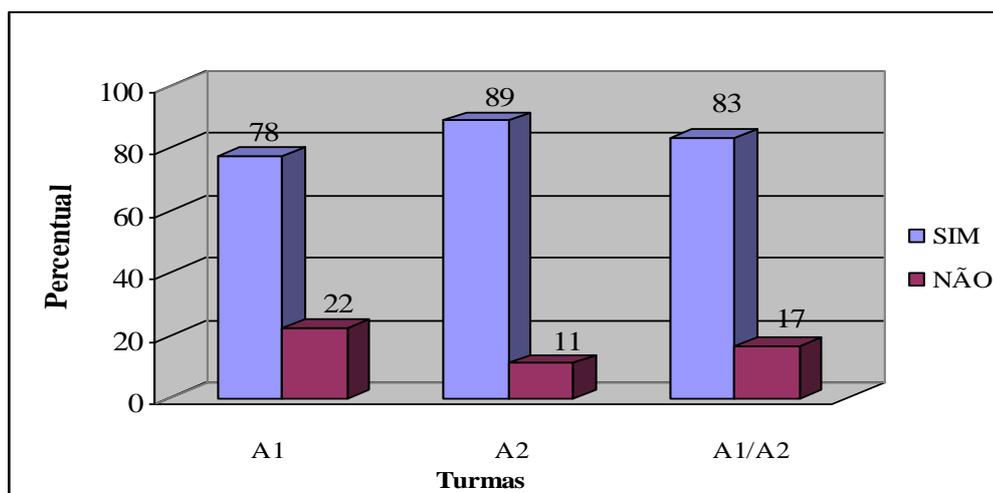


Gráfico 11. Contribuição do estágio na complementação das atividades realizadas em seu curso.

A seguir observa-se a relação de motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que houve contribuição do estágio que realizaram na complementação das atividades realizadas no IFES Campus Santa Teresa, conforme demonstrado na tabela 11.

Tabela 11. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio que realizaram para complementação das atividades realizadas no IFES Campus Santa Teresa.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que houve contribuição.	31	83,78
Relacionado ao aprendizado:	19	61,29
1. O estágio serviu para aumentar o conhecimento sobre as disciplinas que foram ministradas após o mesmo.	10	52,63
2. O estagio ajuda a confrontar o conhecimento que se obtém na empresa, com o que se vê em sala de aula.	09	47,37
Relacionado às práticas :	09	29,03
1. No estágio foram realizadas atividades práticas que depois foram feitas na escola.	09	100,00
Relacionado ao ambiente organizacional:	03	9,68
1. Pude vivenciar problemas diários que ocorre em uma instituição.	03	100,00
Motivos para negarem que houve contribuição.	06	16,22
Relacionado à pertinência das atividades:	02	33,33
1. Em meu estágio eu não vi muita coisa que aprendi na escola	02	100,00
Relacionado à contribuição para o aprendizado	04	66,67
1. Realizei tarefas que já tinha conhecimento.	04	100,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Apesar dos alunos explicitarem 16,22% de motivos que negam a contribuição do estágio para a realização das atividades desenvolvidas no IFES Campus Santa Teresa, é importante frisar que após a análise dos dados observou-se que a maioria dos alunos descreve um total de 83,78% de motivos que afirmam que o estágio contribuiu de alguma forma para as atividades realizadas no IFES Campus Santa Teresa após a conclusão dos mesmos; destaca-se que a maioria das respostas convergiu em categorias relacionadas ao aprendizado, ou seja, 52,63% descrevem que “O estágio serviu para aumentar o conhecimento sobre as disciplinas que foram ministradas após o mesmo”, na mesma linha 47,37% das respostas indicam que “O estágio ajuda a confrontar o conhecimento que se obtém na empresa, com o que se vê em sala de aula”, e (29,03%) das respostas convergiram para uma categoria relacionada à prática, onde as respostas indicam que “No estágio foram realizadas atividades práticas que depois foram feitas na escola”.

Pelo que se pode notar, a contribuição do estágio para realização das atividades na escola é importante, pois aumenta o conhecimento do aluno trazendo um grau de facilidade na assimilação dos conteúdos e das práticas realizadas após o estágio. Porém devemos ponderar este fato, pois, existe neste caso uma dicotomia entre realizar o estágio depois de cursar a disciplina que daria o suporte necessário para realização das tarefas e/ou atividades, proporcionando a contextualização curricular e/ou realizar o estágio antes de cursar a disciplina facilitando desta forma, a realização de tarefas e/ou atividades pertinentes a disciplinas ministradas após o estágio. Cabe ao IFES Campus Santa Teresa, aprofundar este estudo, pois existe determinação legal para que no estágio ocorra a contextualização curricular e pôde-se observar neste trabalho que houve problemas na execução dos estágio em que a mesma não ocorreu.

Para compreender melhor a importância do estágio para a formação do técnico em agropecuária, questionou-se sobre qual seria a contribuição do estágio na tomada de decisão referente à carreira profissional, conforme pode-se observar no Gráfico 12.

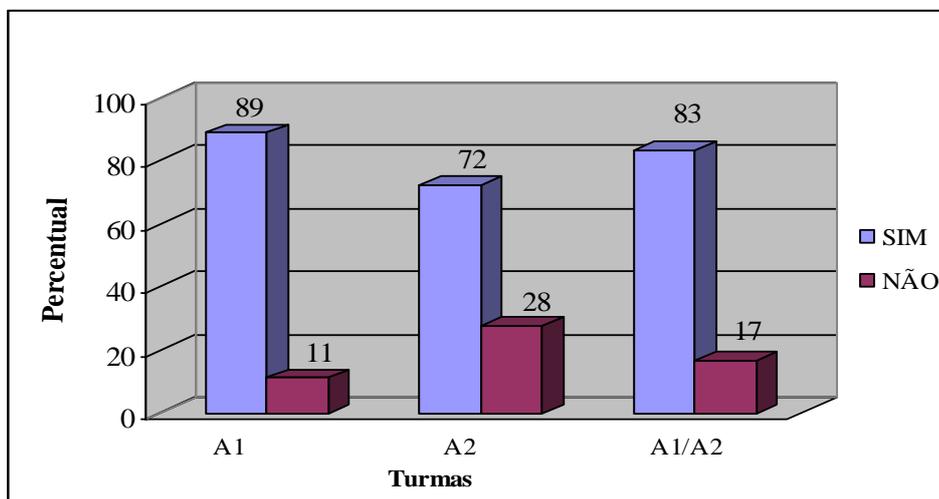


Gráfico 12. Contribuição do estágio na tomada de decisão referente à carreira profissional.

A seguir apresentam-se os motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que as atividades desenvolvidas e informações adquiridas nos campos de estágio, os ajudaram de alguma forma na tomada de decisão referente à sua carreira profissional, conforme se pode observar na tabela 12.

Tabela 12. Distribuição dos motivos descritos pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio na tomada de decisão sobre a carreira profissional.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que houve contribuição.	34	87,18
Relacionado ao interesse pela área profissional:	17	50,00
1. O estágio foi importante, pois através dele pôde-se observar que o aluno pode ter sucesso nesta área profissional;	10	58,82
2. Descobri a importância de minha área profissional.	07	41,18
Relacionado à vocação:	17	50,00
1. As atividades de estágio ajudaram a decidir sobre prosseguir nesta área profissional;	13	76,47
2. As atividades realizadas no estágio serviram para ajudar a optar por outra área profissional;	03	17,65
3. O estágio me ajudou a decidir por não trabalhar em algumas atividades da área de agropecuária.	01	5,88
Motivos para negarem que houve contribuição.	05	12,82
Relacionado à vocação:	05	100,00
1. Eu já sabia que não queria trabalhar nesta área;	04	80,00
2. Mesmo após estágio eu ainda não decidi qual área profissional vou seguir.	01	20,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

O que se observou é que foi dado um alto grau de importância a esta contribuição já que apenas 12,82% dos motivos convergiram para negarem esta contribuição, a maioria (87,18%) das respostas fazem menção a afirmação em relação a esta contribuição; destas, 50% convergiram para a categoria relacionada ao interesse pela área profissional, onde 58,82% do total relatam que “o estágio foi importante, pois através dele pôde-se observar que o aluno pode ter sucesso nesta área profissional”. Da mesma forma, 50% das respostas convergiram também para a categoria relacionada à vocação, onde 76,47% destas, afirmam que “as atividades de estágio ajudaram a decidir sobre prosseguir nesta área profissional”. Na mesma linha, relacionada à vocação, 17,65% das respostas indicam que “as atividades realizadas no estágio serviram para ajudar a optar por outra área profissional”.

Através da análise dos resultados pode-se constatar que os alunos avaliam como importante a contribuição do estágio relacionada à carreira profissional, onde destaca-se como contribuição, “o interesse pela área profissional” e a “decisão sobre a vocação do aluno”, direcionando-o para seguir ou não esta carreira.

Estes relatos corroboram o que descrevem Nisker e Nathanael (2006), os quais relatam que a finalidade do estágio é justamente confirmar a vocação do estudante de acordo com a profissão escolhida e ainda inseri-lo no ambiente de produção onde o trabalho é efetivamente executado.

Da mesma forma, de acordo com os questionamentos que levaram aos resultados das tabelas 11 e 12, que tratam da importância do estágio na formação do técnico em agropecuária, procurou-se questionar os alunos sobre quais seriam os benefícios que o relacionamento com o supervisor e os funcionários das empresas/instituições ocorridos no estágio, poderiam trazer para o desenvolvimento pessoal, escolar e profissional dos alunos, conforme mostrado na Gráfico 13.

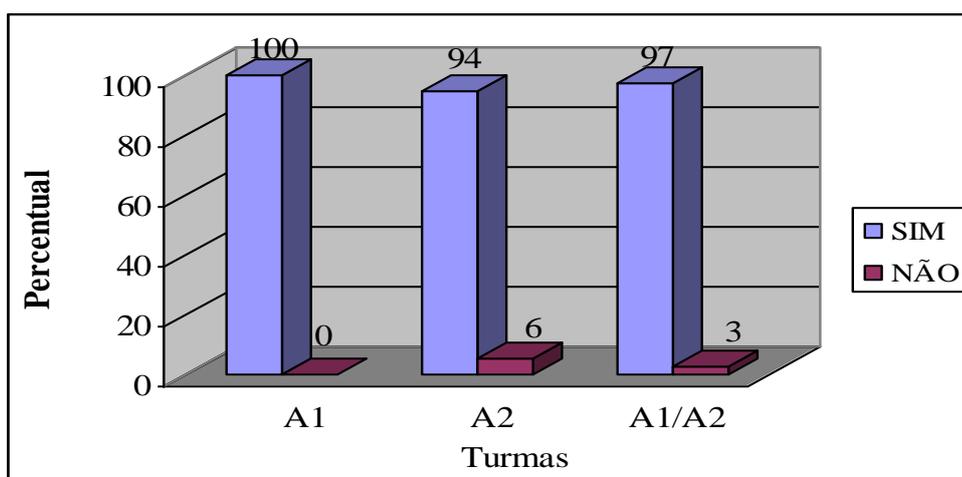


Gráfico 13. Contribuição trazida pela convivência com supervisor e funcionários das empresas/instituições, ao desenvolvimento pessoal, escolar e profissional.

A seguir serão demonstrados os motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem que houve contribuição trazida pela convivência com o supervisor e funcionários da empresas/instituições, ao desenvolvimento pessoal, escolar e profissional dos alunos conforme se pode observar na tabela 13.

Tabela 13. Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para afirmarem e/ou negarem a contribuição do estágio trazida pela convivência com o supervisor e funcionários das empresas/instituições, ao desenvolvimento pessoal, escolar e profissional dos alunos.

MOTIVOS EXPLICITADOS	Freq	%
Motivos descritos para afirmarem que houve benefícios.	48	97,96
Relacionado ao ganho na vida escolar:	07	14,58
1. As pessoas da empresa passam dicas que ajudam na escola;	03	42,86
2. Recebi orientação sobre atividades que ainda não havia passado pela disciplina na escola.	03	42,86
3. Me ajudou no comportamento na escola.	01	14,28
Relacionado ao desenvolvimento pessoal:	25	52,08
1. Descobri que é importante tratar bem as pessoas e ter um bom relacionamento com elas;	18	72,00
2. Aprendi a escutar mais as pessoas;	01	4,00
3. Aprendi a me relacionar e interagir com os produtores.	06	24,00
Relacionado ao ganho profissional	16	33,33
1. Aprendi como se deve atuar no ambiente empresarial;	10	62,50
2. Aprendi a ser mais responsável e disciplinado no cumprimento dos horários na empresa;	04	25,00
3. Aprendi algumas práticas interessantes para minha área profissional;	01	6,25
4. Aprendi como deve se tratar os clientes de uma empresa.	01	6,25
Motivos para negarem que houve benefícios.	01	2,04
Relacionado à influência do estágio:	01	100,00
1. A passagem pelo estágio não teve influência em meu desenvolvimento escolar, profissional e pessoal.	01	100,00

Obs: A frequência e as porcentagens foram calculadas a partir dos motivos explicitados e/ou respostas e não a partir do número de alunos.

Após analisar os dados pode-se constatar que apenas 2,04% das respostas negaram o benefício promovido pelo convívio no estágio com supervisores e funcionários ao desenvolvimento, escolar, pessoal e profissional do aluno. A maioria, 97,96% das respostas afirmando que houve benefícios convergiram em 52,08% para a categoria relacionada ao desenvolvimento pessoal, destacando-se com 72%, a fala onde relatam que “Descobriram que é importante tratar bem as pessoas e ter um bom relacionamento com elas”. Na mesma linha de importância, 33,33% das falas convergiram para a categoria relacionada ao ganho profissional e destes, 62,50% descrevem que “aprenderam como se deve atuar no ambiente empresarial” e, não menos importante, 14,58% das respostas convergiram para a categoria relacionada ao ganho na vida escolar, onde 42,86% destes motivos direcionam para duas falas onde os alunos descrevem que “as pessoas da empresa passam dicas que ajudam na escola” e que “no estágio receberam orientação sobre atividades que ainda não havia passado pela disciplina na escola”.

De acordo com esta análise se observa que os alunos em sua maioria afirmaram que a convivência com supervisor e funcionários das empresas/instituições traz benefícios para o desenvolvimento escolar, pessoal e profissional. Diante destas constatações é inegável atribuímos tal importância ao estágio; neste sentido a escola deverá estar atenta para que seu desenvolvimento possa proporcionar estes e outros benefícios. Também quanto a isto, é de suma importância que o IFES Campus Santa Teresa aprofunde as discussões neste tema para que o estágio curricular seja desenvolvido de maneira adequada, cumprindo o objetivo de sua aplicação como prática pedagógica para contribuir no processo de ensino aprendizagem, proporcionando um ganho real para o aluno, para que possa auxiliar no desenvolvimento do educando para o trabalho e para vida cidadã.

6 CONCLUSÕES

Através das análises pôde-se perceber que o IFES Campus Santa Teresa vem acompanhando estas transformações realizando às mudanças necessárias para adaptar seus regulamentos de estágio às normativas federais e ao regulamento de estágio do IFES. Observou-se que a proposta pedagógica de estágio do IFES Campus Santa Teresa é norteada por uma concepção efetiva de relação entre trabalho e educação descrita de maneira contundente nos incisos e parágrafos do artigo 1º do regulamento de estágio atual.

Relacionado à caracterização das empresas/instituições, pôde-se constatar que a maioria dos alunos realizou seus estágios em empresas privadas, porém há uma diferença muito pequena se somarmos os estágios realizados nas instituições públicas nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Observou-se que 17% das empresas/instituições não possuem infraestrutura adequada para realização do estágio; destas, 50% são públicas e 50% privadas. Constatou-se que 22,22% das respostas indicam que a supervisão de estágio realizada nas empresas/instituições é inadequada, descrevendo em sua maioria a pouca atenção dada pelo supervisor da empresa. Através de levantamento realizado nos documentos de estágio na CIEC e observações realizadas através de diálogo com os alunos integrantes desta pesquisa, também se constatou que a maioria dos alunos executam seus estágios a uma distância de no máximo 50 km de suas residências devido ao dispêndio que ocorre quando o mesmo é realizado distante das mesmas, isto nos faz deduzir que o peso de gastos como alimentação, hospedagem e transporte é levado em conta na hora da escolha das empresas/instituições para realização dos estágios, ou seja, nem sempre a empresa/instituição que possui melhores condições de propiciar ao aluno um estágio de boa qualidade é escolhida, devido a estes fatores.

Pela pesquisa realizada constata-se que a maioria das atividades desenvolvidas no estágio está de acordo com as atividades previstas para formação do técnico em agropecuária, porém, observa-se que 16,67% das respostas indicam que os alunos realizaram tarefas e/ou atividades não condizentes com sua área de formação; destas, 83,33% demonstram que na maior parte do tempo os alunos executaram tarefas como limpeza e atendimento de telefone. Observou-se ainda que nos estágios foram realizadas tarefas e/ou atividades antes do aluno ter cursado a disciplina que daria o suporte necessário, dificultando sua realização devido à não contextualização curricular e também que um número reduzido de apenas três alunos realizaram estágio em mais de uma empresa/instituição, fato este limitante para que o aluno possa aprofundar seus conhecimentos devido a pouca contextualização com os conteúdos e práticas realizadas na escola. Outro fator que se mostrou limitante para desenvolvimento pleno do estágio abrangendo toda área do curso, foi o fato da maioria dos alunos terem realizado em seus estágios atividades inerentes apenas à agricultura, ou seja, apesar do curso ser na área de agropecuária, no cumprimento dos estágios a maioria dos alunos não realizou atividades práticas voltadas à pecuária e/ou zootecnia, fato este que poderia ser contornado se o aluno realizasse mais de um estágio, ou seja, abrangendo as duas áreas, agricultura e pecuária.

Através desta pesquisa pôde-se constatar que a maioria dos alunos tiveram dificuldades em suas atividades de estágio. Dos motivos explicitado, em sua maioria descrevem que isto se deu devido a não terem cursado a disciplina antes do estágio. Referente à orientação, a maioria dos estudantes relata que não foram orientados adequadamente. Em relação à contribuição das práticas realizadas no IFES Campus Santa Teresa no desenvolvimento de estágio, constatou-se que a maioria das respostas demonstram que não contribuíram; destas, 69,57% apontam motivos referente à baixa quantidade e, em algumas disciplinas a inexistência de práticas. Da mesma forma, não menos importante, 26,09% das

respostas indicam motivos relacionados à contextualização das práticas, onde descrevem que executaram seus estágios antes de terem cumprido a disciplina onde realizariam as práticas inerentes a mesma.

A pesquisa mostrou que a maioria dos alunos cumpriu uma carga horária de estágio pequena, ou seja, próxima à carga horária mínima exigida para o curso e em relação à qual os mesmos relatam que esta carga horária não foi adequada para proporcionar o aprendizado das competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, limitando desta forma a possibilidade de desfrutar mais experiências práticas em situações reais de trabalho proporcionadas pelo estágio, ou seja, a baixa carga horária de estágio mostrou-se um fator limitante para que ocorra um bom aprendizado.

Com relação ao período de estágio, observou-se que a maioria dos alunos considera que o estágio quando realizado após a integralização do curso traz benefícios, destacando-se a facilidade na execução das tarefas devido à contextualização curricular; e referente à carreira profissional, destaca-se o conhecimento adquirido no estágio e com isso a maior possibilidade do estágio servir como uma porta de entrada para o primeiro emprego. A entrevista com os coordenadores da CIEC de dois Institutos Federais de Educação onde o estágio obrigatório só é realizado após a integralização do curso, possibilitou confrontar os relatos dos alunos com os depoimentos dos coordenadores entrevistados, onde se pode constatar que os mesmos descrevem que o estágio realizado após a integralização do curso proporciona benefícios relacionados à contextualização curricular, segurança, oportunidade de estágio e empregabilidade, como se pôde observar houve convergência em dois pontos relatados pelos alunos, porém deve-se ponderar que 83% dos estudantes relatam que houve contribuição do estágio nas tarefas e/ou atividades que por sua vez foram ministradas após o mesmo, e da mesma forma, quando perguntados sobre a melhor opção de execução do estágio, se antes e/ou após integralização do curso, 19% tem sua preferência por realizar durante o curso e descrevem em sua maioria absoluta que o estágio após a conclusão do 3º ano poderia atrapalhar o ingresso no curso superior. Isto indica que o IFES Campus Santa Teresa deve aprofundar os estudos sobre a matéria, ponderando os prós e contras sobre a possibilidade de modificação do período de estágio, alterando se for o caso, o início do mesmo para após a integralização do curso.

Pode-se também concluir que há contribuição expressiva do estágio ao desenvolvimento das atividades do curso, na tomada de decisão referente à carreira profissional e também nos benefícios que a convivência com supervisores e funcionários proporciona ao desenvolvimento escolar, pessoal e profissional. No desenvolvimento escolar, destaca-se a melhora do aprendizado devido ao conhecimento que se obtém sobre os conteúdos de disciplinas antes de tê-las cursado e através da realização de atividades práticas que posteriormente servem para auxiliar no desenvolvimento de atividades escolares. Relacionado à carreira profissional, o estágio demonstrou ser um agente para despertar o interesse pela área profissional e no auxílio na descoberta e/ou reafirmação da vocação do aluno. Outros benefícios importantes proporcionados pela convivência no estágio com supervisor e funcionários das empresas/instituições às atividades escolares são as orientações e dicas sobre atividades que são vistas posteriormente na escola; no crescimento pessoal destaca-se a questão comportamental, demonstrando o benefício proporcionado no tratamento em geral com as pessoas e o aprendizado na relação com produtores rurais; e no crescimento profissional, não menos importante, destaca-se o aprendizado relacionado à atuação no ambiente empresarial e a disciplina no cumprimento de horários.

Como conclusão geral, a pesquisa possibilitou compreender a importância do estágio na formação do técnico, e contribuiu de forma substancial na análise dos processos de estágio, trazendo indicações importantes para aperfeiçoá-los. A pesquisa mostra que o IFES

Campus Santa Teresa vem fazendo as adaptações necessárias impostas por força de normativas federais aos regulamentos de estágio, cumprindo desta forma as determinações legais, porém, deve analisar a melhor forma para tomar as medidas necessárias para sanar os problemas apontados e aprofundar estudos sobre a matéria para promover as transformações necessárias para que o estágio cumpra de forma efetiva seu papel como prática pedagógica.

O que se observa é que o estágio é uma prática importante para os estudantes, pois os coloca em uma situação real de trabalho, proporcionando uma vivência antecipada no ambiente empresarial, onde os mesmos se quiserem e se a situação econômica permitir, irão atuar após o término de seus cursos técnicos.

Sob este ponto de vista, a prática do estágio é relevante, pois, no mercado de trabalho atual, onde a competição por um posto de trabalho é cada vez mais acirrada, a experiência prática pode vir a ser um pré-requisito indispensável ao futuro candidato ao emprego.

O fato de o estágio servir para contribuir com a bagagem do estudante, facilitando de alguma forma sua inserção no mundo do trabalho, deve ser encarado como algo positivo, porém deve-se atentar para que o estágio não sirva de utilização de mão-de-obra barata, substituindo os trabalhadores formais por estagiários, atendendo única e exclusivamente aos interesses da classe empresarial.

Para isto a escola deve estar atenta no cumprimento do regulamento de estágio promovendo o monitoramento adequado nas empresas/instituições para avaliar sua infraestrutura, e para que instrumentos como o plano de estágio sejam corretamente elaborados prevendo apenas atividades inerentes a área de formação do aluno, bem como na estruturação e aprovação pelo professor orientador devem ser observadas as disciplinas cursadas pelos estudantes até o momento do início do estágio, e também sejam cumpridas as demais determinações legais, proporcionando desta forma, a contextualização curricular, para que o mesmo tenha de fato o aproveitamento adequado e o estágio cumpra dessa forma seu papel como prática pedagógica.

Tanto em relação ao possível aumento da carga horária de estágio, quanto em relação à mudança do período de realização de estágio para após a integralização do curso a IFE deverá se debruçar sobre o assunto estudando esta e outras alternativas de estruturação como por exemplo a alteração da matriz permitindo que disciplinas que contemplem atividades desenvolvidas em empresas/instituições que compõem os arranjos produtivos locais e/ou regionais sejam fornecidas antes da realização dos estágios, ou até mesmo a alteração do período de realização do estágio obrigatório que hoje se dá a partir da conclusão de 50% do curso, ou seja, após o terceiro período, para após o quinto período podendo o mesmo também ser realizado após a integralização do curso. Esta medida se adotada traria um ganho de qualidade ao estágio, pois, além das vantagens já descritas, facilitaria a orientação de estágio que hoje esta comprometida devido ao período em que o estágio é realizado, dificultando e até mesmo inviabilizando a orientação por parte do professor orientador designado para esta tarefa. O que realmente importa é que esta decisão seja pautada visando um ganho de qualidade, buscando melhorar a formação dos estudantes.

O que se deve ponderar é que o estágio curricular deverá contribuir e servir como um instrumento na construção de um modelo de educação complexa e não instrumental, seja na formação para atuar no campo laboral ou na formação em nível médio visando à continuidade de sua formação em curso superior.

O fato é que a educação sem sombra de dúvida promove a mobilidade ocupacional quando alicerçada em bases sólidas. Caberá à escola fomentar esta transformação promovendo a integração entre o ensino profissionalizante e o propedêutico fazendo com que haja uma integração capaz de superar esta dicotomia, sendo que este último deverá ocupar um grau de importância cada vez maior para darmos um salto de qualidade ao ensino,

proporcionando ao estudante uma formação polida, melhorando suas habilidades cognitivas, aumentando sua capacidade de análise crítica, desta forma possibilitando uma formação mais sólida para enfrentar as mudanças que ocorrerão constantemente seja na esfera econômica, social ou ambiental em um contexto global. O IFES Campus Santa Teresa, neste contexto, deverá caminhar na busca deste modelo para atender aos interesses da sociedade, formando cidadãos para atuar de forma a priorizar o interesse coletivo em detrimento do interesse próprio, dando-lhes ferramentas adequadas para contribuir na construção de uma nação mais justa para todos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. et. al. Juventude, **violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 192 p.

ALMEIDA, Célia Schmidt. **Um reexame do estágio curricular**: elementos para discussão. Seminários Regionais sobre Estágio Curricular – SESU/ MEC/ 1986 – UFMT/ UFSM/UFRGN.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2002.

ANDRADE, Flávio A. A Formação do “Cidadão-Trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “Novo Industrialismo”. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 59-78.

_____. **Jogando no campo do adversário**: o projeto empresarial de formação do “Novo Trabalhador”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Niterói, 1996.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. DOSSIÊ: Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico no Brasil. **Escolas Técnicas Federais: Escolas de Elite ou instituições que formam para o trabalho**. Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, ano 1, nº 1, 2010, p. 127-128.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRASIL. **Decreto-lei, 4.073 de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42>>. Acesso em: 27 Abr. 2010.

_____. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 12 Jan. 2010.

_____. **Decreto nº 2.208, de 18 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Quadros/1997.htm>. Acesso em: 10 de jan. de 2010.

_____. MEC/SEMTEC. PROEP – **Programa de Reforma de Educação Profissional**: orientação às IFETS para preparação do plano de implantação da reforma. Brasília: SEMTEC, 1997.

_____. **Resolução CEB N.º 4, de 8 de dezembro de 1999**. Brasília. 1999.

_____. **Decreto-lei 9.613 de 20 de novembro de 1996.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/decreto-lei-9613-46>. Acesso em: 27 Abr. 2010.

_____. **Decreto nº 5.154, de 26 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004_2006/2004/Decreto/_quadro.htm>. Acesso em: 10 de jan. de 2008.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394/96 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, 16 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 23 mar. de 2011.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 10 Jan. 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2009/2013.** Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/Outros/PDI%20Versao%20Consulta%20Comunidade%20-%202009.pdf>. Acesso em: 12 Jan. 2010.

_____. **Plano de Qualificação Institucional, 2008/2012-** Instituto Federal do Espírito Santo-Campus Santa Teresa, Santa Teresa-ES. Outubro/2008.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: < **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.** Gabinete da Ministra. Portaria n.º 39 de 25 de março de 2011. Suspende por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional publicadas até a presente data. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 Mar. 2011. Seção 1, p. 109.

____ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Gabinete da Ministra. Portaria Interministerial n.º 56, de 20 de abril de 2011. Autoriza a realização de concurso público e o provimento de dois mil oitocentos e sessenta e sete cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e de mil oitocentos e dezesseis cargos de Técnico-Administrativo em Educação, para os quadros de pessoal dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 Abr. 2011. Seção 1, p. 100.

CASTRO, Claudio de Moura. **Educação Técnica: a crônica de um casamento turbulento**. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S.(org.). Os desafios de educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p.153-180.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CUNEGUNDES, C. Carneiro. **Estágio: mão-de-obra barata**, 2010. Disponível em:<<http://www.meuartigo.brasilecola.com/economia-financas/estagio-uma-maodeobra-barata.htm>>. Acesso em: 2 Fev. 2011.

CUT. **Bases do Projeto Político Pedagógico do Programa de Educação Profissional CUT-Brasil**. São Paulo: Secretaria nacional de formação da CUT, 2001.

DELORS, Jacques. Educação: **um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF. MEC/UNESCO, 2003. Cap. 4.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3ª Ed. Brasília-DF: Líber Livro Editora, 2008. 60-61 p.

FERRETTI, Celso J.; et al. (ORG) **Novas Tecnologias, Trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: vozes, 1996, p. 151-157.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1983a.

____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortêz, 1995.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**, São Paulo: Atual, 1997.

____, Gaudêncio. Educação e formação humana. Ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

____, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. Educar. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 23 Agost. 2011.

GENTILI, Pablo. **O que há de novo nas novas formas de exclusão educativa?** Neoliberalismo, trabalho e educação. Revista Educação & Realidade, v. 20, n.1, jan./jun. 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e educação: formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo: Nobel, 2000.

GONÇALVES, Marilícia Brandão Mol. **Estágio - ação pedagógica: proposta de plano de ação para acompanhamento e avaliação do estágio dos alunos dos cursos técnicos da ETFOP**. (TESE DE MESTRADO) Ouro Preto, 2002.

KUENZER, Acácia. **Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro. Vol. 29, n. 1, jan./abr, 2003. p. 21.

MAGALHÃES, M. de O. **Tecnologia e subjetividade: novas perspectivas sobre o trabalho, a educação e a regulação social**. Aletheia, v. 43, n. 6, 1997.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo: Gente, 1995.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.

MORIN, Edgard. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo; Cortez , 3ª ed: 2005.

NISKIER, Arnaldo; NATANAEL Paulo. **Educação, estágio & trabalho**. São Paulo: Integrare, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **VIGOTSKY: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico-** São Paulo: Scipione, 1997.

PENIN, Sonia T. Sousa. VIEIRA, Sofia Lerche. **Refletindo sobre a função social da escola**. In Cláudia Davis...[et al.]; Sofia Lerche Vieira(org). **Gestão da Escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PEREIRA, J.E.D. As **Licencaturas e as Novas Políticas Educacionais para a formação Docente**. Educação e Sociedade, Campinas, ano 20º, n. 68[especial], p. 109-125, 2000.

RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 112.

_____, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

REGATTIERI, Marilsa; CASTRO, Jane Margareth. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração.** Brasília: Unesco, 2009.

RODRIGUES, José S. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas: Autores Associados, 1998.

SAMPIERI, R. C.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B.. **Metodologia de Pesquisa.** 3ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Elisangela dos. Artigo científico: **da Lei 5.692/71 ao decreto 5.154/04 - a trajetória da educação profissional do Brasil: revista de Interação e Debate Acadêmico.** Ano 1, n. 3, Set. 2009. Disponível em: <<http://www.rida.com.br/Artigos/colunistas/eso090309.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

SCHULTZ, Theodore. **Capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Marcelo S. P. da. **Organização do trabalho escolar e políticas educacionais no limiar do século XXI.** In: CICILLINI, Graça A.; NOGUEIRA, Sandra V. (Orgs). **Educação escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas.** Uberlândia: EDUFU, 2002.

SOUZA, Donaldo Bello de. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil.** Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Qualificação, Ciência e Tecnologia no Mundo Contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional.** Revista FAEEBA, Salvador, v. 13, n. 22, p. 8, 2004.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração.** In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Débora Moraes (org). **Pesquisa Qualitativa em Administração,** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente,** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VOGT, Carlos. **Educação e responsabilidade.** Guia Interativo de Informação Profissional e Educacional – GIIPE. Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Disponível em: <<http://www.ciee.org.br/portal/estudantes/pdf/M2b.PDF>>. Acesso em: 27 Mai. 2010.

8 ANEXOS

Anexo A - Questionário dos estudantes

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA QUESTIONÁRIO

Caro aluno

Este questionário tem como objetivo investigar “**a influência do estágio como prática pedagógica na formação do Técnico em Agropecuária no IFES Campus Santa Teresa.** Sua participação será muito importante para a realização dessa pesquisa.

Será garantido sigilo absoluto. Os dados serão analisados e divulgados sem que sejam identificadas as pessoas pesquisadas.

Agradeço sua colaboração!

1- Em qual categoria se enquadra a(s) instituição(es) onde cumpriu seu(s) estágio(s)?

- Setor Público municipal
- Setor público estadual
- Setor público federal
- Setor privado
- Organização não governamental
- Cooperativa
- Outro (especificar): _____

2- A(s) instituição(es)/empresa(s) onde realizou seu(s) estágio(s) dispõe(m) de instalações e infraestrutura adequadas para possibilitar o bom desempenho de seu estágio?

sim não

Justifique sua resposta.

3- O acompanhamento de seu estágio pelo supervisor da empresa/instituição foi adequado?

sim não

Justifique sua resposta.

4- Em seu estágio você realizou tarefa(s) descondizente(s) com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional da área de sua formação?

() sim () não

Justifique sua resposta?

5-O acompanhamento dos processos de estágio e a assistência dada no período de sua realização, pelo professor orientador junto à unidade concedente foram adequados?

() sim () não

Justifique sua resposta.

6-Você encontrou grande(s) dificuldade(s) na realização de seu estágio?

() Sim () Não

Justifique sua resposta.

7- Em relação às atividades práticas executadas nas disciplinas que cursou no IFES-Campus Santa Teresa, você acha que elas contribuíram para melhorar o desempenho na execução de seu estágio?

() sim () não

Justifique a resposta escolhida:

8- Você realizou mais de 1(um) estágio durante o período de integralização de seu curso no IFES-Campus Santa Teresa e em qual área, agricultura ou pecuária e/ou agropecuária?

() sim () não

Justifique a resposta escolhida:

9- Na sua opinião qual seria o período ideal para execução do estágio?

() Após a conclusão do segundo semestre letivo até o sexto semestre letivo em período de férias;

() Após a conclusão dos conteúdos do curso, ou seja, após o sexto semestre letivo.

Justifique sua resposta.

10- Você considera a carga horária de estágio que cumpriu suficiente para proporcionar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.

Justifique sua resposta.

() sim () não

Obs: descrever a carga horária.

11- As atividades que realizou em seu(s) estágio(s) contribuíram de alguma forma na complementação das atividades realizadas em seu curso no IFES-Campus Santa Teresa?

() sim () não

Justifique sua resposta.

12- As atividades desenvolvidas e informações adquiridas nos campos de estágio, o ajudaram de alguma forma na tomada de decisão referente à sua carreira profissional?

() sim () não

Justifique sua resposta.

13- O relacionamento inter-pessoal ocorrido na empresa/instituição promovido pela sua convivência com o supervisor de estágio e funcionários, trouxe algum benefício para o seu desenvolvimento escolar, pessoal e/ou profissional ?

() sim () não

Justifique sua resposta.

Anexo C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária concomitante e Integrado.

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CONCOMITANTE E INTEGRADO**

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CONCOMITANTE**

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Área: Agropecuária

Habilitação: Agropecuária (Concomitante)

1º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Agricultura Geral	60
Zootecnia Geral	60
Noções de Administração	60
Fundamentos de Agroindústria	40
Fundamentos da Ciência do Solo	60
TOTAL	280

2º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Manejo Fitossanitário	60
Segurança do Trabalho	40
Construções e Instalações Rurais	60
Desenho e Topografia	60
Climatologia e Meio Ambiente	60
TOTAL	280
TOTAL PARCIAL	560

3º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Mecanização Agrícola	60
Caprinocultura e Ovinocultura	60
Animais de Pequeno Porte	80
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	60
Forragicultura	40
TOTAL	300
TOTAL PARCIAL	860

4º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Suinocultura	80
Avicultura de Corte e Postura	80
Culturas Anuais	100
Silvicultura	60
Orientações para Estágio	20
TOTAL	340
TOTAL PARCIAL	1200

5º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Olericultura	80
Bovinocultura de Leite	80
Processamento de Produtos de Origem Animal e Vegetal	80
Jardinagem e Paisagismo	40
Comunicação e Extensão Rural	40
TOTAL	320
TOTAL PARCIAL	1520

6º PERÍODO

Componentes	Carga horária (h)
Irrigação e Drenagem	80
Administração do Agronegócio	40
Fruticultura	80
Bovinocultura de Corte	40
Cafeicultura	40
TOTAL	280
TOTAL PARCIAL	1800
ESTÁGIO*	100
TOTAL GERAL	1900

* A carga horária de 20 horas do componente curricular Orientação para Estágio será acrescida às 100 horas do estágio supervisionado, totalizando 120 horas.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO

FORMAÇÃO ESPECÍFICA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	HORA/AULA SEMANAL			TOTAL ANUAL
		2009	2010	2011	
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	
PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL	Tecnologia de Alimentos	-	3	-	120
	SubTotal	0	3	0	120
GESTÃO	Administração e Economia Rural	1	-	-	40
	Técnicas de Comunicação Rural	-	1	-	40
	Administração do Agronegócio	-	-	2	80
	SubTotal	1	1	2	160
PRODUÇÃO VEGETAL	Olericultura e Plantas Medicinais	3	-	-	120
	Agroecologia	1	-	-	40
	Manejo Fitossanitário	-	1	-	40
	Culturas Anuais	-	2	-	80
	Floricultura e Jardinagem	-	1	-	40
	Propagação de Plantas e Fruticultura	-	-	3	120
	Cafeicultura	-	-	2	80
	Silvicultura	-	-	2	80
	SubTotal	4	4	7	600
PRODUÇÃO ANIMAL	Zootecnia Geral	1	-	-	40
	Animais de Pequeno Porte	4	-	-	160
	Suinocultura e Caprinovincultura	-	2	-	80
	Bovinocultura	-	-	3	120
	SubTotal	5	2	3	400
INFRA-ESTRUTURA	Pedologia e Fertilidade do Solo	3	-	-	120
	Mecanização Agrícola	-	2	-	80
	Topografia e Instalações Rurais	-	3	-	120
	Irrigação	-	-	2	80
	SubTotal	3	5	2	400
Subtotal semanal/anual	Sub-total semanal	13	15	14	-
	Sub-total anual em aulas	520	600	560	1.680
	Sub-total anual em horas (+ ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	433,33	500,00	466,67	1.500,00

CARGA HORÁRIA DA MATRIZ INTEGRADA					
DISCRIMINAÇÃO		HORA/AULA SEMANAL			TOTAL ANUAL
		2009	2010	2011	
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	
Formação Geral (E. Médio)	Sub-total semanal em aulas	26	27	26	-
	Sub-total semanal em horas	21,67	22,50	21,67	-
	Sub-total anual em aulas	1.040	1.080	1.040	3.160
	Sub-total anual em horas	866,67	900,00	866,67	2.633,3
Formação Específica (E. Profissional)	Sub-total semanal	13	15	14	-
	Sub-total semanal em horas	10,83	12,50	11,67	-
	Sub-total anual em aulas	520	600	560	1.680
	Sub-total anual em horas	433,33	500	466,67	1400
Matriz Integrada (F. Geral + Específica)	Estágio Supervisionado (horas)	-	-	-	100
	Total semanal em aulas	39	42	40	-
	Total semanal horas	32,50	35,00	33,33	-
	Total anual em aulas	1.560	1.680	1.600	4.840
	Total anual em horas	1.300,0	1.400,0	1.333,3	4.133,3

Anexo D - Mapa representativo da divisão Regional do estado do Espírito Santo e Mapa representativo das localizações dos Campi do Instituto Federal do Espírito Santo.

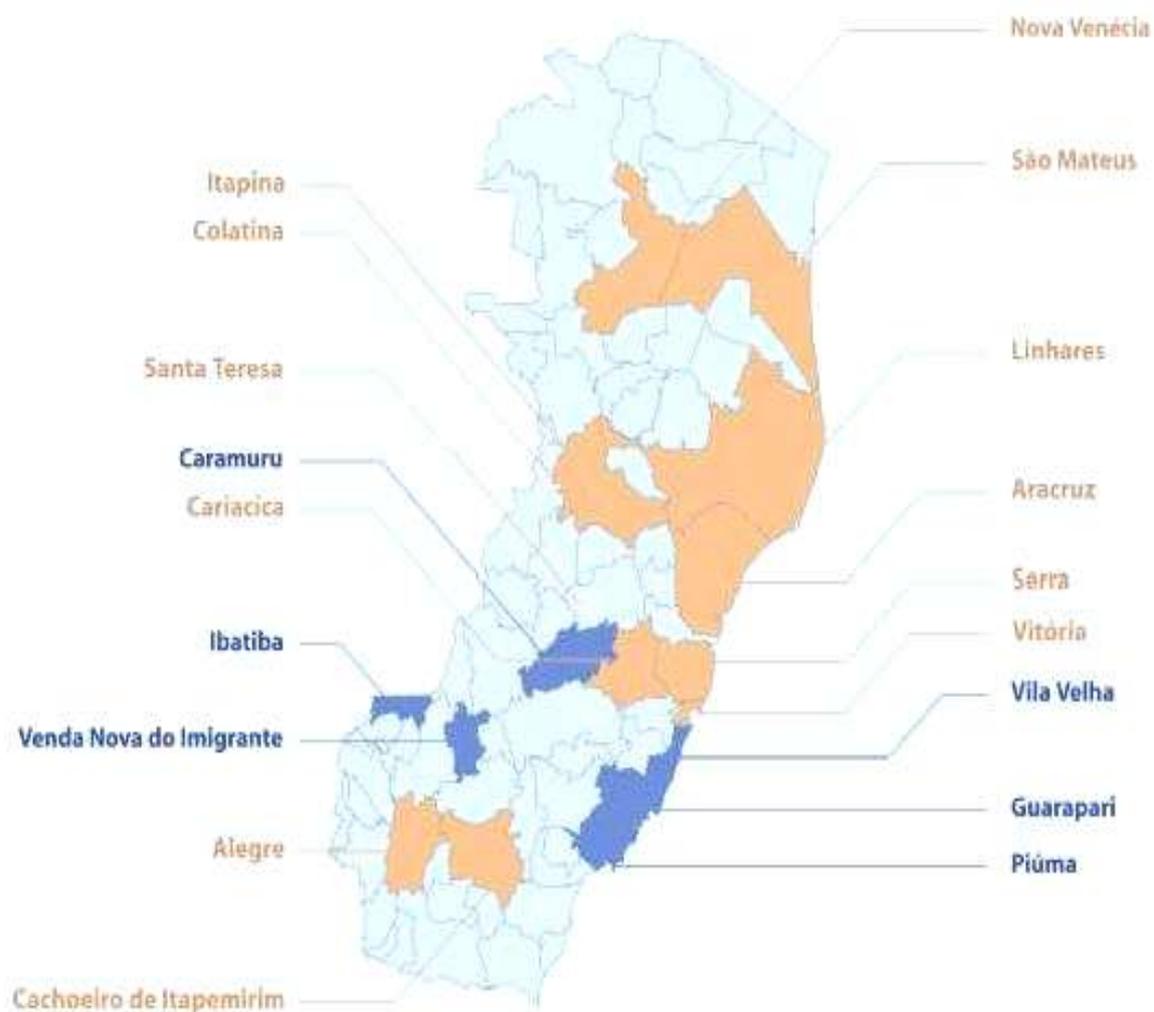
Divisão Regional do Espírito Santo
Microrregiões de Planejamento

Lei 5.120 de 30/11/95 (DOE 01/12/95) alterada pelas leis:
 Lei nº 5.469 de 22/09/97(DOE 23/09/97), Lei 5.849 de 17/05/99 (DOE 18/05/99)
 e Lei nº 7.721 (DOE 14/01/04).



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves-USN

Mapa do Estado do Espírito Santo com as localizações dos Campi do Instituto Federal do Espírito Santo



Fonte: PDI- IFES